

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

IARA CUNHA PASSOS

**A BRIGADA MILITAR NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO
ALEGRE: O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR E A MEDIAÇÃO
DE CONFLITOS**

Porto Alegre
2017

IARA CUNHA PASSOS

**A BRIGADA MILITAR NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO
ALEGRE: O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR E A MEDIAÇÃO
DE CONFLITOS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora:

Profª. Dra. Leticia Maria Schabbach.

Porto Alegre
2017

IARA CUNHA PASSOS

A BRIGADA MILITAR NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE: O
TRABALHO DO POLICIAL MILITAR E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Trabalho de conclusão apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Letícia Maria Schabbach

Prof^ª Dra. Cláudia Mauch

Ma. Paola Stuker

Prof^ª Dra. Rochele Fellini Fachinetto

Porto Alegre
2017

Para meu avô, Olívio Passos, e minha tia, Deize Reis Passos, que infelizmente não puderam ver a neta/sobrinha formada em Ciências Sociais.
(in memoriam)

RESUMO

O presente trabalho trata da gestão da Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre, que atua na administração dessa casa prisional desde 1995. Analisa-se o trabalho do policial militar e os mecanismos de resolução de conflitos dentro do Presídio Central de Porto Alegre. A constatação da confluência de diferentes atores e ofícios dentro de uma mesma instituição prisional e a oportunidade de contribuir com os estudos sociológicos sobre a Força Tarefa no Rio Grande do Sul motivou a realização do trabalho. Os objetivos do estudo foram: verificar de que forma se diferencia o trabalho do policial militar dentro e fora do presídio, conhecer as características das políticas de resoluções de conflitos da Brigada Militar e examinar de que forma essas ações são influenciadas pela estrutura e a organização da Brigada Militar. Para chegar aos resultados utilizaram-se quatro técnicas de coletas de dados: observação de cunho etnográfico, pesquisa documental, pesquisa em jornais *online* e impresso e entrevistas com quatorze policiais militares que trabalhavam no estabelecimento penal. Como principais resultados, verificou-se que os policiais militares se sentem mais seguros no trabalho atual do que atuando no policiamento ostensivo, bem como consideram que a relativa pacificação no presídio decorre não apenas da disposição das últimas gestões em realizar acordos com os presos, mas também da mudança de atitude dos últimos, que passaram a perceber benefícios no acordo entre as partes e no ambiente sem rebeliões e tentativas de fugas.

Palavras-chave: Presídio Central, Brigada Militar, mediações de conflitos, policiais militares, prisões.

ABSTRACT

The present work deals with the management of the Military Police in the Central Prison of Porto Alegre, which has been in charge of the administration of this prison house since 1995. It analyzes the work of the military police and the mechanisms for resolving conflicts within the Porto Alegre Central Prison. The verification of the confluence of different actors and occupations within the same prison institution and the opportunity to contribute to the sociological studies about the Task Force in Rio Grande do Sul motivated the work. The objectives of the study were: to verify how the work of the military police inside and outside the prison differs, to know the characteristics of the conflict resolution policies of the Military Police and to examine how these actions are influenced by the structure and organization of Military Police. To obtain the results, four techniques of data collection were used: ethnographic observation, documentary research, online and print journal research, and interviews with fourteen military police officers working in the penal establishment. As the main results, it has been found that Military Police officers feel more secure in their current job than acting in ostensive policing, and consider that the relative pacification in the prison is not only due to the disposition of the last managements to make agreements with the prisoners, But also of the change of attitude of the latter, who came to realize benefits in the agreement between the parties and in the environment without rebellions and attempts to escape.

Key words: Central Prison, Military Police, conflict resolution, police officers, prisons.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Fátima Suely Cunha Leite e Heber Reis Passos, por estarem sempre presentes e sempre me apoiarem, principalmente quando da minha escolha de abandonar a graduação em Informática e me aventurar em Porto Alegre, mais de 1000 km de distância da casa em que morei 21 anos de minha vida. À minha irmã Letícia Cunha Passos, por ser minha segunda mãe, sempre pronta para resolver todos os problemas da família. Ao Matheus Zlocowick, cunhado-irmão, que me acompanha desde a infância. Ao Dimi, meu sobrinho querido, pelas brincadeiras e momentos de alegria. Às minhas tias, tios, primos e tias que sempre me acolhem muito bem quando das minhas escassas visitas. Ao meu padrinho, Tio Renato, e à minha madrinha, Tia Sandra, que sempre se preocuparam e estiveram presentes.

Aos meus professores e funcionários da Escola de Ensino Infantil, Fundamental e Médio Prof^a Francisca Salles Damasco, onde cursei todos os anos da minha trajetória escolar, que muito contribuíram para a minha formação. À Gláucia Fraccaro, pelo pontapé inicial, e à Tatiana Alméri, pelo pontapé final que, cada uma do seu modo, em momentos diferentes da minha vida, fomentaram, sem saber, a minha entrada nas Ciências Humanas.

Ao pessoal da Fatec, pelos momentos de companheirismo. À equipe da PWC da TIVIT de São José dos Campos, 2012/2013, chefiada pelo Vinícius Godoi, pelo apoio no momento de transição. Aos meus amigos, que mostram que a distância e o tempo são muito relativos, pois quando nos reencontramos não parece que passamos meses ou anos longe: Yasmin Zanini, Olavo Andrade, Felipe Regazzio e Ana Sanchez. Ao Guilherme Grunewald, pelos momentos que passamos juntos e por me ensinar o peso e a leveza das nossas escolhas.

Ao Francisco Aquino e família, Venisse, Seu Raimundo e Dona Marli, assim como ao Isaías e família, que desde o meu primeiro dia em Porto Alegre me acolheram da melhor forma possível. À Helena Weber, e sua família, e à Júlia Mistro por terem dividido comigo seus lares.

À Prof^a Letícia Schabbach, pela orientação, pelos conselhos, pela paciência e por estar sempre disponível. Aos professores e professoras do curso de Ciências Sociais da UFRGS, assim como meus colegas, pelos debates e pelo conhecimento que compartilharam. Em especial aos professores e professoras com os quais trabalhei ao longo do curso de graduação, que muito adicionaram à minha formação e que sempre possibilitaram um diálogo horizontal: Caleb Faria, Cláudia Mauch, Raquel Weiss, Ênio Passiani, Soraya Cortes e Hélio Alves. Assim como aos (às) colegas do PET Ciências Sociais e PET Conexões em Ciências Humanas. Também, aos professores de metodologia que muito auxiliaram na constituição desse trabalho: Marilis Almeida, Rochelle Fellini Fachinetto, Ceres Victora, Cinara Rosenfield, Alex Teixeira e

Maurício Moya. À Marcelli Cipriani, Juliana Cuozzo e Paola Stuker por terem dividido comigo as suas pesquisas, conhecimentos e experiências, esse trabalho não seria o mesmo sem as contribuições e ponderações de vocês. Também a todos e todas que cruzei nessa jornada e que direta ou indiretamente influenciaram nesse trabalho.

À equipe do Presídio Central, por estarem sempre abertos à efetivação dessa pesquisa e que sempre me trataram muito bem, possibilitando um constante aprendizado. Ao Diretor Tenente-coronel Marcelo Gayer pela oportunidade de realizar o campo e por sempre enfatizar a importância da realização de pesquisas no Presídio Central, proporcionando um ambiente aberto a diálogos interdisciplinares. A todos e todas policiais com os quais tive contato e que compartilharam seus conhecimentos, em especial à Soldada Lizandra e ao Soldado Sanches pelo apoio, assessoria e por estarem sempre dispostos a me auxiliar, seja pessoalmente, por telefone ou por Whatsapp.

Aos (às) colegas de graduação que participaram de muitos momentos importantes nesses quatro anos, seja nas aulas, nos debates, nas rodas de chimarrão ou nos encontros. Principalmente àqueles que se tornaram amigos e amigas: Júlio Baldasso, Gabriela Scapini, Mayara Bacellar, Pedro Souza, Luciana Oliver, Renato Bicca, Rhuanny Faturi, Bibiana Lenzi, Vinícius Azambuja, e Júlia Mistro. Também aos amigos e amigas que a graduação me proporcionou indiretamente: Carla Brandalise, Temístocles Cezar e Malu Vargas, pelos momentos e conversas que compartilhamos.

Ao Nê, por todo o apoio, amor e paciência, principalmente nesses últimos meses (só tu sabes como tem sido difícil). Agradeço a ti por tudo o que passamos, as risadas, as brigas, as brincadeiras, as viagens, as mudanças, os planos. Por sempre me ajudar a encontrar aquelas palavras que me faltam, por iluminar minhas dúvidas e pelas incansáveis revisões fora de hora. Também à tua família, minha família gaúcha, que me acolheu como parte dela.

À Pituca e ao Pixote, meus companheirinhos, por estarem sempre por perto e alegrarem meus dias.

"O lápis parecia grosso e desajeitado entre seus dedos. Pôs-se a anotar os pensamentos que lhe vinham à cabeça. Primeiro, com uma letra grande e rudimentar, escreveu em maiúsculas:

LIBERDADE É ESCRAVIDÃO

Depois, quase sem interrupção, escreveu embaixo:

DOIS E DOIS SÃO CINCO"

George Orwell, 1984

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução do crescimento do número de pessoas no sistema prisional, número de vagas e presos provisórios, Brasil, 2000 a 2014.....	14
GRÁFICO 2 – Patente dos policiais militares entrevistados	29
GRÁFICO 3 – Ano de inclusão do entrevistado na Brigada Militar (por faixas).....	30
GRÁFICO 4 – Período da primeira entrada no Presídio Central dos entrevistados (por faixas)	
31	
GRÁFICO 5 – Tempo na Brigada Militar quando da primeira entrada no presídio central (por faixas)	32
GRÁFICO 6 – Tempo de trabalho no Presídio Central (por faixas).....	33
GRÁFICO 7 – População da cidade de origem do entrevistado (por faixas)	33
FIGURA 1 – Mapa Presídio Central de Porto Alegre	67
FIGURA 2 - Organograma Presídio Central de Porto Alegre	69
GRÁFICO 8 – Respostas em relação a experiência adquirida com o trabalho no Presídio Central agrupada por temas	89

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Categorias (nós) no Nvivo 11	34
QUADRO 2 – Divisão dos pavilhões e galerias no Presídio Central	69
QUADRO 3 – Tipos de visita do presídio central	76
QUADRO 4 – Respostas dos policiais entrevistados sobre o que poderia mudar para melhorar o trabalho e a gestão no presídio central.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLC:	Atividade de Controle Legal e Cadastro (ACLC)
ALEI:	Agência Local de Estratégia e Inteligência
ASD	Atividade de Segurança e Disciplina
AVH	Atividade de Valoração Humana
BM	Brigada Militar
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
Depen	Departamento Penitenciário Nacional
FT	Força Tarefa
GAM	Grupo de Apoio a Movimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEP	Lei de Execuções Penais
NEEJA	Núcleo Estadual de Educação para Jovens e Adultos
PASC	Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas
PCPA	Presídio Central de Porto Alegre
PEC	Penitenciária Estadual de Charqueadas
PEJ	Penitenciária Estadual do Jacuí
PP	Plantão Permanente
SAT	Setor de Atendimento Técnico
SUSEPE	Superintendência de Serviços Penitenciários
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PERCURSO METODOLÓGICO	23
3. MARCO TEÓRICO.....	36
3.1 Abordagens sobre a polícia.....	37
3.2 Abordagens sobre as prisões.....	39
4. O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS DA POLÍCIA E DAS PRISÕES NO BRASIL	46
4.1 Subsistema de segurança pública	46
4.1.1 A polícia no Brasil.....	47
4.1.2 A polícia no Rio Grande do Sul.....	49
4.2 Subsistema de execução penal.....	51
4.2.1 O sistema penitenciário no Brasil.....	52
4.2.2 O sistema penitenciário no Rio Grande do Sul.....	55
5. A “ENGRENAGEM” QUE NÃO PODE PARAR.....	58
5.1 O Presídio Central de Porto Alegre	64
5.1.1 Chefia Operacional	71
5.1.2 Setor de Atendimento Técnico	78
5.1.3 Setor Administrativo	81
5.1.4 Setor Logístico.....	81
6. AS REPRESENTAÇÕES DOS POLICIAIS MILITARES DA FORÇA TAREFA SOBRE A GESTÃO DO PRESÍDIO CENTRAL	83
6.1 O ofício de policial versus o de “carcereiro”.....	83
6.2 A necessidade de mediar os conflitos dentro do Presídio Central.....	94
6.3 Considerações sobre a atuação da Brigada Militar no Presídio Central.....	100
7. CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS	108
ANEXO A – REPORTAGENS JORNAIS.....	114
APÊNDICE A – GLOSSÁRIO.....	117
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	119
APÊNDICE C – ROTEIRO ENTREVISTAS	120

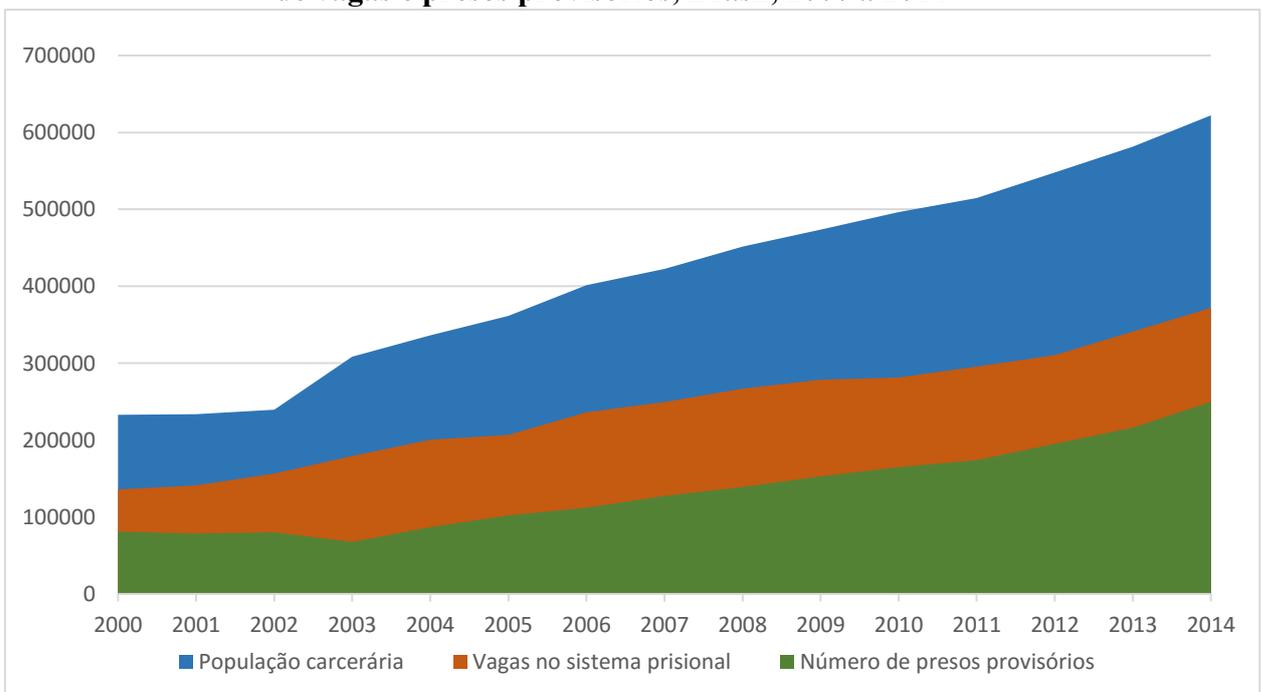
1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa trata da administração das prisões, tema que se torna cada vez mais necessário discutir. O aumento da população carcerária; a situação precária nas prisões; o fortalecimento das indústrias de segurança; a questão da redução da maioria penal e da privatização das prisões; e a pauta da desmilitarização da polícia são constantemente debatidos e problematizados na mídia, nas redes sociais, e também nas arenas políticas.

Desde a década de 1970 há um aumento na população carcerária em grande parte dos países, devido ao aumento da criminalidade e de grupos criminosos, do sentimento de insegurança da população e do recrudescimento e durabilidade das penas de prisão. Tal aumento não necessariamente acompanha a ampliação de prisões, sendo que 117 dos 214 países (57%) acompanhados pelo *World Prison Brief* possuem uma taxa de ocupação maior do que 100% das vagas disponíveis, sendo que o país com a maior taxa de ocupação é o Haiti, com 454,4% da capacidade ocupada.

Para exemplificar essa situação, no gráfico 1 encontra-se o crescimento da população carcerária, da quantidade de vagas e do número de presos provisórios no Brasil entre os anos de 2000 e 2014.

Gráfico 1 - Evolução do crescimento do número de pessoas no sistema prisional, número de vagas e presos provisórios, Brasil, 2000 a 2014



Fonte: BRASIL, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen – dezembro 2014, 2015.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de dezembro de 2014 no estado do Rio Grande do Sul havia uma taxa de ocupação de 472% das vagas para presos provisórios, 75% das vagas para o regime fechado e 113% das vagas do regime semiaberto¹. Em relação à distribuição de raça e cor² dos presos no estado 65,86% eram brancos, sendo que na população os brancos representavam 79,76%. Já os negros e pardos representam 33,54% da população carcerária e 19,74% da população no estado. Quanto à faixa etária³, 20,75% dos presos possuíam entre 18 e 24 anos, 24,45% entre 25 e 29 anos, 21,58% entre 30 e 34 anos e 33,22% mais de 35 anos.

Por sua vez, o Presídio Central possui uma taxa de ocupação de 256%⁴ das vagas, com 2.771 presos provisórios, 1.438 presos no regime fechado e 560 no regime semiaberto e aberto (apesar do estabelecimento ser destinado apenas para presos provisórios), totalizando 4.769 presos para 1.824 vagas, o que representa quase três presos por vaga. Em relação à cor, há 2.982 (62,5%) detentos que se declararam brancos e 1.807, 37%, pardos ou negros, percentual que se aproxima ao do contingente prisional do estado, mas não da população do RS. Há 1.957 (41%) presos com idade entre 18 e 24 anos e 1.053 (23%) entre 25 e 29 anos, a primeira faixa superando o percentual de presos mais jovens encontrados na população carcerária do estado.

No Brasil, desde a instituição da Lei de Execuções Penais (LEP, Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984), o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) é responsável pela fiscalização e apoio às unidades da federação em relação à administração dos estabelecimentos penais, além da administração das penitenciárias federais. Assim, cada unidade federativa é responsável por supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais ali localizados, geralmente vinculados a uma secretaria ou superintendência específica para a realização dessa função. Também é previsto na LEP a existência de pessoal especializado para a administração desses estabelecimentos, os quais são vinculados a instituições separadas das outras instituições do sistema de justiça criminal, tais como: polícias, guardas municipais e órgãos do judiciário.

Apesar dessa distinção de funções prevista na LEP, o estado do Rio Grande do Sul possui, desde 1995, casas prisionais administradas pela Brigada Militar – a polícia militar estadual – sendo o único estado no país a utilizar forças policiais para administração e controle

¹ BRASIL, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen – dezembro 2014, 2015. Não há dados sobre a ocupação de vagas para o regime aberto.

² Apenas 92,6% dos detentos do estado possuíam informações sobre cor e raça.

³ Apenas 91,3% dos detentos do estado possuíam informações sobre idade.

⁴ SUSEPE. Presídio Central de Porto Alegre. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=21. Último acesso em 4 de janeiro de 2017.

interno de estabelecimentos desse tipo. Atualmente, a Brigada Militar administra o Presídio Central de Porto Alegre e a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), em Charqueadas. Todavia, também já administrou outros: a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), a Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), a Penitenciária Industrial de Caxias do Sul (PISC), a Penitenciária Modulada Estadual de Osório. A permanência da Brigada Militar nos presídios gaúchos, segundo o governo estadual, deve-se ao fato do estado não contar com o número necessário de agentes penitenciários para substituir os policiais militares.

Dessa forma, o Presídio Central, e também a PEJ, diferenciam-se de outras casas prisionais do estado e do Brasil por terem uma força policial na sua administração e controle interno. Por ser uma instituição alocada em uma função que não é de sua responsabilidade, não é possível tratar a gestão do estabelecimento apenas sob a ótica de policiais militares ou, por outro lado, de agentes penitenciários, mas é preciso analisar a gestão realizada por policiais militares exercendo a função de agentes penitenciários. Assim, há duas organizações diferentes que se misturam nesse contexto: a prisão e os seus atores – presos, agentes penitenciários, familiares, agentes de justiça – e a polícia militar.

A constatação da confluência de diferentes atores e ofícios dentro de uma mesma instituição prisional e oportunidade de contribuir com os estudos sociológicos sobre a Força Tarefa no Rio Grande do Sul nos motivaram a realizar este trabalho, que pretende analisar o trabalho do policial militar e os mecanismos de resolução de conflitos dentro do Presídio Central. Assim, os objetivos do trabalho são: verificar de que forma se diferencia o trabalho do policial militar dentro e fora do presídio, verificar as características das políticas de resoluções de conflitos da Brigada Militar; observar de que forma essas políticas são influenciadas pela estrutura e organização da Brigada Militar.

No Brasil os estudos sociológicos que tratam dos agentes penitenciários tendem a percebê-los apenas como parte integrante do falho sistema penitenciário. Poucos são os estudos que enfocam as características dessa profissão — como as contribuições Bodê de Moraes (2005) e Lourenço (2009) – ou que analisam diferentes administrações prisionais no país, como Batista (2009). Diferentemente, a literatura norte-americana e europeia discute amplamente o cotidiano das prisões, o trabalho penitenciário e a administração prisional. Lerman e Page (2012) observaram que, apesar do aumento da punição nas últimas três décadas nos Estados Unidos, há variações consideráveis entre os sistemas prisionais nos estados americanos, concluindo que os guardas prisionais de estados mais punitivos expressavam atitudes mais punitivas para com os apenados. Apontaram, ainda, que esses profissionais são responsáveis por implementar políticas na base (enquanto *street-level bureaucrats*, conforme Lipsky, 1980)

e que, assim como os policiais, detêm um grande poder discricionário, que afetaria a qualidade de vida dos prisioneiros, a implementação de programas e a rotina das operações na prisão.

Outra importante contribuição de Joshua Page (2012) é a sua análise da influência dos sindicatos de guardas prisionais na Califórnia e como se articulam com o Estado e com outras organizações (como as organizações de vítimas de crimes), bem como a sua expressiva participação no movimento conservador. Crawley (2004), por sua vez, chama a atenção para o impacto que o trabalho na prisão produz nos guardas prisionais, por terem que lidar com situações de estresse e de atenção constantes. Bert Useem e Anne M. Piehl (2006) discutem que, ao contrário do que muitos esperavam, o aumento gradativo da massa carcerária nos Estados Unidos não resultou num cenário caótico, com rebeliões e aumento da violência dentro das prisões (apesar dos custos sociais do aumento do encarceramento para a sociedade) devido à qualidade da gestão prisional que passou a ser implementada. As características desse cenário em grande parte das prisões eram: liderança forte, equipe estável, comprometimento com uma missão organizacional bem especificada, eficácia em lidar com atores externos relevantes (legisladores e ativistas comunitários) e gestão orientada para a segurança. Dessa forma, concluíram que as rebeliões ocorriam quando os administradores não eram capazes de equilibrar as exigências externas impostas pelos governos estaduais e nacionais com as demandas internas dos funcionários e apenas referentes às condições internas das prisões.

Boin e Rattray (2004), tratando da realidade do Reino Unido, constatam que as más condições são causas de muitas rebeliões, mas não exclusivamente, pois elas também ocorreram em presídios que haviam melhorado recentemente as suas condições, enquanto outros possuíam péssimas condições mas não registraram rebeliões. Concluem, então, que as rebeliões seriam o efeito de um colapso administrativo (o desenvolvimento de patologias administrativas que prejudicam a capacidade da administração da prisão adaptar estruturas institucionais apropriadas diante das mudanças impostas) e de um colapso institucional (o desenvolvimento de padrões de interação disfuncionais entre presos e funcionários). Assim, um período de colapso institucional possibilitaria que uma rebelião ocorresse, mas apenas um estado de colapso administrativo resultaria em um processo de colapso institucional.

Há muitos estudos no Brasil sobre violência e criminalidade, principalmente após os anos 1970, que inicialmente enfocavam as grandes metrópoles brasileiras do Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, mas também Belo Horizonte (ADORNO, 1993). Porém, nesse período inicial, pouco se falou sobre a polícia no Brasil (BRETAS, 1991), sendo que nos Estados Unidos, por exemplo, estudos sobre a polícia existiam desde a década de 1960. Estes colaboraram com a construção de uma perspectiva analítica que enxerga a instituição policial

como autônoma “deixando de ser simples executora de políticas do Estado ou das elites ou classes dominantes, já que esses não detêm total controle sobre suas atividades.” (MAUCH, 2007, p. 109).

É a partir da década de 1990, com o fim do regime militar e a redemocratização, que os estudos sobre a polícia se ampliam no País. Kant de Lima (1995) analisa a história da polícia do Rio de Janeiro, Holloway (1997) foca a polícia da corte em uma sociedade escravista como o Brasil no século XIX e Bretas (1997) no período republicano. Chalhoub (1996) e Alvarez (2002) analisam como a criminologia no Brasil edificou-se no tratamento desigual das classes sociais. Neme (1999) analisa a permanência de condutas autoritárias e ilegais na Polícia Militar de São Paulo no período de transição democrática.

Em relação às prisões, a quantidade de obras e pesquisas brasileiras também vêm crescendo nos últimos anos. Muito se deve à situação dos presídios no país e ao aumento da população carcerária. Salla (1999) contribuiu para os estudos sobre a história das prisões no Brasil, com foco no estado de São Paulo, no período de 1822 a 1940. Os dois volumes do livro “A história das prisões no Brasil” (MAIA *et al.*, 2009) trazem importantes análises sobre as prisões em vários locais brasileiros.

O trabalho de Dias (2009) avalia o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) implantado em presídios de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir de 2006, que objetivava desestabilizar as lideranças do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho. Na visão da autora, tal processo provocou uma maior rotatividade das lideranças desses grupos, “constituindo uma dinâmica de ascensão cada vez mais rápida na hierarquia da facção, por conta da necessidade de designar um ‘responsável’ em cada unidade controlada pela organização e repor essa liderança tão logo seja percebida pela administração e transferida” (DIAS, 2009, p. 10). Há também o fato de que a negociação da administração prisional com a população carcerária, apesar de ser comum a esse ambiente, adquire uma centralidade maior, devido à ineficiência do poder público e à falta de investimentos em infraestrutura física no Brasil.

Sinhoretto, Silvestre e Melo (2013), no contexto do sistema prisional do estado de São Paulo, caracterizado pela descentralização das unidades prisionais (implantação de unidades prisionais no interior do estado) e pelo encarceramento em massa, propõem uma análise das dinâmicas contemporâneas da punição à luz de uma tensão entre duas vertentes, opostas e complementares, no campo analítico. De um lado, o controle social repressivo centralizado, endurecendo os dispositivos legais, e, de outro, o controle social difuso, compartilhado entre os

agentes envolvidos no cotidiano penitenciário, e reforçado, ainda, pelas lutas do coletivo de presos (como um novo sujeito político).

Bodê de Moraes (2013) discute o processo de construção da identidade de agentes penitenciários no interior do cárcere e de como o trabalho deles é percebido pela sociedade. Lourenço (2010) analisa os impactos do trabalho prisional nos agentes penitenciários na região metropolitana de Belo Horizonte, Chies (2006) aborda a relação entre prisão e tempo social pelos agentes envolvidos no sistema carcerário, nas dinâmicas de capitalização do tempo prisional e Salla (2006) discute as rebeliões nas prisões desde a década de 1970, com base em estudos produzidos sobre as rebeliões na França, Estados Unidos e Reino Unido, problematizando as principais vertentes teóricas de análise, suas limitações e acrescentando novas possibilidades de interpretação. Por fim, Dias (2013) recupera o processo de expansão e consolidação do PCC no estado de São Paulo, principalmente no sistema carcerário.

No Rio Grande do Sul alguns estudos sobre a polícia se destacam. Mauch (2011) reconstitui as práticas das polícias em Porto Alegre após a proclamação da república. Karnikowski (2010) analisa a história da Brigada Militar rio-grandense desde sua formação como exército estadual até se constituir enquanto polícia militar. Moreira (1995) mostra a influência das classes populares no policiamento em Porto Alegre no século XIX e a dificuldade de criar uma identidade policial entre os agentes. Griza (1999) reconstitui o processo de incorporação do discurso científico para a explicação do crime pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

Uma das conclusões de Mauch (2011), a partir da análise de inquéritos administrativos de Porto Alegre, é que o fato de muitos policiais municipais morarem próximos ou no próprio posto, a utilização da farda fora do horário de serviço e a utilização de armamento – além de terem condições sociais e econômicas próximas às daqueles que deveriam controlar e vigiar – resultava em uma relação de proximidade e distanciamento para com a comunidade, impactando na constituição da autoridade dessas organizações policiais. Sendo assim,

O reconhecimento de sua autoridade não era, portanto, automático; não vinha costurado na farda. As resistências ao exercício da autoridade policial, como foi visto, provinham não apenas dos desordeiros, mas também de outros atores sociais que a consideravam injustas, ou porque não admitiam a intromissão de agentes do Estado em assuntos/espacos que consideravam seus, ou porque não viam naqueles homens legitimidade para o seu exercício. (MAUCH, 2011, p. 217)

Quanto ao sistema prisional no Rio Grande do Sul há algumas pesquisas históricas, como a de Medeiros (2011) sobre o Cadeião da Volta do Gasômetro e a de Cesar (2014) sobre as cadeias do interior da Província de São Pedro, a maioria delas muito mais precárias do que

as da Capital. Quanto ao Presídio Central destaca-se o trabalho de Cipriani (2016) sobre as facções criminais em Porto Alegre e sua vinculação com o presídio, e o de Rudnicki (2011) sobre a alimentação dos presos e dos funcionários no estabelecimento e suas relações com a comida. Porém, poucos trabalhos discutem o Presídio Central sob a ótica da Brigada Militar, sendo um deles o de Rudnicki (2012), que observou a rotina de trabalho dos policiais militares em alguns setores do Presídio Central.

O presente trabalho de conclusão de curso busca analisar as representações dos policiais militares que trabalham no Presídio Central a partir de eixos como: a noção de segurança dentro do local de trabalho, a importância da mediação de conflitos⁵, a diferenciação em relação ao trabalho do policial militar, a relação com os apenados, dentre outros.

Pretendemos com este TCC contribuir com a produção de estudos sobre o funcionamento das prisões e da polícia militar no Brasil, principalmente através de trabalho de campo realizado no Presídio Central de Porto Alegre, entre os anos de 2015 e 2016, quando foram entrevistados quatorze policiais militares que trabalhavam no local, entre homens e mulheres, bem como através de observação de cunho etnográfico, pesquisa documental e em notícias de jornal.

A Brigada Militar passou a administrar as quatro maiores penitenciárias do estado (Presídio Central, PEJ, PASC, PEC) – e o Hospital Penitenciário anexo ao Presídio Central – através de uma medida de caráter emergencial promulgada pelo governador à época, Antônio Britto, em 25 de julho de 1995, devido às inúmeras denúncias de violações de direitos humanos (CCDH, 1995) supostamente cometidas pela Susepe e pelo BOE (Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar), além de uma série de rebeliões, motins, tentativas de fuga e assassinatos dentro dos estabelecimentos. Por ser de caráter emergencial, essa atuação finalizaria em seis meses e a ordem nos presídios deveria ser restabelecida. O Relatório Azul de 1995 (CCDH, 1995), publicado logo após a transição para a Brigada Militar, constatou que a administração atual pouco fizera para acabar com a violência realizada contra os apenados. Em 2009, no relatório da CPI do Sistema Carcerário (BRASÍLIA, 2009), o Presídio Central de Porto Alegre foi considerado o pior presídio entre os que foram avaliados pela comissão devido à superlotação, insalubridade, assistência médica precária, maus-tratos, entre outros. Todavia, o relato dos policiais militares entrevistados é de que essa classificação não condiz com a realidade, e que muito já foi melhorado desde então.

⁵ Aqui, utilizamos o termo referido pelos policiais militares da FT, caracterizada pela necessidade de prevenir e evitar conflitos, que se diferencia da metodologia da mediação de conflitos (vide BACCELAR, 1999).

Neste interim foram implantadas algumas políticas para mediar os conflitos existentes no local, visando reduzir os danos que prejudicavam não só o sistema carcerário (as agências de segurança e os apenados) como também a população. Por exemplo, no final da década de 1990 a administração decidiu acatar a recomendação do Relatório Azul da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1995) de não colocar presos de grupos rivais na mesma galeria, o que resultou na redução dos números de homicídios dentro da casa prisional, assim como na formação do grupo “Brasa”, em 1997 (CIPRIANI, 2016). Além disso, desde 2000 as rebeliões que ocorreram no presídio não precisaram da intervenção do BOE, devido à política de negociação com os apenados. Em 2011 foi implementada a política de “Violência Zero”, um acordo da administração com os apenados para evitar mortes, que funciona da seguinte maneira: ao sinal de algum risco para algum preso, o responsável pela galeria avisa a administração para transferi-lo para outra galeria. Outros acordos realizados com os apenados são: as celas dentro das galerias ficam abertas por conta da superlotação; quando a polícia precisa entrar negocia a saída para o pátio com o *prefeito* das mesmas; após a implantação do *scanner* corporal para a entrada das visitas foi negociado que as pessoas que estivessem fazendo quimioterapia ou grávidas não passariam pelo equipamento. Atualmente há um cenário de relativa pacificação no Presídio Central de Porto Alegre.

A coleta e análise dos dados foram realizadas em torno de dois eixos: (1) o trabalho dos policiais militares no Presídio Central e (2) as formas de mediação de conflitos da Brigada Militar no Presídio Central. As hipóteses quando do início desse trabalho eram que: 1) por ser um ambiente diferente daqueles que o policial militar está acostumado em seu trabalho de rotina, e sendo mais tenso e estressante do que o trabalho de policiamento ostensivo, supunha-se que os policiais militares se sentissem menos seguros dentro do ambiente prisional; 2) por não terem treinamento específico para o trabalho dentro de estabelecimentos prisionais os policiais militares não estariam preparados para esta atividade; 3) a permanência da Brigada Militar por mais de 20 anos na administração do Presídio Central e a ausência de rebeliões e grandes conflitos nos últimos anos dar-se-ia pelo caráter militar da instituição e pela implementação de formas de mediação de conflitos.

Este trabalho estrutura-se da seguinte forma: no capítulo 2, subsequente à esta Introdução, será apresentado o percurso de realização da coleta e análise dos dados; no capítulo 3 discute-se as bases teóricas para a realização desse trabalho; no capítulo 4 são apresentados alguns pontos importantes sobre o sistema de justiça criminal no Brasil e no Rio Grande do Sul, com foco na história das instituições prisionais e policiais; nos capítulos 5 e 6 são apresentados os dados coletados em campo em relação aos dois eixos da pesquisa – o trabalho dos policiais

militares e a mediação de conflitos; e, por último, a conclusão, com algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido, articulando os eixos trabalhados.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada no Presídio Central de Porto Alegre e teve um enfoque de tipo qualitativo, principalmente por meio de entrevistas semiestruturadas com policiais militares que trabalhavam em setores desse estabelecimento e pela observação, durante as visitas ao local que contribuíram para a coleta de informações para a compreensão do funcionamento da casa prisional e da relação entre os policiais militares e os apenados, embora estes últimos não tenham sido entrevistados. Também foi efetuada pesquisa documental em documentos oficiais e jornalísticos.

Segundo Flick (2009, p. 17) “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. Assim, ela é capaz de apontar a perspectiva dos participantes e sua diversidade, valorizar a reflexividade do pesquisador e da pesquisa – “a subjetividade do pesquisador, bem como daqueles estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa” (FLICK, 2009, p. 25) – e apresentar diversas abordagens teóricas e metodológicas (FLICK, 2009). A pesquisa qualitativa justifica-se, então, por trabalhar “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p. 6).

Entende-se que esse trabalho mostra um dos lados da complexidade que é o Presídio Central, não verificando as visões de outros atores que compreendem esse campo – os apenados, familiares, operadores de justiça, funcionários da Susepe e de outras instituições e agentes penitenciários – em relação a administração do estabelecimento. Optamos por verificar apenas esse âmbito – o “lado” dos policiais militares – por: (1) ser uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso e ter um prazo limitado para realizá-la e finalizá-la; (2) entendermos que mesmo sendo um dos diversos grupos de atores vinculados à instituição a categoria profissional dos policiais militares é por si só muito extensa e complexa, não esgotada apenas nessa pesquisa; (3) ser uma das esferas pouco estudadas nas pesquisas relacionadas ao Presídio Central e também como grupo profissional militar, no âmbito dos estudos sobre as polícias; e (4) sabermos que entrevistar os apenados e funcionários da Susepe necessitaria de uma autorização da própria Superintendência, o que atrasaria a pesquisa em pelo menos seis meses⁶.

Segundo May (2004), as entrevistas semiestruturadas caracterizam-se por terem perguntas específicas, mas, ao contrário das entrevistas estruturadas, há a liberdade do pesquisador para ir além das respostas ou se aprofundar mais, possibilitando que o entrevistador

⁶ Para entrevistar os policiais da Força Tarefa da Brigada Militar é necessário apenas a autorização do diretor do Presídio Central.

“tenha mais espaço para sondar além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado.” (MAY, 2004, p. 148). Assim, os entrevistados podem responder nos seus próprios termos e são capazes de fornecer maior comparabilidade, ao contrário das entrevistas focalizadas. Ainda segundo o autor, as entrevistas semiestruturadas seriam um meio termo entre as estruturadas e as abertas e focalizadas, sendo as perguntas definidas previamente por meio de um roteiro, todavia, há a possibilidade do entrevistador se aprofundar em algumas questões e ir além do roteiro, o que nas entrevistas estruturadas impactaria na padronização e comparabilidade.

As entrevistas constituíram-se em três eixos (blocos): (1) a trajetória do policial na Brigada Militar e no Presídio Central; (2) o trabalho do policial militar no Presídio Central; (3) a mediação de conflitos no Presídio Central – que auxiliaram a compreender as mais diversas esferas do Presídio Central, como a estrutura e atividade dos setores, a rotina da instituição, a relação da Brigada Militar com a Susepe, apenados e familiares, e a interpretação que os policiais entrevistados fazem do papel da Brigada Militar no Presídio Central. Elas foram realizadas individualmente, mediante a concordância através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A opção pelo uso do TCLE deu-se devido à preocupação com as questões éticas abarcadas pelo ambiente em que nos encontrávamos: as entrevistas seriam realizadas dentro do Presídio Central, no local de trabalho dos policiais militares, e, inicialmente, não teríamos contato com eles para verificar se aceitariam realizar a entrevista, sendo todos apontados pela administração da casa e chamados para o local em que aquela seria realizada, o que poderia gerar um entendimento no policial de que ele seria obrigado a participar – entendendo que a estrutura da Brigada Militar perpassa pelas noções de hierarquia e disciplina – mesmo que na UFRGS não seja obrigatório o uso do TCLE para trabalhos de conclusão de curso. Nesse sentido, após o policial chegar ao local em que era aguardado para realização da entrevista, era explicado a proposta da pesquisa, verificado se aceitaria participar da mesma e apresentado o TCLE, que continha os dados da pesquisadora, as informações da pesquisa e as implicações da mesma (uso do gravador, anonimato, interrupção do entrevistado caso fosse necessário, não compensação financeira), conforme a Resolução 466/12 – e a complementação para Ciências Humanas, Resolução 510 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Pretendíamos, assim, amenizar a sensação de obrigatoriedade de participação que poderia transparecer naquele ambiente e situação de entrevista.

Codificamos os nomes dos entrevistados para lhes garantir o anonimato. Os policiais foram numerados de 1 a 14 (BM1, BM2, BM3, e assim por diante), mas após a finalização das

entrevistas os números foram sorteados de modo a não se atribuir o número na ordem de realização da entrevista. Sendo assim, o BMI não é necessariamente o primeiro policial entrevistado quando da realização do trabalho de campo. Dessa forma, reforçamos o anonimato dos entrevistados. Nas situações em que os trechos explicitavam o setor em que o policial trabalhava, optamos por ocultar o código da entrevista para não prejudicar o seu anonimato, já que em muitos setores foi entrevistado apenas um policial, sendo possível identificá-lo.

A finalização do campo deu-se pela saturação em algumas questões da pesquisa – diferenciação do trabalho no presídio e no policiamento, sensação de segurança, mediação de conflitos, relação com colegas de trabalho, etc. – pois as respostas dos entrevistados estavam tornando-se repetitivas, não sendo acrescentado nada de novo, conforme procedimento recomendado por Bauer e Aarts (2000). Ainda que se entenda a individualidade de cada entrevistado, não seria viável entrevistar todos os policiais militares que trabalham ou trabalharam no Presídio Central. Por outro lado, não foi possível entrevistar policiais de alguns setores, o que nos impossibilitou de verificar se o trabalho neles apresenta características próximas aos dos que foram entrevistados, e como se dá a relação dos policiais com os apenados nesses outros setores, se ela se diferencia, de algum modo, da relação que os policiais entrevistados apresentaram.

A pesquisa de campo foi efetuada no Presídio Central de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) no segundo semestre de 2016. A primeira inserção no campo deu-se de forma exploratória no segundo semestre de 2015. Eu participava de um curso de extensão da Escola de Enfermagem da UFRGS denominado “Evolução das instituições de saúde: história e desafios atuais”, que consistia na realização de visitas técnicas de instituições de saúde exemplares da cidade de Porto Alegre. O Presídio Central era uma das instituições a ser visitada por possuir um laboratório prisional de referência em diagnóstico de tuberculose no Brasil. Nesse mesmo semestre realizei a disciplina “Pesquisa sociológica: produção e análise qualitativa de dados”, ministrada pela Prof.^a Marilis Lemos de Almeida, que exigia como uma das avaliações a realização de entrevistas em campo, de interesse do aluno. Na visita realizada no Presídio Central consegui ter contato com um dos policiais e perguntei sobre a possibilidade de realizar duas entrevistas com policiais militares. A autorização deu-se mediante o contato com a Assessoria de Assuntos Estratégicos do Presídio Central e o envio de pedido de autorização para o tenente coronel diretor do estabelecimento, assinado pela autora e pela professora responsável pela disciplina. As entrevistas foram realizadas no dia 18 de setembro de 2015, na sala da Chefia Operacional do Presídio Central de Porto Alegre com um capitão e um soldado.

Como já havia realizado o campo exploratório em 2015, decidi por me aprofundar no funcionamento da instituição combinando dois campos de pesquisa de meu interesse – polícia e prisões – para a realização do trabalho de conclusão de curso do bacharelado em Ciências Sociais em 2016. A tratativa para a realização da pesquisa deu-se por intermédio da mesma policial que havia me assessorado no campo exploratório, o que auxiliou na efetivação da mesma. Foi enviado o projeto da pesquisa e um pedido de autorização assinado pela orientadora deste trabalho, em 11 de agosto de 2016. A primeira visita ao local ocorreu em 13 de setembro de 2016, quando me reuni com o diretor, o qual se mostrou muito empolgado e interessado na pesquisa, salientando a importância da realização de pesquisas dentro do Presídio Central, e autorizando-me a realização das entrevistas e a visita em alguns locais do presídio, sem delimitar tempo de conclusão da mesma, a quantidade de policiais que poderiam ser entrevistados e qualquer restrição ao meu trabalho como pesquisadora, solicitando apenas o envio do trabalho após a publicação do mesmo e uma apresentação para a administração da casa. Obviamente que o meu acesso às dependências do presídio era realizado seguindo o padrão de segurança do local (identificação na portaria principal, entrada sem celular e objetos proibidos, revista de mochilas, passagem pelo raio-x, escolta em alguns locais, por exemplo). Nesse mesmo dia realizei observações na Supervisão e Ambulatório, sendo muito bem recebida por todos os policiais que conversei, além de almoçar com um dos oficiais.

Fui convidada para participar de uma visita técnica no dia 16 de setembro, que seria realizada com os alunos do curso de Direito da FGV. Nesse dia, após a visita técnica, realizei uma visita na 3^a do H⁷ acompanhando uma outra pesquisadora no local. Posteriormente realizei as duas primeiras entrevistas no dia 26/09, duas no dia 28/09, cinco no dia 4/10, duas no dia 13/10 e uma última, com o diretor, no dia 02/12. Todas foram realizadas dentro do Presídio Central, em salas que foram escolhidas na hora da entrevista, algumas no próprio setor administrativo, outras realizadas no setor de trabalho dos policiais, que muitas vezes não podiam deixar o local. Assim, foram realizadas doze entrevistas, além das duas do campo exploratório, totalizando quatorze entrevistas. Várias vezes cheguei no local às 9h da manhã e saí no final do expediente, às 17h, o que me possibilitou coletar informações para além do momento das entrevistas, enriquecendo ainda mais o meu campo. Ainda participei voluntariamente de um dos dias da festa de Dia das Crianças, organizada pela administração do Presídio Central, no dia 08/10.

⁷ Terceira galeria do pavilhão H, local onde ficam os homossexuais e travestis.

Desde o início, com o campo exploratório, uma das preocupações foi a dificuldade de se adentrar em um campo como esse, pois já é muito comum ouvir de pesquisadores da área a dificuldade de acessar instituições prisionais ou policiais, muitas vezes tendo o acesso negado, principalmente em outros estados. Também receei que muitos dos policiais não quisessem participar das entrevistas, mesmo que a administração autorizasse a realização da pesquisa no local, ou, ainda, que não se mostrassem abertos e dispostos a conversar, caso aceitassem. Porém, não encontrei nenhum desses problemas no decorrer de meu campo: a administração da casa aceitou com muita tranquilidade a realização da pesquisa e sempre que cruzava com o diretor ou o vice diretor me perguntavam se estava ocorrendo tudo bem na realização das entrevistas, sem colocarem restrições, apenas alguns policiais não aceitaram participar das entrevistas e os que participaram falaram abertamente sobre os assuntos perguntados. Ademais, todos os outros policiais que conversei durante o trabalho de campo sempre me trataram muito bem, com muito respeito e sempre dispostos a me auxiliar em qualquer situação que fosse necessário, mesmo estando sempre cheios de trabalhos para realizar.

Quando me solicitaram informar quais policiais eu gostaria de entrevistar solicitei o organograma da instituição, o que foi cedido pela Assessoria de Assuntos Estratégicos do Presídio Central. Inicialmente indiquei alguns setores e pedi para entrevistar ou o chefe do setor ou o policial que ali estava há mais tempo, o que se mostrou ineficaz pois dificilmente os policiais permanecem em um único setor. Geralmente quando entram começam com os grupos operacionais (os homens) ou pela Sala de Revista (as mulheres) e depois vão mudando de local, sendo que vários entrevistados já tinham passado por mais de três setores. Assim, passaram a ser indicados pelos policiais que trabalhavam na Assessoria de Assuntos Estratégicos por trabalharem mais tempo no presídio ou por terem uma posição de chefia, ou, ainda, por serem mais propícios a aceitar a realização da entrevista. Cabe ressaltar aqui a importância dos policiais que trabalhavam na Assessoria – um homem e uma mulher – para a realização dessa pesquisa: todo o meu campo foi realizado a partir dali – desde a autorização na entrada, até o local que eu aguardava a realização das entrevistas. Os dois me auxiliaram em tudo o que eu precisei – seja ligando para algum outro setor para conseguir alguma informação que eu precisava, seja fazendo escolta, seja ligando para os setores ou falando com os policiais para me darem entrevistas, seja me levando para almoçar. Certamente essa pesquisa não teria sido realizada da forma que foi se não fosse pelo auxílio de ambos.

A ideia inicial para a realização da pesquisa era apenas chegar até o Presídio Central e entrevistar os policiais que há mais tempo trabalhavam no estabelecimento em alguma sala indicada pela administração. Porém a inserção no campo abriu-se para muitas outras

possibilidades: presenciar o cotidiano dos policiais no ambiente de trabalho; almoçar com eles no refeitório dos funcionários; observar algumas interações com os apenados, principalmente os jalecos; observar a relação com alguns familiares e grupos de visitantes; vivenciar a correria para a organização e recolhimento de doações para duas festas para os familiares – Dia das Crianças e Natal – dos apenados; circular não só no espaço do 2º piso (o andar administrativo), mas também no alojamento das policiais femininas, no canil, em algumas galerias, ambulatório, supervisão, corredores, refeitórios; presenciar e participar das conversas descontraídas e informais que ocorriam entre os policiais, principalmente no 2º piso, na sala da Assessoria, com café, chimarrão, bolo; participar da festa de Dia das Crianças em que auxiliei na confecção de saquinhos de doces, distribuição de churros e presentes; contatar outras pesquisadoras e os funcionários da Susepe. Tudo isso me possibilitou uma inserção muito maior no campo.

As entrevistas foram realizadas da seguinte forma: eu esperava na Assessoria de Assuntos Estratégicos e a soldado responsável se encarregava de conseguir algum policial para ser entrevistado. Assim que o policial chegava na sala, íamos até uma outra sala vazia no mesmo andar da Assessoria – apenas três entrevistas foram realizadas em outro local, por impossibilidade do policial ir até o 2º piso. Lá, explicava quem eu era, o tema da minha pesquisa e perguntava se ele, ou ela, aceitava participar. Caso aceitasse, entregava o TCLE em duas vias, uma ficando comigo e a outra com o entrevistado. Foi seguido um roteiro prévio, mas em todas realizei perguntas mais aprofundadas sobre alguns assuntos. Em algumas questões, ainda, foi necessária uma explicação mais detalhada, pois só a questão, da forma que havia sido formulada, deixou alguns entrevistados confusos – como, por exemplo, a questão relacionada com a estrutura da Brigada Militar.

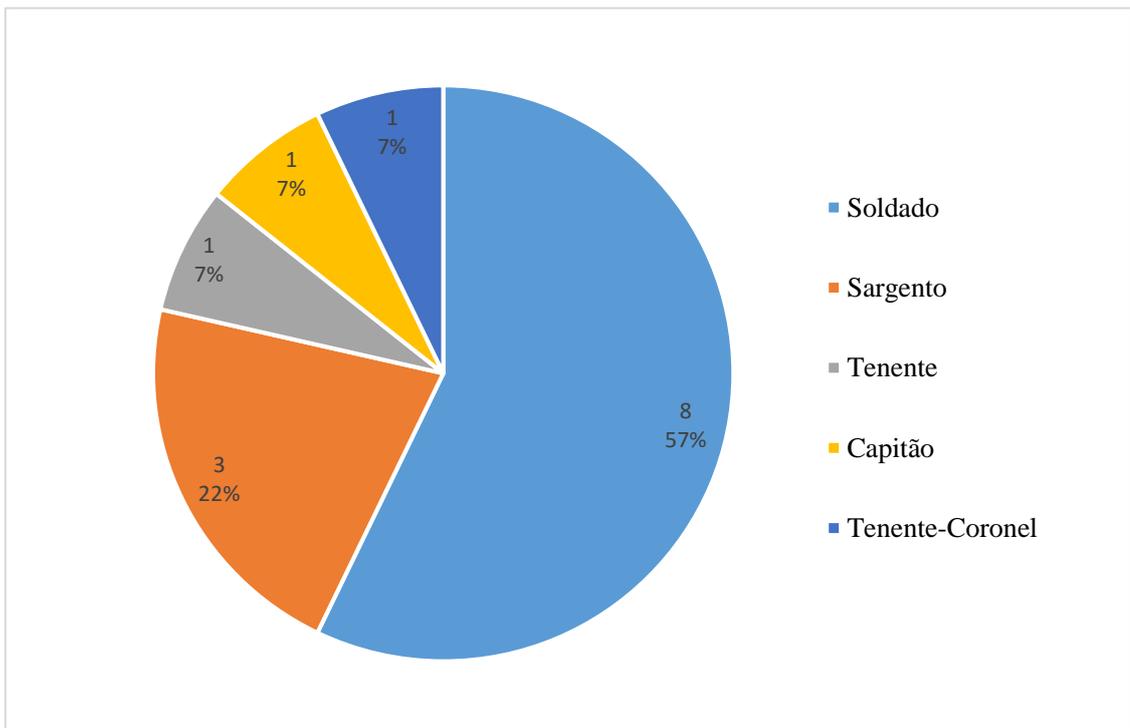
Como dito anteriormente, foram realizadas quatorze entrevistas. Porém, em onze foi utilizado o roteiro previsto, duas foram do campo exploratório, em 2015, e uma foi com o diretor da casa, quando utilizei perguntas mais direcionadas à sua posição, a maioria para esclarecer alguns pontos. Algumas questões do roteiro principal também constaram do campo exploratório, sendo possível adicionar as respectivas entrevistas em parte da análise. Assim, em algumas questões abordadas no capítulo quatro trataremos de onze policiais e em outras treze, tudo estando devidamente indicado nas notas de rodapé.

Foi solicitado para o diretor e autorizado o acesso a dados quantitativos sobre os policiais militares que ali trabalhavam: patente, idade, batalhão vinculado, ano de inclusão na Brigada Militar, ano de início no Presídio Central, sexo. Porém, até a finalização dessa pesquisa os dados não haviam sido liberados pelo setor responsável. Assim, organizei apenas os dados

dos quatorze policiais entrevistados, para se ter uma ideia da “amostra” da pesquisa. Nos gráficos a seguir seguem algumas dessas informações:

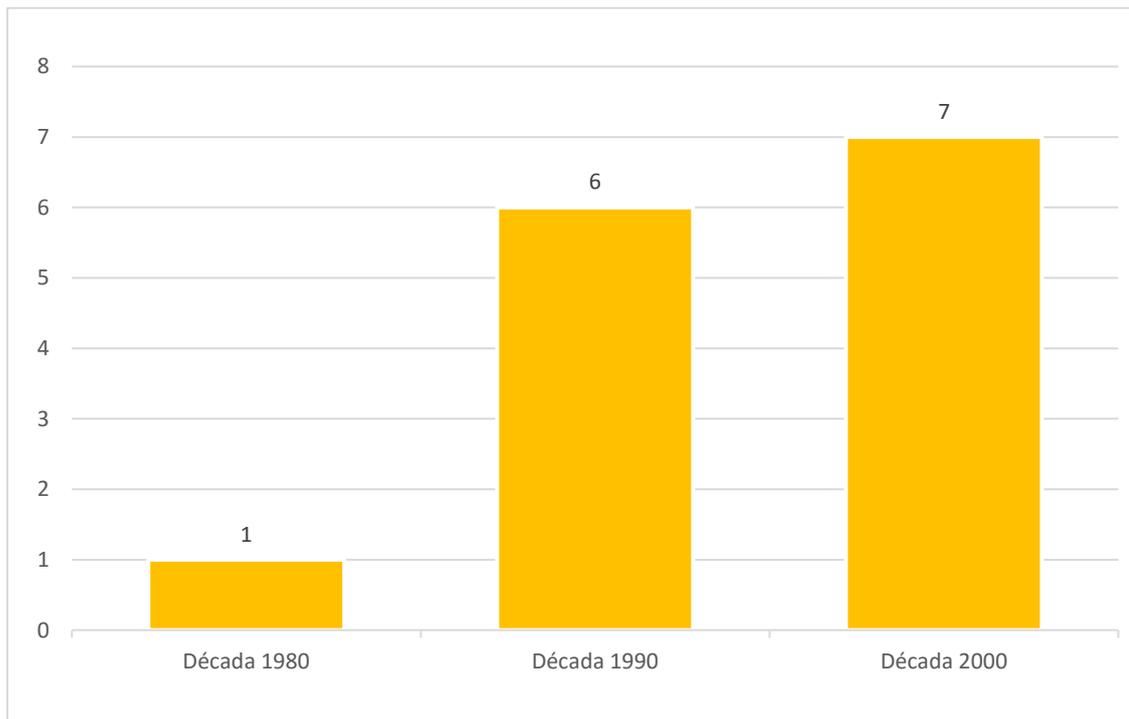
No gráfico 2 encontra-se a patente dos policiais entrevistados – oito eram soldados, três sargentos, um tenente, um capitão, um tenente-coronel. Em relação ao sexo, dentre os quatorze entrevistados cinco eram mulheres e nove homens.

Gráfico 2 – Patente dos policiais militares entrevistados



Fonte: Pesquisa.

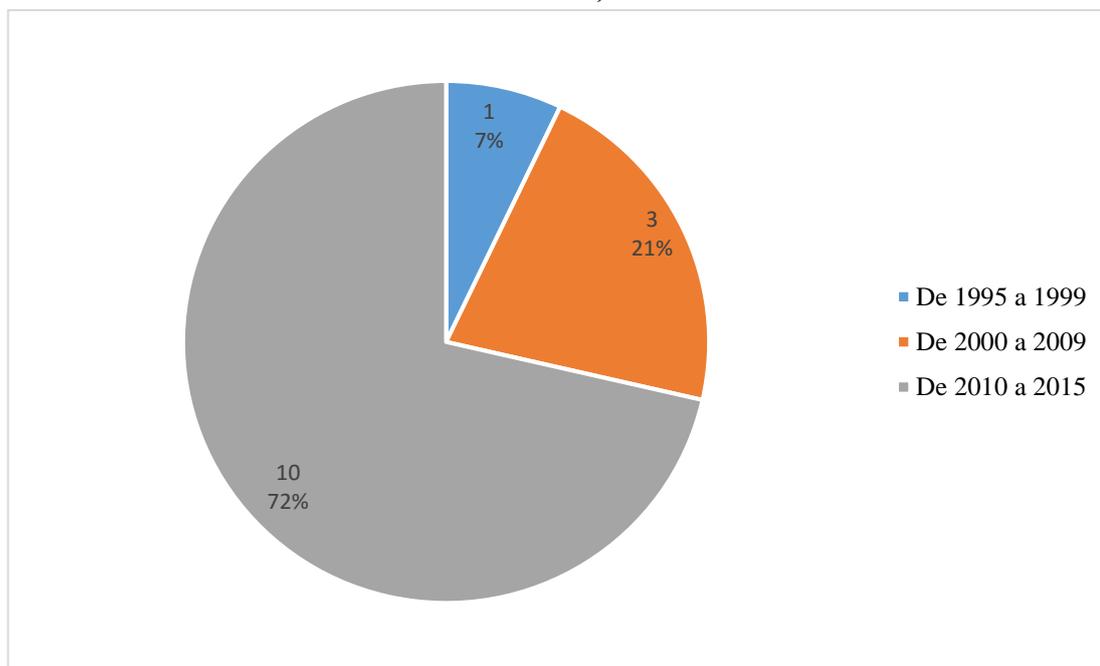
No gráfico 3, encontra-se a década de inclusão na Brigada Militar dos policiais militares entrevistados, sendo que 50% deles ingressou na década de 2000. O entrevistado com mais tempo de Brigada Militar iniciou em 1982 e os mais recentes em 2009 (quatro entrevistados).

Gráfico 3 – Ano de inclusão do entrevistado na Brigada Militar (por faixas)

Fonte: Pesquisa.

No gráfico 4, verifica-se o período em que o entrevistado entrou na FT do Presídio Central pela primeira vez – seis dos entrevistados iniciaram no ano de 2015, ou seja, na atual gestão. Do total de entrevistados, dois estavam trabalhando na FT do Presídio Central pela segunda vez e dois pela terceira vez. Quatro dos entrevistados já haviam trabalhado em outros presídios administrados pela Brigada Militar – PEJ, PASC e Penitenciária Modulada de Osório. O policial com mais tempo de Presídio Central ingressou em 1999.

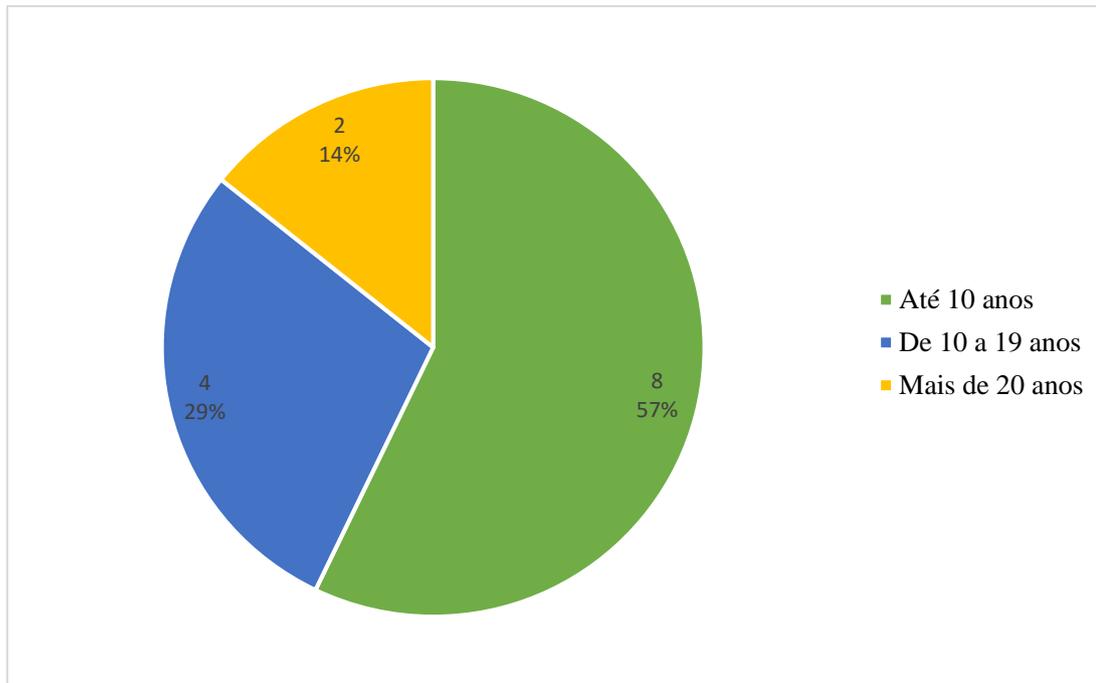
Gráfico 4 – Período da primeira entrada no Presídio Central dos entrevistados (por faixas)



Fonte: Pesquisa.

No gráfico 5, é possível verificar quanto tempo de Brigada Militar o policial militar tinha quando ingressou pela primeira vez na FT do Presídio Central: 57% tinham até dez anos de Brigada Militar e apenas 14% tinham mais de 20 anos na organização.

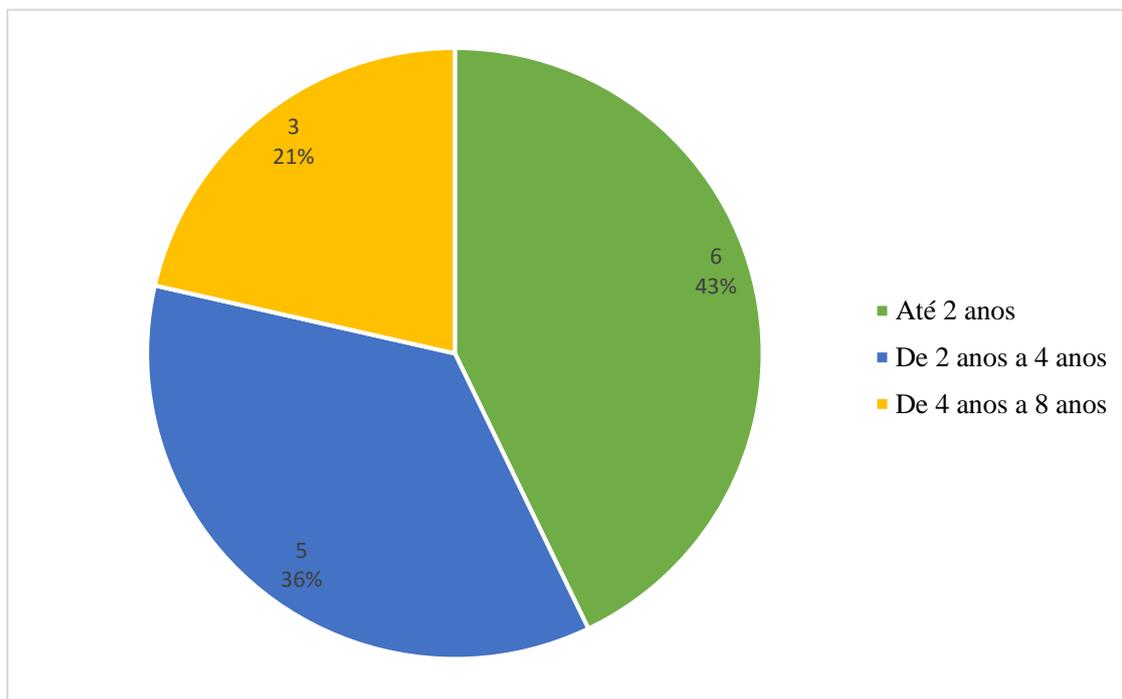
Gráfico 5 – Tempo na Brigada Militar quando da primeira entrada no Presídio Central (por faixas)



Fonte: Pesquisa.

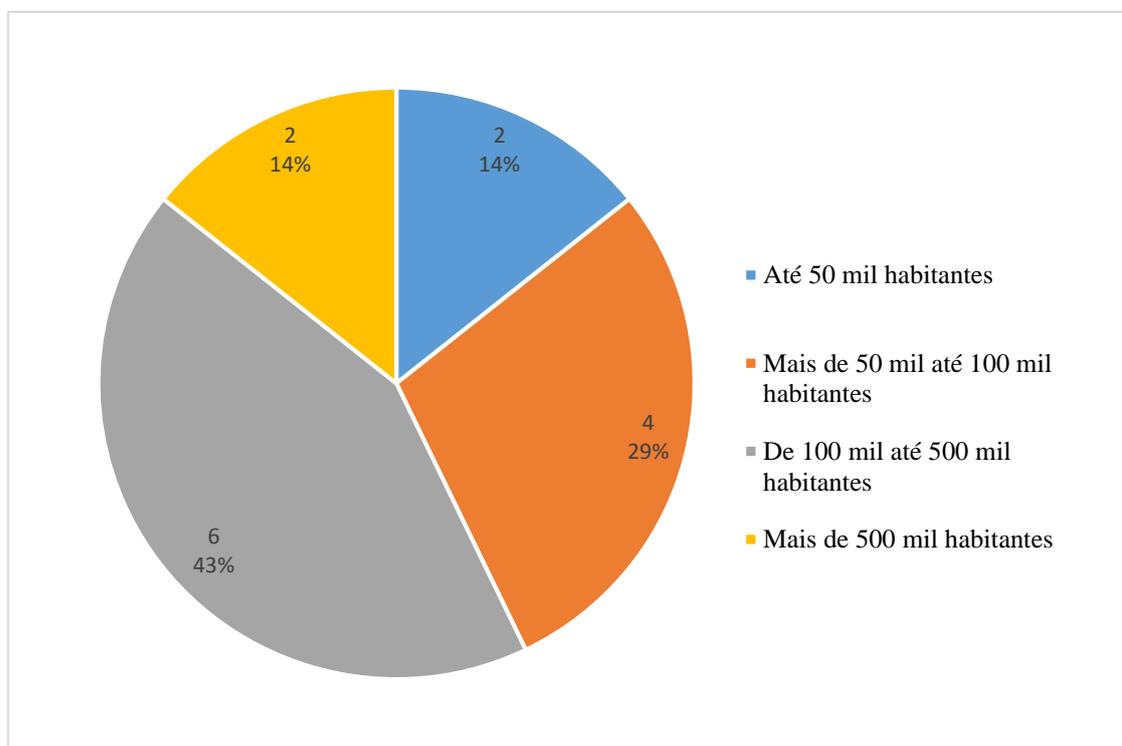
No gráfico 6 encontra-se a distribuição dos policiais segundo o tempo trabalhado no Presídio Central por faixas de anos, em anos não consecutivos, somando o período daqueles que estiveram mais de uma vez no estabelecimento. Nesse caso, temos uma amostra melhor distribuída em relação as anteriores – 43% tem até dois anos no total de tempo de trabalho no Presídio Central, 36% de dois anos a quatro anos de trabalho e 21% de quatro anos a oito anos no Presídio Central. Por fim, no gráfico 7, temos a distribuição dos policiais entrevistados por população da cidade de origem, 43% eram de cidades entre 100 mil habitantes e 500 mil habitantes.

Gráfico 6 – Tempo de trabalho⁸ no Presídio Central (por faixas)



Fonte: Pesquisa.

Gráfico 7 – População da cidade de origem do entrevistado (por faixas)



Fonte: Pesquisa.

⁸ Anos não consecutivos.

Podemos concluir, então, que o perfil dos policiais entrevistados é: soldado, do sexo masculino, com inclusão na Brigada Militar nos anos 2000, com a primeira entrada no Presídio Central após 2010, tendo até 10 anos de tempo de serviço na Brigada Militar quando da primeira entrada no Presídio Central, e até dois anos de trabalho no Presídio Central. Os entrevistados em sua maioria provinham de cidades entre 100 e 500 mil habitantes.

Todas as entrevistas foram gravadas, oito foram transcritas em sua totalidade e em seis apenas foram transcritos alguns trechos considerados essenciais para a análise. Para efetuar a análise do material transcrito foram criadas categorias para classificar trechos que indicavam elementos com aspectos comuns ou relacionados entre si, utilizando-se o *software* NVivo 11.

O quadro 1 a seguir apresenta os nós (categorias) utilizados para a análise das entrevistas, criados a partir dos roteiros das entrevistas e de informações que surgiram no campo. Entre parênteses constam os nós secundários.

Quadro 1 – Categorias (nós) no NVivo 11

Companheirismo profissional	Policiais femininas
Diária	População carcerária
Diferença trabalho polícia	Regime trabalho
Engrenagem	Relação com apenados/familiares (Jalecos)
Estrutura Brigada Militar	Rotatividade
Experiência	Segurança
Falta (Diminuir população/Efetivo/Recursos)	Setor Presídio Central
Funcionamento (Brigada Militar/PASC/PC/PEJ)	Situações de conflito
Gestão (PASC/PC)	Susepe
Mediação conflitos	Trajetória
Moradia	Treinamento
Mudança de setor	

Fonte: pesquisa.

Além das entrevistas e da observação também foram realizadas pesquisas em jornais e documental. A pesquisa em jornais efetuou-se de duas formas. Inicialmente, foram examinadas notícias disponibilizadas em meio eletrônico nos jornais Zero Hora, Correio do Povo, Diário Gaúcho e Folha de São Paulo – nesse último acessado o acervo completo disponibilizado no site – a partir de palavras-chave como “presídio”, “motim”, “rebelião”, “Rio Grande do Sul”, “Presídio Central”. Uma das reportagens que serviu de base para essa pesquisa foi a série do

Diário Gaúcho “A história da Falange Gaúcha”⁹, posteriormente transformada em livro pelo jornalista Renato Dornelles (Falange gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS), que auxiliou na coleta das principais datas para a pesquisa em outros jornais – o livro foi utilizado para compor parte do capítulo 5. Algumas informações coletadas nesses periódicos foram adicionadas ao trabalho.

Porém, foi difícil o acesso a informações sobre as décadas de 1980 e 1990, pois a maioria dos jornais não disponibiliza notícias desse período em meio eletrônico, exceto a Folha de São Paulo, mas por ser um jornal de outro estado não possuía muitas informações sobre os acontecimentos do Rio Grande do Sul. Assim, em contato com o Centro de Documentação e Informação da Zero Hora, conseguimos acesso ao acervo dos jornais desse período, por ser uma pesquisa de cunho acadêmico. As edições referentes ao período de 1990 a 1995 estavam transcritas no computador, ou na íntegra ou por resumos, não sendo possível verificar as notícias completas, mas facilitando a busca, pois o programa utilizado permitia a procura por palavras-chaves, data, jornalista e edição. Algumas informações foram copiadas a mão pela pesquisadora, juntamente com o título da matéria, a edição do jornal e a página. Para algumas notícias foi solicitado o envio da página escaneada – para cada página era cobrado R\$ 5,00 – que foram enviadas na mesma semana, sendo possível utilizá-las na íntegra para a realização desse trabalho.

A pesquisa documental foi realizada em leis, decretos, portarias e outros documentos oficiais da União e do estado do Rio Grande do Sul, através do acesso por meio eletrônico nos sites das instituições pertinentes: Planalto, Senado, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre outros. Também foi elaborada uma planta do Presídio Central pela estudante de arquitetura Yasmin Zanini, a partir de imagens do Google Earth e Google Maps e de informações coletadas pela pesquisadora em campo.

⁹ DORNELLES, Renato. A história da falange gaúcha. Diário Gaúcho, 2007. Disponível em: <http://zerohora.rbsdirect.com.br/pdf/5442713.pdf>

3. MARCO TEÓRICO

Conforme dito anteriormente, pretende-se analisar a ação da Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre, inserida no contexto do sistema prisional gaúcho e na constituição das forças policiais no estado, a partir de um problema de pesquisa que aborda dois eixos relacionados entre si: o trabalho do policial militar enquanto carcereiro e a mediação de conflitos da Brigada Militar. Nesse capítulo, iremos apresentar linhas gerais do debate acerca de ambos os campos da pesquisa: as prisões e as polícias.

Para alguns autores a definição de Weber de que o Estado é uma “comunidade humana que, dentro de determinado território reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (WEBER, 2004, p. 525) só se evidenciaria em alguns Estados europeus (TILLY, 1994), enquanto em muitos países, dentre eles o Brasil, esse monopólio legítimo da violência não teria sido conquistado pelo Estado. Para Adorno e Dias (2014), por exemplo, para o Estado brasileiro controlar democraticamente a violência e conseguir instaurar um Estado de Direito, deve conseguir deter o monopólio legítimo da violência através do controle efetivo da violência na sociedade civil (atualmente dominada pelo crime organizado que cria “estados de exceções” em diversas áreas urbanas) e das forças repressivas do próprio Estado – caracterizado por um sistema de justiça penal falho e um sistema penitenciário que não detém o controle dentro das unidades prisionais.

O controle social, segundo certas vertentes teóricas, é a forma com que a sociedade reage a pessoas e comportamentos considerados desviantes e indesejados (COHEN *apud* REINER, 1992). Para alguns autores esse controle tem uma função positiva, pois o consideram necessário à manutenção da ordem social. Porém, após a teoria da rotulação, o controle social passou a ser visto como criador do desvio, por definir quais comportamentos seriam considerados desviantes, isto é, “grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*.” (BECKER, 2008, p. 22). Consequentemente, os agentes de controle formal – polícia, agentes penitenciários – passaram a ser vistos como opressores e mantenedores de uma estrutura de poder e privilégio, principalmente para as análises marxista e estruturalista. (REINER, 1992).

Segundo Reiner (1992), o controle social apresenta-se de diversas formas, uma delas é o policiamento, responsável pela criação de sistemas de vigilância com possibilidade de punição de desvios, que não se limita apenas à ação policial, essa definida como “patrulhamento uniformizado regular do espaço público associado à investigação de crime ou desordem, relatados ou descobertos” (REINER, 1992, p. 22). O controle social também é responsável pela

definição do conjunto de leis de uma sociedade, categorizando os atos que devem ser punidos, e pelas prisões, onde se executam as penas que preveem restrição de liberdade. (BOBBIO, 1983).

Desde a década de 1970, a abordagem de sistema frouxamente articulado (*loosely coupled system*) vem sendo utilizada para pensar o sistema de justiça criminal (VARGAS, 2014, SAPORI, 2007). Entende-se, assim, que os procedimentos formais realizados pelas organizações são, na verdade, práticas muitas vezes opostas às recomendadas, mas que são apresentadas como legítimas, sendo, portanto, legitimadas. No Brasil, essa abordagem passou a ser aplicada no sistema de justiça criminal a partir da década de 1980. Desde então, muitos estudos vêm analisando a articulação entre as organizações do sistema de justiça criminal e revelaram, por exemplo, que “muitos inquéritos policiais instaurados ficam tramitando, sem solução, entre a polícia e as varas criminais, passando pelo Ministério Público”. (VARGAS, 2014, p. 419)

3.1 Abordagens sobre a polícia

Nas sociedades modernas, principalmente após a expansão das forças armadas estatais, que superaram os armamentos da população civil, a violência passou a ser prerrogativa exclusiva de organizações do aparato estatal (TILLY, 1994). A resolução dos conflitos sociais vinculados a comportamentos desviantes tornou-se responsabilidade de aparatos burocráticos públicos de mecanismos de controle social: sistema prisional, organizações policiais profissionalizadas e sistema judicial formalizado.

Mudanças fundamentais estruturam-se nas funções da polícia nas sociedades europeias consubstanciadas pela burocratização, centralização e profissionalização. Ao longo do século XIX, a dependência estatal dos meios de dominação interna desvincula-se gradualmente das forças militares, restando a estas os assuntos de ordem externa, das relações entre os Estados (SAPORI, 2007). Assim, para Foucault (1999, 2008) haveria uma mudança na forma em que o Estado agiria perante os habitantes do território, passando de “fazer morrer, deixar viver” (devido ao poder do soberano de decidir quem morria e quem vivia) para “fazer viver, deixar morrer”, quando os Estados passam a se preocupar com a vida de um novo corpo, a população. Porém, ao definir quem pode viver eles escolhem, ao mesmo tempo, quem deve morrer.

Nesse mesmo período ocorre a consolidação das polícias militares em grande parte da Europa — exceto a Inglaterra — com o declínio das autonomias locais na esfera policial e, conseqüentemente, com o controle cada vez mais rigoroso dos poderes políticos centrais sobre

as polícias. Apesar de manterem vínculos formais com os exércitos nacionais, há a desvinculação gradativa do uso destes na repressão às classes perigosas e nas manifestações de desordem social, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. O principal modelo para as polícias que se formariam na Europa é a *Gendarmerie* francesa. Denominada inicialmente de *Marechaussée*, no século XVI, ela era parte da elite do exército, fortemente militarizada, e tinha como função vigiar populações itinerantes, prender criminosos e assegurar regras do comércio. Em 1791 é rebatizada (de *Gendarmerie*) e perde gradativamente as vinculações com o Exército. (SAPORI, 2007)

Segundo Foucault (2008), neste processo acontece uma alteração daquilo que se entendia por “polícia”. Entre o século XVII e XVIII o termo polícia tinha um sentido positivo, era responsável por fazer a força do Estado crescer, em todas as esferas, respeitando a ordem geral. Posteriormente, essa força unitária vai se desmembrar em instituições e mecanismos diferentes. O crescimento dentro da ordem, os incentivos e regulações dos fenômenos — economia, gestão da população — e outras funções positivas passam a ser responsabilidade de diversas instituições, aparelhos e mecanismos; enquanto a polícia, no sentido moderno, passará a ter funções negativas, como eliminar e impedir a produção das desordens. Assim, a polícia caracteriza-se como uma nova forma de dominação política que se dissemina no interior da sociedade ocidental. Ainda, para o autor, não é possível separar as mudanças ocorridas ao longo dos séculos XVIII e XIX — mudança do Estado absolutista para o Estado-nação — da transformação, ainda que gradual, dos hospitais gerais em penitenciárias, ou da punição à vigilância (FOUCAULT, 2010). Desta forma, a polícia, enquanto organização atribuída de legitimidade para garantir a segurança e aplicação da lei através da força física, desenvolve-se no mundo moderno e em sociedades complexas (REINER, 1992).

Alguns autores consideram que as instituições policiais apenas reproduzem a ordem vigente controlada pelas elites dominantes. Porém, a partir da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos, uma nova perspectiva interpreta as instituições policiais não só como corporação que reproduz os interesses dominantes ou que obedece ordens impostas pelo Estado, mas como agente autônomo que também interfere na aplicação da ordem pública. Os estudos mais recentes sobre a polícia podem ser separados entre aqueles que discutem as instituições policiais como um todo e aqueles que procuram investigar a formação e as práticas dos agentes policiais (MAUCH, 2007).

No Brasil, até o fim da Ditadura Militar o estudo do tema da criminalidade e violência, e, conseqüentemente dos mecanismos de controle, era visto como pauta de vertentes conservadoras, adeptas de um maior controle da população e do endurecimento das práticas

relacionadas ao sistema de justiça criminal. Porém, com o avanço da criminalidade e o fracasso das políticas tradicionais de controle do crime, novas abordagens e propostas passaram a constituir o debate. (CANO, 2006)

Para Bourdieu (2012), a noção de campo caracteriza espaços sociais dotados de relativa autonomia e regras próprias que normatizam as ações individuais e coletivas, mas que também são transformados e influenciados pelos atores que o conformam. Assim, constituem-se a partir de conflitos, tensões e oposições entre os seus atores e entre os diversos campos que se relacionam entre si, já que os diversos atores também se diferenciam entre si. O campo das instituições policiais e o das outras instituições judiciárias constantemente são dinamizados por embates voltados à manutenção das tradições ou à sua transformação. Relacionado ao conceito de campo, o *habitus*, para Bourdieu (2012), aparece como a interiorização de disposições que reproduzem práticas vinculadas a uma classe ou campo.

Para Foucault (2010), o papel da vigilância da polícia só funciona se unida com a prisão, pois possibilitaria colocar os infratores em um mesmo local, em contato uns com os outros, de forma que seria mais fácil para o Estado controlá-los. Assim, “prisão e polícia formam um dispositivo geminado; sozinhas elas realizam em todo o campo das ilegalidades a diferenciação, o isolamento e a utilização de uma delinquência” (FOUCAULT, 2010, p. 267). Formando uma engrenagem: a vigilância da polícia fornece à prisão os infratores que serão transformados em delinquentes, alvos do controle policial, que regularmente envia alguns desses delinquentes de volta à prisão.

3.2 Abordagens sobre as prisões

A padronização de relações sociais, culturais e econômicas que surge em diversos países no final do século XX resultou, para David Garland (2008), em uma nova forma de reagir ao delito pela população em geral. A partir desse fenômeno, há a criação de novas práticas e mecanismos de prevenção para além do setor público e o controle do crime passa a extrapolar o âmbito do sistema penal, através, por exemplo, de empresas de segurança privada ou por grupos de vigilância do bairro. Há também a reinvenção das prisões, não mais vistas como mecanismo de ressocialização, mas como uma forma efetiva de punição e incapacitação do indivíduo, satisfazendo as demandas políticas por segurança pública e retribuição severa. O discurso político clama pelo aumento do Estado penal, por meio do endurecimento e prolongamento das penas e do aumento do número de prisões. (GARLAND, 2008)

Segundo Bauman (1999), o encarceramento tem sido a forma, em todas as épocas, de lidar com setores indesejados da sociedade,

[...] os escravos eram confinados às senzalas. Também eram isolados os leprosos, os loucos e os de etnia ou religião diversas das predominantes. [...] A separação espacial que produz um confinamento forçado tem sido ao longo dos séculos uma forma quase visceral e instintiva de reagir a toda diferença e particularmente à diferença que não podia ser acomodada nem se desejava acomodar na rede habitual das relações sociais. O significado mais profundo da separação espacial era a proibição ou suspensão da comunicação e, portanto, a perpetuação forçada do isolamento. (BAUMAN, 1999, p. 114)

Para Foucault (2010), a prisão é um aparelho completo e exaustivo, com os princípios do isolamento e trabalho, além de servir como instrumento de modulação da pena. Assim, o trabalho é necessário e útil pelos efeitos que tem sob o corpo do condenado, transformando-o de violento em uma máquina disciplinada, ou seja, intenta produzir sujeitos para uma sociedade industrial, transformar criminosos em trabalhadores (MELOSSI; PAVARINI, 2006).

Apesar de sua função, a prisão não deixa de produzir delinquentes, e nem o pode, pois da forma que os mantém possibilita a reprodução da criminalidade e da reincidência. Foucault apresenta algumas características que garantem que a prisão não reintegre – ou discipline – os condenados à sociedade, e que por isso tenha se tornado tornou o “grande fracasso da justiça penal” (FOUCAULT, 2010, p. 218): isolamento em celas, imposição de trabalho inútil, imposição de limitações violentas, funcionamento através do abuso de poder (que contradiz o respeito pelas leis), corrupção, medo e incapacidade dos guardas, exploração do trabalho penal, favorecimento da organização dos apenados de forma hierarquizada e aprendizagem dos jovens em primeiras condenações. Dessa forma, a prisão não diminui as taxas de criminalidade e não impossibilita a reincidência – os egressos estarão sempre estigmatizados, sob vigilância constante da polícia e da sociedade, tornando-os conhecidos tanto pelas agências de justiça criminal quanto da própria sociedade.

Segundo Goffman (1988), na sociedade são estabelecidos os meios de categorizar as pessoas e, conseqüentemente, os atributos considerados comuns e naturais para essas categorias, chamados de expectativas normativas. Os indivíduos que não satisfazem os atributos dessas categorias podem ser considerados por outras pessoas como incomuns ou como “estragados”. Goffman denomina tal processo de estigmatização.

Em relação ao estigma, Zélia Maria de Melo (2000), considera que o social, além de determinar os atributos, também define os juízos de valores éticos e morais para aqueles que não se enquadram nas qualidades determinadas para cada categoria. Assim,

Rotula, cataloga os sujeitos e os estigmatiza, marginalizando-os e classificando-os como sujeitos ou grupos de sujeitos de pouca potencialidade humana, criativa, e até

mesmo destrutivos, prejudiciais à convivência comunitária. O modelo social cria e determina um padrão externo ao sujeito, sobre o qual permite prever a categoria e os atributos; e isso passa a ser configurado como um critério único da identidade social do sujeito, que irá nortear as suas relações de convivência social, no entanto tais atributos poderão não representar sua identidade real. Criamos, assim, um modelo social do indivíduo, e, no processo das nossas vivências, passa a ser pouco perceptível a imagem social do indivíduo que criamos; esta pode não corresponder à realidade, e sim ao que deveria ser. (MELO, 2000, p. 19).

Conforme a definição de Goffman, Link e Phelan (2001) o estigma seria uma situação de poder em que há uma convergência de componentes inter-relacionados: rotulação, estereótipos, separação, perda de *status* e discriminação. Assim, o processo de estigmatização ocorre quando, inicialmente, uma característica é escolhida e aplicada a algum indivíduo (rotulação), ainda que esse indivíduo não necessariamente a possua. Posteriormente, são criados estereótipos a partir do reforço dos rótulos (estereotipificação) e a separação entre aqueles que não possuem o estereótipo (normais) e aqueles que o possuem (estigmatizados) (CASSAES, 2007). Por fim, as consequências negativas levam a uma colocação mais baixa do indivíduo na hierarquia social, o que resulta em sua discriminação. Esse processo de estigmatização gera também a discriminação estrutural, que, assim como o racismo institucional, remete às práticas acumuladas, resultando no prejuízo de grupos minoritários, mesmo quando não ocorre dano individual ou discriminação. O estigma afeta a estrutura ao redor do indivíduo (LINK; PHELAN, 2001).

Goffman e Becker são autores vinculados à Teoria do Etiquetamento Social, que considera criminoso aquele que sofre um processo de etiquetamento ou criminalização pelos que têm o poder de etiquetar e criminalizar, ou seja, criminoso é aquele que é definido socialmente enquanto tal (ZAFFARONI, 2011). Assim, são constituídas a criminalização primária (definições de leis penais pelos legisladores que incriminam ou permitem a punição de algumas pessoas); a secundária (ação punitiva realizada pelas agências do Sistema de Justiça Criminal ao suporem que um indivíduo tenha praticado um ato criminoso); e a terciária (quando há a manutenção da rotulação de criminoso a indivíduos mesmo quando não estejam mais vinculado ao Sistema Penitenciário, passando a ser internalizado pelo próprio indivíduo, vide Zaffaroni, 2003).

Os métodos que viabilizam o controle meticuloso das operações do corpo através da sujeição constante de suas forças, impondo-lhe relação de docilidade-utilidade são denominados de disciplinas por Foucault (2010). Diferentemente dos processos disciplinares que já existiam nos conventos, exércitos e oficinas, as disciplinas tornaram-se fórmulas gerais de dominação ao longo do século XVII e XVIII. Assim, “nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição,

mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2010, p. 133), em que se forma uma política das coerções sobre o corpo.

Por mais que o Presídio Central tenha o problema da superlotação, o que, em princípio, inviabilizaria o total disciplinamento dos corpos dentro das galerias, é comum presenciar os presos nos corredores sendo interpelados pelos policiais para se encostar na parede e não olhar as visitas ou para manter os braços cruzados¹⁰. Além do próprio disciplinamento da Brigada Militar em relação aos corpos dos policiais.

Para Foucault (2010), a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados — corpos dóceis — e aumenta, dessa forma, as forças úteis do corpo e diminui a resistência, através de um processo que desde o século XVII vem se expandindo de forma a

Repartir indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. (FOUCAULT, 2010, p. 217)

É a partir dessas técnicas que a instituição-prisão surge, antes mesmo que o aparelho judiciário a definisse legalmente como pena. Quando surge como castigo é caracterizada como uma inovação, quando, por exemplo, a justiça penal adota medidas mais “humanas”, mais “civilizadas”. Segundo o autor, tão logo surge a prisão enquanto castigo ela se torna não só a melhor, mas a única alternativa como penalidade. Porém, é através dela que se produz a delinquência, devido à inclusão do indivíduo nos mecanismos disciplinares. Dessa forma, a reincidência seria intrínseca à pena de prisão, o que caracteriza a falência dessa instituição. Serve, de fato, para controlar a classe trabalhadora — e de certa forma voltá-la contra ela mesma — e para garantir a autoridade do Estado e seus aparatos, principalmente a polícia, através do temor à prisão. (FOUCAULT, 2010)

As instituições totais têm como aspecto central a ruptura das barreiras que separam as três esferas da vida na sociedade moderna: dormir, brincar e trabalhar. O indivíduo, então, deixa de praticar essas atividades “em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral” (GOFFMAN, 2010, p. 17). Dessa forma, o fato básico das instituições totais é o controle de muitas necessidades indispensáveis a um grupo de indivíduos através de uma administração burocrática.

¹⁰ Manter os braços cruzados com as mãos abaixo das axilas é uma forma encontrada pela administração da Brigada Militar de retardar uma possível ação do preso, já que os mesmos andam sem algemas no corredor, para facilitar a movimentação entre os corredores e prédios.

Há, nessas instituições, a restrição à transmissão de informações, principalmente quanto aos planos do grupo dirigente para com o grupo dos internados, estes não têm noção das decisões tomadas. Para Goffman (2010), as restrições de contato desenvolvidas dentro dessas instituições ajudam a desenvolver dois mundos sociais e culturais diferentes, o do apenado e o da administração do estabelecimento, apesar de caminharem juntos e com pontos de contato oficiais.

Assim, são caracterizadas pelo seu fechamento pois há uma separação entre o ambiente interno e o externo através de estruturas arquitetônicas e tecnológicas que dificultam a comunicação para além dos muros. A prisão, sendo um dos tipos de instituição total, é “organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato” (GOFFMAN, 2010, p. 17). Dessa forma, há a ruptura dos aspectos que constituem a identidade do indivíduo, estabelecidas através das relações sociais. Afastado dessas relações e do meio social o indivíduo passaria por uma deterioração de sua identidade.

O Presídio Central, por exemplo, apresenta essas características não só em relação aos presos que ali cumprem pena – mesmo que não estejam completamente isolados de comunicação no exterior – mas também aos policiais que ali trabalham e que moram no complexo do presídio, em alojamentos, ainda que tenham livre circulação (entrada e saída).

Os efeitos deteriorantes das instituições totais sobre os internos têm sido amplamente discutidos. Para John Irwin (1985), as prisões – principalmente as que abrigam presos provisórios, por geralmente serem o primeiro contato de muitos deles com o sistema criminal — têm quatro fases no processo de deterioração institucional: desintegração com os laços e posições sociais; desorientação pessoal; degradação; e preparação.

Para Zaffaroni (1991), esses efeitos deteriorantes não são “um produto intencional de uma ação dolosa” (ZAFFARONI, 1991, p. 41), pois os operadores das prisões não intentam deteriorar os apenados como um fim em si, mas têm como principal preocupação a sustentação da ordem e de manutenção do equilíbrio do *status quo*. Assim, a deterioração carcerária – ou *prisonização* – seria um efeito inevitável das medidas que precisam ser tomadas para estabelecer esse *status quo*. Além do mais, há o efeito deteriorante que incide nos operadores das agências do sistema penal (juízes, policiais, agente penitenciários, entre outros), denominado por Zaffaroni de *carcerização*¹¹, que geraria um estado de estresse quase contínuo.

¹¹ *Carcelerizácion*, no espanhol.

Para Batista (2009), há duas modalidades concomitantes de construção da ordem e do controle nas prisões: (1) a minoritária (formal), que se baseia na prerrogativa do Estado na gestão prisional – vinculada às condições institucionais adequadas; e (2) a que se baseia na negociação da pacificação do presídio com a liderança dos presos (informal), relacionada às condições precárias dos presídios, superlotação e falta de efetivos de agentes penitenciários. As duas abordagens representam, “formas de relacionamentos e interações sociais historicamente produzidas entre o Estado e a sociedade, recriadas através do *habitus* dos atores sociais e que não se restringem ao espaço social das prisões”. (BATISTA, 2009). Aqui, poderíamos acrescentar, ainda, mais uma forma de construção da ordem e do controle: a que se daria por intermédio das lideranças em relação aos outros presos da galeria, já que a relação basear-se-ia na confiança que o líder, ou o plantão, tem em relação à legitimidade do seu domínio, podendo haver uma troca de liderança através da violência, por exemplo, como muito já aconteceu na história do Presídio Central (ver próximo capítulo).

As duas instituições abrangidas pela pesquisa, a Brigada Militar e o Presídio Central, podem ser consideradas, segundo a definição de Goffman, como instituições totais devido ao confinamento, tanto no caso dos policiais militares quanto dos apenados; a disciplina e a obediência às regras, mesmo que no caso do Presídio Central os presos, devido à superlotação, não estejam submetidos a tantos mecanismos de controle por parte do Estado como os apresentados por Goffman e Foucault, pois, devido à superlotação dentro das galerias, eles estão sujeitos às regras estabelecidas pelas lideranças.

Os policiais militares não se veem como carcereiros, consideram que ali estão apenas por um curto período de tempo, cumprindo a missão de que lhes foi dada, mas, por outro lado, é frequente nas falas dos policiais entrevistados e nas conversas informais observadas a necessidade de serem reconhecidos (discutirei melhor essas questões na seção 6.3). Todas estas são aspectos que remetem ao processo de *carcerización* (ZAFFARONI., 1991)

Em relação aos policiais militares, muitos entrevistados mencionaram transformações no campo (como em Bourdieu) da Brigada Militar: na mudança da atitude dos oficiais superiores, que agora ficavam entre os praças e conversavam, brincavam, diferente da separação que ocorria em anos anteriores; no discurso dos policiais de que deveriam cuidar do preso, que ali estava apenas para cumprir sua pena; no discurso da mediação de conflitos, recente dentro da instituição; na preocupação da administração em possibilitar a realização de pesquisas dentro do Presídio Central; nas melhorias para a população carcerária e para melhor tratamento dos familiares, como a criação de pavilhão separado para homossexuais e travestis ou a realização de festas de Dia das Crianças, Páscoa e Natal para os filhos dos presos, por

exemplo. Quanto ao conceito de *habitus*, também de Bourdieu, os policiais entrevistados também apresentaram falas recorrentes, que podem ser percebidas como o *habitus* da instituição: a valorização da disciplina, hierarquia e militarismo, por exemplo.

No próximo capítulo, analisaremos alguns aspectos históricos da constituição da polícia e das prisões no Brasil e no Rio Grande do Sul.

4. O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS DA POLÍCIA E DAS PRISÕES NO BRASIL

No Brasil, o sistema de justiça criminal engloba três subsistemas – subsistema de segurança pública, subsistema judicial e subsistema de execução penal – compostos por órgãos do poder executivo e judiciário em instâncias federais, estaduais e municipais. O subsistema de segurança pública é composto por órgãos do poder executivo, no âmbito federal – Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal – vinculam-se ao Ministério da Justiça; no âmbito estadual – Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros – vinculam-se às secretarias pertinentes de cada estado da federação; e no âmbito municipal – guardas municipais – vinculam-se às prefeituras municipais.

O subsistema judicial é composto por órgãos do poder judiciário, no âmbito federal (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e tribunais regionais federais) e estadual (tribunais de justiça estaduais). O subsistema de execução penal é composto pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen) – vinculados ao Ministério da Justiça – além do Ministério Público Federal e os presídios federais (Catanduvas/PR, Campo Grande/MS, Mossoró/RN e Porto Velho/RO) no âmbito federal; e pelo Juízo da Execução, Ministério Público, Conselho Penitenciário, Conselho da Comunidade, Patronato e os departamentos penitenciários das unidades federativas no âmbito estadual, sujeitos à legislação de cada estado para a definição das varas e suas funcionalidades (FERREIRA; FONTOURA, 2008).

Nesse capítulo apresentaremos o histórico, as características e as atribuições da polícia (ainda que de forma resumida), que compõem o subsistema de segurança pública, e dos presídios e penitenciárias, que integram o subsistema de execução penal no Brasil e mais especificamente no Rio Grande do Sul.

4.1 Subsistema de segurança pública

As polícias conhecidas hoje como polícias modernas surgiram e se desenvolveram entre os séculos XIX e XX e são definidas como instituições estatais permanentes em que os membros são responsáveis pela vigilância contínua, pela manutenção e restabelecimento da ordem, e repressão aos crimes em um determinado território (MAUCH, 2011). Nos estudos sobre as origens e a história da polícia são apresentados dois padrões de policiamento que surgiram no estado nacional moderno: o da polícia francesa, a *marechaussée* e, posteriormente,

gendarmérie – tendo início no Estado absolutista e representando um modelo autoritário, rigidamente centralizado e focalizado na segurança das instituições estatais – e o da polícia inglesa, a *Metropolitan Police Service* – criada no século XIX, caracterizada por estar sob o controle da população e pela preocupação com a segurança individual (BRETAS, 1997).

Apesar dessas diferenciações entre esses dois modelos, a Inglaterra exportou para as suas colônias um tipo diferenciado de policiamento, baseado no modelo implantado na *Royal Irish Constabulary* – criada para manter o domínio inglês, organizada como força militar, utilizada amplamente para conter distúrbios (DEFLEM, 1994) – anteriormente implantado na Índia (*Indian Imperial Force*) (BELL, 2013). Dessa forma, é necessário considerar que as polícias que surgiram nos outros países não foram estruturadas da mesma maneira que na França ou Inglaterra, mas sim desenvolveram-se de maneiras distintas e com características próprias. No Brasil, as forças policiais foram organizadas em nível estadual, diferentemente da França, onde se organizaram enquanto força nacional, e da Inglaterra, com escopo de nível local, por exemplo. O policiamento das colônias, como argumenta Marcos Bretas (1997), gerou muitos problemas para os colonizadores, dentre eles, a necessidade de satisfazer tanto as elites locais quanto as metropolitanas. A seguir, apresentaremos alguns pontos importantes sobre a criação e o desenvolvimento das polícias no Brasil e no Rio Grande do Sul.

4.1.1 A polícia no Brasil

A instauração do primeiro corpo policial no Brasil ocorreu em 1808 no Rio de Janeiro com a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte, baseada no modelo de policiamento de Lisboa, devido à chegada da família real na capital brasileira. Em 1809 é criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, da qual se originou a polícia militar, que era encarregada do patrulhamento das ruas, mas, principalmente, “manter uma tropa aquartelada para ser empregada quando fosse necessário garantir a ordem pública” (BRETAS, 1997, p. 41). Com o aumento do crime e da violência, essas forças policiais são aperfeiçoadas, no final do mesmo século. A preocupação com o crime resultou, inclusive, na criação de um sistema de identificação influenciado pelas ideias de Cesare Lombroso, Francis Galton e Alphonse Bertillon, que ao longo dos anos passou a ter uma adoção obrigatória exemplificada pelas carteiras de identidade, impressões digitais, fotografias e fichas criminais (GALEANO; FERRARI, 2011).

Do Rio de Janeiro a polícia expandiu-se para as outras províncias, sob a autoridade do presidente provincial, onde se adaptou às condições e recursos das diferentes regiões (BRETAS,

1997). Após a abolição da escravatura e a proclamação da República ela assumiu integralmente a autoridade de aplicação da lei e da ordem e a responsabilidade de disciplinar os espaços públicos (MAUCH, 2011). Sem seguir um planejamento definido, a força policial dividiu-se entre a polícia civil – originada da administração local, inicialmente com algumas funções judiciárias, que depois foram sendo restringidas – e a polícia militar – que surge do patrulhamento militar uniformizado de rua.

Em relação à polícia militar, a Constituição de 1891 (BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891) garantiu autonomia aos Estados da Federação para administrar seus Corpos Militares de Polícia. Porém, em 1917 (BRASIL, Lei nº 3.216, de 3 de janeiro de 1917) a Brigada Policial e o Corpo de Bombeiros da Capital Federal, posteriormente também nos outros estados, passaram a se constituir como reserva do exército. Apenas com o fim do Estado Novo, em 1946 (BRASIL, Decreto-lei nº8.660, de janeiro de 1946), elas voltariam para a esfera estadual. Na Ditadura Militar, as polícias militares foram sendo progressivamente subordinadas ao poder federal. Até 1967 as polícias militares estaduais eram vinculadas às secretarias estaduais. Com o decreto-lei 667/69 é atribuído o policiamento ostensivo fardado exclusivamente às polícias militares – forças públicas estaduais, reservas do exército – que passaram a ser atribuídas ao Ministério do Exército, sendo extintas as Guardas Civis. Até a Constituição de 1988, as polícias no Brasil foram utilizadas para fins políticos, sendo responsáveis pela perseguição, desaparecimento, tortura e assassinato de membros de grupos contrários ao governo. (NEME, 1999)

No início dos anos 1990, devido ao processo de redemocratização, as forças policiais que haviam sido enrijecidas durante a ditadura militar foram forçadas a passar por um rompimento do antigo modelo de policiamento, em razão das transformações que surgiam na própria sociedade e nas instituições, devido a uma falta de sincronia entre a sociedade - com suas mudanças sociais e políticas - e a prática policial. No modelo tradicional prioriza-se o uso da força, muitas vezes à margem da legalidade (BENGOCHEA *et al.*, 2004). Alguns estados implantaram esse novo modelo de policiamento de forma restrita e pontual, mas é somente em 2000, com o Plano Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2000), que são apresentadas diretrizes e estímulos para implementação desse modelo nos estados, tendo continuidade no Plano Nacional de Segurança Pública II, de 2003.

Luís Flávio Saporì (2007) classifica os desenhos institucionais dos sistemas de justiça criminal. Em relação aos subsistemas policiais nacionais é possível classifica-los em relação ao número de organizações policiais e na dispersão do comando. O número de organizações policiais de um país demonstra o nível de fragmentação do subsistema policial, que pode ser

caracterizado como monista – uma única organização policial de abrangência nacional subordinada à uma autoridade central – ou pluralista – mais de uma força policial, entre coordenadas e descoordenadas, a depender da definição das funções de cada polícia e da delimitação de seu território. Em relação à dispersão do comando é possível classificá-las entre centralizadas e descentralizadas, conforme a distribuição do poder na cadeia hierárquica, gerando uma maior ou menor autonomia das unidades de base em relação às instâncias de comando. Por fim, ainda é possível diferenciá-las em relação às tarefas e responsabilidades assumidas e na adesão do militarismo pelos corpos policiais, ou seja, na diferenciação entre as forças policiais e as forças militares.

Seguindo essa classificação de Saporì (2007), o subsistema de polícia no Brasil pode ser classificado como pluralista coordenado; tendo corpos policiais municipais, estaduais e federais; apresentando fragmentação e delimitação das tarefas desempenhadas por cada uma das forças; com organizações ostentando alto grau de dispersão do comando; além da existência de forças policiais militarizadas.

4.1.2 A polícia no Rio Grande do Sul

No século XIX ainda não havia na Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, uma polícia profissionalizada, ocorrendo apenas algumas tentativas de organizá-la. A Guarda Municipal do estado foi criada em 1831, regulamentada em 1841, com o propósito de formar um corpo policial elitizado para manter a tranquilidade pública e auxiliar a justiça, assessorando os Juizes de Paz, que tinham funções policiais (efetuar prisões e interrogatórios de suspeitos, obrigar desocupados a trabalhar, entre outras). Tanto para o cargo de Juiz de Paz quanto para de integrante das guardas era necessário ser cidadão eleitor, sendo a candidatura realizada de forma voluntária, ou, quando da ausência de voluntários suficientes para preencher as vagas estas seriam preenchidas de forma compulsória¹². (MOREIRA, 1995)

Segundo Moreira (1995), houve naquela época um aumento da preocupação das elites em relação à organização policial, pois eram vistas como uma estratégia de controle e intimidação das classes baixas. Para Chalhoub (1996), há uma equiparação pelos políticos brasileiros das classes pobres com as classes perigosas, como sinônimos. Assim, o termo classes

¹² Paulo Moreira (1995) relata uma reclamação do Presidente da Província em relação ao Alferes Comandante do destacamento policial de Camaquã “pelo abusos e “tropolias” praticados no recrutamento de indivíduos isentos do serviço “amarrando-os e conservando-os presos em um quarto escuro” até que declarassem que assentavam praça “voluntariamente” no Corpo Policial. (MOREIRA, 1995, p. 65).

perigosas, que inicialmente se referia às pessoas que já haviam passado pela prisão ou que optaram pela prática de furtos, passou a ser vinculado às classes pobres em sua totalidade, principalmente escravos, desertores, trabalhadores esporádicos com baixa remuneração e aqueles considerados “vagabundos” (CHALHOUB, 1986).

Entre 1841 e 1888 diversas alterações foram feitas para aumentar a eficácia dos efetivos policiais. Porém, durante muito tempo eles foram vistos pelos populares como controladores e limitadores do espaço urbano, além de truculentos. Um outro problema para a profissionalização era a baixa remuneração e o fato de que optar pelo policiamento era visto não como uma profissão, mas como uma ocupação temporária. A escolha pelo ingresso na polícia era percebida como uma forma de escapar do recrutamento no Exército ou Armada, estes considerados uma punição ainda maior¹³ (MOREIRA, 1995, MAUCH, 2011).

A Brigada Militar, criada em 1892 em meio às lutas políticas entre castilhistas e a oposição, em substituição à Guarda Cívica, não se constituía enquanto força policial, mas como força militar, possuindo caráter de exército estadual, atuando no controle de distúrbios ou ameaças de segurança e na preservação da ordem pública (MAUCH, 2011). De fato, só iria possuir caráter policial a partir de 1950, quando, com a Portaria nº 588/50, ela passou a realizar os serviços de ronda e vigilância em alguns distritos de Porto Alegre para “assegurar a ordem pública, garantias individuais e zelar pela moral e os bons costumes, além de fiscalizar e regularizar o trânsito” auxiliando a Guarda Civil, devido à falta de efetivo (KARNIKOWSKI, 2010, p. 278).

Em 1896 foram reorganizadas as polícias do estado: haveria uma Polícia Judiciária de nível estadual, com a função de manter a ordem, segurança e integridade do território estadual; e o policiamento preventivo, que ficou a cargo da Polícia Administrativa, de competência municipal e fardada. Nesse ano ocorreu também a alteração da Brigada Militar, que foi transformada em força pública, desempenhando funções policiais apenas a pedido de autoridades (MAUCH, 2011).

Em 1929, a Polícia Administrativa de Porto Alegre foi extinta e substituída por uma Guarda Civil, também de caráter preventivo, civil e uniformizada, que posteriormente auxiliaria na Revolução de 1930 (GIULIANO, 1957). A Constituição de 1937 instaurou diversas mudanças em relação às polícias no Brasil. No Rio Grande do Sul o decreto 6880/37, de 7 de dezembro de 1937, revogou a distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária,

¹³ O alistamento compulsório no Exército e na Marinha eram utilizados como forma de disciplinamento, para onde eram enviados indivíduos com maus instintos, vícios, ociosidade e criminalidade. (MOREIRA, 1995).

mantendo a Polícia Civil como responsável pelas funções preventivas e repressivas (GRIZA, 1999).

Em 1953 são reorganizados os quadros da Polícia Civil que também incorpora a Guarda Civil e a recém-criada Rádio Patrulha¹⁴, tornando-a uma polícia de ciclo completo (com serviços de investigação criminal e policiamento ostensivo), além da Divisão da Guarda de Trânsito e da administração de presídios, que já eram de sua responsabilidade. Posteriormente, a Lei 2.027 de 1957 prescreveu autoridade policial para os oficiais e praças da Brigada Militar quando no auxílio ao policiamento dos policiais civis. (KARNIKOWSKI, 2010).

Conforme Karnikowski (2010), a *policialização* da Brigada Militar só é realmente efetivada no final dos anos 1970 por pressão do regime militar, quando irá realizar efetivamente os serviços de policiamento ostensivo, com a promulgação da Constituição Estadual de 27 de janeiro de 1970. A Guarda Civil, por sua vez, é extinta em 1967, através do Decreto-lei nº 317/67. A administração dos estabelecimentos prisionais deixa de ser de competência da Polícia Civil em 1968, quando da criação da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), através da Lei nº 5.745, de 28 de dezembro de 1968.

4.2 Subsistema de execução penal

As prisões modernas, com o intuito de punir e corrigir os indivíduos, são estruturadas no período entre os séculos XVI e XVIII, a partir do surgimento de instituições como as *workhouses* (Inglaterra), *tuchuisen* (Holanda) e *zuchthaus* (Alemanha), as quais, com um código rígido de disciplinamento, controlavam e confinavam mendigos, pobres, pequenos infratores, muitas vezes famílias inteiras, com a intenção de os obrigarem a praticar atividades laborais e aplicar correção moral (SALLA; LOURENÇO, 2014). Assim, visava-se o controle das classes trabalhadoras que, nesse período, já recebiam influências da Revolução Francesa e das primeiras lutas operárias inglesas (RUDÉ, 1991).

A pena de prisão foi vista inicialmente como uma evolução da sociedade em substituição às demonstrações de suplício em praça pública, devido à influência do iluminismo e do liberalismo (MAIA *et al.*, 2009). Em poucas décadas toda uma alteração da economia do castigo foi efetuada na Europa e nos Estados Unidos (FOUCAULT, 2010). Diversos pensadores participam do debate sobre o propósito das prisões, propondo reformas. A partir dessas discussões, surgem nos Estados Unidos, no século XIX, as primeiras casas prisionais

¹⁴ Lei 2027, de 03.01.1953.

fundamentadas no silêncio, disciplina e trabalho. Essas penitenciárias levariam à criação de dois modelos: o de Auburn – que isolava os presos apenas à noite e durante o dia os obrigava a realizar trabalhos em conjunto, mas sem comunicação entre si – e o da Pensilvânia – com o isolamento completo dos presos durante o dia e trabalho individual dentro das celas. (MAIA *et al.*, 2009).

Esses modelos foram exportados para diversas localidades, mas passaram a ser criticados pela desumanidade com que eram tratados os presos, que muitas vezes acabavam enlouquecendo devido às péssimas condições do sistema disciplinar. Após a falência de ambos os modelos, foram criados na Europa os sistemas progressivos, baseados no sistema disciplinar de Auburn, mas agregando a diminuição da pena do detento quando do bom comportamento (modelo ainda muito utilizado hoje em dia). Apesar da existência de modelos com visões mais humanitárias, em grande parte das prisões do Ocidente prevaleceram, ainda durante muito tempo, prisões em situações precárias, abandonadas pelo Estado e pela sociedade. (MAIA *et al.*, 2009).

A partir da década de 1970, em grande parte do Ocidente há uma alteração no tratamento e na interpretação da criminalidade, tanto pela sociedade civil e opinião pública quanto pelo Estado e suas instituições (SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006). Há um aumento da criminalidade em grande parte dos países e também o sentimento de insegurança da população, o que implicou na intensificação do uso da pena de prisão e no recrudescimento das penas, aumentando a taxa de encarceramento nesses locais (SALLA; LOURENÇO, 2014). Nesse contexto ocorre a expansão do crime organizado, principalmente de grupos vinculados ao narcotráfico, implicando no desenvolvimento de redes de comércio ilícito, favorecendo o surgimento de conflitos entre grupos adversários, resultando, na maioria das vezes, em altas taxas de homicídios e outros crimes violentos nas localidades em que esses grupos dominam (ADORNO; DIAS, 2014).

4.2.1 O sistema penitenciário no Brasil

A partir de 1603 vigoraram no Brasil as Ordenações Filipinas¹⁵ até a promulgação do Código Criminal do Império, em 1830. As penas ali previstas eram a pena de morte, degredo para galés ou outros locais (Índia, África, uma outra vila), penas corporais (açoites, mutilações, queimaduras), confisco de bens e multas e, ainda, penas que previam a humilhação para crimes

¹⁵ De 1500 a 1520 vigoraram as Ordenações Afonsinas e de 1521 a 1602 as Ordenações Manuelinas.

como blasfêmia, feitiçaria, sodomia, incesto, adultério, homicídio, vadiagem, entre outros. As penas para o mesmo crime poderiam variar conforme a condição social do transgressor. Nenhum crime era punido exclusivamente com a pena de prisão, além de ser muito utilizada como forma de obrigar o cumprimento de outras penas ou disciplinar moradores da localidade. No Código Criminal de 1830 ainda é mantido a pena de morte e galés, além do banimento, degredo, desterro, multa, prisões simples e com trabalho. (SALLA, 1999)

Visando uma modernização do sistema de justiça criminal no Brasil são inauguradas, na década de 1850, as duas primeiras Casa de Correção: no Rio de Janeiro¹⁶ (1850) e em São Paulo (1852), efetuando as penas de prisão ou de prisão com trabalho previstas no Código Criminal de 1830, além de possuírem regulamentos que orientavam o funcionamento dos estabelecimentos, baseados em modelos europeus e norte-americanos (CHAZKEL, 2009). Essas duas casas de correção foram, por muito tempo, exceções no cenário prisional do país. Nas outras localidades ainda prevalecia o modelo de encarceramento dos tempos coloniais, “práticas e rotinas de encarceramento que não se distanciavam daquelas realizadas durante o mundo colonial e que frequentemente denunciavam o viés violento e arbitrário da sociedade escravista.” (SALLA, 1999, p. 66), e que não tinham nem a intenção nem a possibilidade de ressocializar os indivíduos.

Com o Código Penal de 1890 é prescrita a pena de prisão para quase todos os crimes previstos e a abolição da pena de morte, galés e açoite. A implantação de um sistema penitenciário em todo território demoraria a se efetuar, sendo a Penitenciária do Estado, em São Paulo, inaugurada em 1920, por muito tempo um dos únicos locais apropriados para a pena de prisão celular (SALLA, 1999). Após a proclamação da República, as lideranças políticas reprimiram fortemente as camadas populares e inimigos políticos. No Rio de Janeiro, muitos grupos foram enviados para a Colônia Correccional de Dois Rios na Ilha Grande, inaugurada em 1894.

A Era Vargas (1930-1945) trouxe forte repressão policial e judiciária para diversos grupos políticos e populares, através de censura e prisões forçadas. O Código Penal de 1940 definia como penas a reclusão, a detenção e a multa (BRETAS; SANT’ANNA, 2014). É realizado um Plano Penitenciário Nacional com a construção de novas unidades prisionais em todo território nacional e reformas das que já existiam (ALMEIDA, 2014).

¹⁶ As obras da Casa de Correção do Rio de Janeiro iniciam-se em 1834, que foi inspirada em modelos americanos e ingleses, porém, a sua construção nunca foi finalizada. Quando da sua inauguração, em 1850, a planta original havia sido modificada.

A criação de uma Lei de Execuções Penais é discutida desde os anos 1930, porém só em 1957 uma lei dispoñdo sobre as normas gerais do regime penitenciário é implementada (Lei 3274/1957), prevendo: garantia à individualização das penas; internação em estabelecimentos apropriados, dos que estiverem passíveis de prisão preventiva, ou provisória; trabalho obrigatório dos sentenciados; percepção de salário; formação do pecúlio penitenciário; seguro contra acidentes no trabalho interno ou externo; separação das mulheres sentenciadas em estabelecimentos apropriados; internação em estabelecimentos apropriados dos menores infratores que tiverem mais de 18 e menos de 21 anos; assistência social aos sentenciados, aos liberados condicionais, aos egressos definitivos da prisão, e às famílias dos presos e das vítimas (MADEIRA, 2012).

Na década de 1960 a construção de estabelecimentos prisionais no país passa a ser de responsabilidade dos estados (ALMEIDA, 2014). A partir dos anos 1970, com o aumento do tráfico de drogas, o surgimento do crime organizado e o recrudescimento das leis criminais, ocorre um aumento da população carcerária brasileira. Em 1984, o Código Penal sofre uma reforma parcial, sendo a ele adicionada a Lei de Execuções Penais, que se fundamenta na prevenção dos delitos e na repressão, mas também na garantia de meios pelos quais os apenados possam ser reincorporados à sociedade. Assim, tornava obrigatório à comunidade carcerária a extensão dos direitos sociais, econômicos e culturais, através da garantia de saúde, trabalho remunerado sob regime previdenciário, ensino e desportos, entre outros (MADEIRA, 2012). Nela está prevista a criação e administração dos estabelecimentos prisionais pelas secretarias de administração penitenciária de cada estado, ou equivalente, sendo fiscalizadas e auxiliadas pelo Departamento Penitenciário Nacional, o Depen.

Atualmente, o Brasil tem 1.424¹⁷ unidades prisionais, sendo quatro delas penitenciárias federais de segurança máxima, já previstas na LEP, mas apenas inauguradas a partir de 2006 e destinadas aos presos de alta periculosidade. Para os presos provisórios há as cadeias públicas (presídios); para os presos com condenação existem: as penitenciárias para o regime fechado, as colônias agrícolas ou industriais para o regime semiaberto e as casas do albergado para o regime aberto. Há, ainda, os hospitais de custódia para apenados diagnosticados inimputáveis por problemas mentais. Porém, devido à carência de vagas no sistema penitenciário, muitos presos condenados são colocados em cadeias públicas, como é o caso do Presídio Central, que abrigava 1.998 presos condenados e 2.771 provisórios em outubro de 2016.

¹⁷ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen, junho/2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

4.2.2 O sistema penitenciário no Rio Grande do Sul

Até 1850 poucos edifícios haviam sido construídos para o funcionamento de cadeias na Província de São Pedro, sendo utilizadas as dependências de quartéis, edifícios municipais e casas particulares na maioria das localidades. O discurso ressocializador e a necessidade de cadeias seguras, limpas e arejadas resultou na construção de novos cárceres na província na década de 1850, mas na maioria das localidades do interior ainda era comum o uso de estabelecimentos não próprios para instituições penais ou a total inexistência desses locais (CESAR, 2014).

Em Porto Alegre, a primeira parte da Cadeia Civil da Capital, posteriormente Casa de Correção, foi finalizada em 1855, na Ponta da Praia do Arsenal (posteriormente conhecida como Ponta da Cadeia, atual Volta do Gasômetro) para substituir a Cadeia da Justiça¹⁸ (Cadeia Velha), que desde 1805 abrigava os presos da Capital, e estava localizada nas proximidades da Santa Casa (PESAVENTO, 2009). Na inauguração daquela, em 28 de fevereiro de 1855, 195 presos foram transferidos para o local, ocupando quase todas as vagas, em um total de 200. A quantidade de vagas do estabelecimento manteve-se inalterada por mais de três décadas, mas a população carcerária só aumentou, além das condições precárias e desumanas do estabelecimento. (MEDEIROS, 2011).

A ampliação da planta da Casa de Correção só teve início no final do século XIX, com a construção de celas subterrâneas, que funcionavam como solitárias, e de um edifício para abrigar as oficinas para o trabalho dos presos; assim como reformas organizacionais e estruturais, como a nomeação de pessoal administrativo, implantação de oficinas e reparos essenciais para o funcionamento da casa. É a partir desse período que a Casa de Correção passa a ofertar ocupação para os presos e obtenção de lucro com a venda dos produtos, pois as oficinas confeccionavam roupas, sapatos, móveis, grades de ferro, fechaduras, doces e pães¹⁹. (MEDEIROS, 2011)

Porém, o crescimento populacional da cidade, a superlotação da Casa de Correção²⁰, o total abandono ou encerramento das oficinas, a constante fuga de apenados que cometiam crimes nas redondezas, fomentaram a pressão da imprensa e das elites locais para a retirada da

¹⁸ Antes da construção da Cadeia Velha os presos eram recolhidos no Corpo da Guarda. (PESAVENTO, 2009).

¹⁹ A padaria da Casa de Correção produzia 2.500 quilos diariamente, para abastecimento da cadeia e de bairros vizinhos, sendo conhecida por produzir o melhor pão da cidade. As fechaduras ali produzidas eram exportadas devido à sua alta qualidade. Os móveis fabricados foram destinados a diversas instituições governamentais, dentre elas o Palácio Piratini e a Secretaria da Fazenda (MEDEIROS, 2011).

²⁰ Em 1940, a Casa de Correção tinha capacidade para abrigar entre 400 e 500 detentos, mas abrigava mais de 900 (MEDEIROS, 2011).

prisão do centro da cidade. A situação dos apenados e a precarização da instituição foi piorando ao longo dos anos, até que em 1954 os 1.093 presos atearam fogo em diversas áreas do presídio, protestando contra as condições do estabelecimento. Após esse incêndio a situação piorou ainda mais: os apenados tiveram que se amontoar nas celas que não foram danificadas e as oficinas que restavam foram desativadas, transformando o local em um foco de tensão e insegurança. (MEDEIROS, 2011)

As obras da nova prisão iniciaram em 1955, cem anos após a inauguração da Casa de Correção. A entrega da Penitenciária Estadual ocorreria em três fases: (1) 13 mil metros² de área útil, dois pavilhões com trezentas celas individuais, pavilhão para refeitórios coletivos, hospital, salas de aula, capela, parlatório, auditório, biblioteca, cozinha, lavanderia, padaria, câmaras frias, almoxarifado e pavilhões administrativos e oficinas de manutenção; (2) construção de um pavilhão industrial com 1.572 metros²; e (3) mais 6.072 metros² construídos, com 700 metros de muros de sete metros de altura. Depois, seria construído no mesmo complexo o Presídio de Porto Alegre, com celas individuais para 249 presos provisórios. Haveria em todos os prédios um sistema de alarme óptico e acústico e controle automático de portas. (DORNELLES, 2008)

A primeira parte foi entregue e inaugurada no dia 28 de janeiro de 1959. Porém, funcionou juntamente com a Casa de Correção até 1962, quando esta foi demolida. Os presos que ali estavam foram transferidos para a Penitenciária Estadual e para a Colônia Agrícola, em Charqueadas. Antes de se completar uma década da Penitenciária Estadual já eram recorrentes as denúncias de maus tratos, espancamentos dos apenados, além da má alimentação e dos casos de tuberculose. (DORNELLES, 2008)

Em 1969, através do Decreto 19.572, a Penitenciária Estadual é transformada no Centro Penitenciário de Porto Alegre, constituído pelo Presídio Central, Casa do Egresso, Hospital Penitenciário, Instituto de Biotipologia Criminal e Escola Penitenciária. Como referido anteriormente, a Susepe passa a administrar a instituição nesse período, em 1968. Na década de 1970 a situação do estabelecimento só piorou, com o aumento da população carcerária, das rebeliões, fugas e denúncias contra os agentes penitenciários. (DORNELLES, 2008).

Atualmente, a instituição responsável pela administração dos estabelecimentos prisionais no Rio Grande do Sul é a Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe), vinculada à Secretaria de Segurança Pública, que também engloba o Instituto-Geral de Perícias,

a Brigada Militar e a Polícia Civil. Há no estado 96 estabelecimentos prisionais, com 34.455 presos tanto do sexo masculino (96% do total) como do sexo feminino (4%)²¹.

No próximo capítulo, apresentaremos a situação do Presídio Central do final da década de 1980 até a troca da administração para a Brigada Militar, em 1995.

²¹ SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>. Último acesso: 3 de janeiro de 2017.

5. A “*ENGRENAGEM*”²² QUE NÃO PODE PARAR

Neste capítulo apresentaremos, inicialmente, uma contextualização histórica sobre os eventos que resultaram na intervenção da Brigada Militar nas principais casas prisionais do estado, entre elas o Presídio Central de Porto Alegre. Após, explicaremos o funcionamento de alguns setores do Presídio Central, para que seja mais fácil compreender o trabalho dos policiais militares e as situações de conflito existentes no local. Em 1987 – durante motim realizado no Instituto de Biotipologia Criminal (IBC), prédio anexo ao Presídio Central, no mesmo complexo – foi confirmada a formação do grupo criminoso Falange Gaúcha²³, primeiro grupo relacionado ao tráfico de drogas reconhecido na capital gaúcha, através de um pacto entre assaltantes de banco e traficantes de drogas, presos ou em liberdade, que combinaram a arrecadação de fundos para financiar fugas, comprar drogas para revenda e obter vantagens dentro dos presídios, principalmente no Presídio Central. O dinheiro proveniente do tráfico de drogas financiaria armas para assaltantes de bancos que, por sua vez, comprariam drogas para serem revendidas pelos traficantes. O não cumprimento do acordo – não pagamento de dívidas, delação de companheiros, descumprimentos de ordens – era passível de punição, como a morte. (DORNELLES, 2008, CIPRIANI, 2016).

Ainda no ano de 1987, Melara²⁴ foge da Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC)²⁵ e ocorre mais uma fuga com reféns do Hospital Penitenciário, também anexo ao Presídio Central²⁶. Apenas seis dias depois, em 4 de janeiro de 1988, ocorre um motim na Penitenciária Estadual de Jacuí (PEJ) – resultando na morte de três agentes penitenciários e um preso. Dessa vez, o então governador – Pedro Simon – alegou que teria a posição de não negociar, pois: “isso de fazer motins, pode se tornar moda [...]. Fique muito bem claro. Nós pretendemos, daqui para frente, agir sempre com o rigor da lei.”²⁷

²² Termo utilizado pelos entrevistados.

²³ Inspirada na Falange Vermelha, criada no Rio de Janeiro na década de 1970.

²⁴ Dilonei Francisco Melara, ex-agricultor, nascido em São José do Ouro, líder de quadrilha de roubo a banco, uma das lideranças da Falange Gaúcha, liderou o maior motim e fuga com reféns da história de Porto Alegre, em 1994, no Presídio Central, o que resultou na invasão do Hotel Plaza São Rafael, o mais luxuoso da cidade, durante a fuga. Foi encontrado morto em 2005, após fugir da PEJ.

²⁵ Em 28 de agosto de 1987. A PEC era considerada de segurança máxima nessa época.

²⁶ Em 29 de dezembro de 1987.

²⁷ No motim, seis dias antes, o secretário de segurança pública, Waldir Walter, declarou, explicando a posição do governo: “Tivemos uma postura no sentido de preservar vidas. Não acreditamos que a decisão de liberar os amotinados vá incentivar outros presos a provocar novas rebeliões.” (DORNELLES, 2008, p. 60).

Em resposta a essa situação no sistema penitenciário gaúcho, agravado por denúncias contra os agentes penitenciários, a Secretaria de Justiça optou por entregar a direção das maiores prisões do estado para policiais militares. A direção da PEJ foi entregue ao Capitão Edward Flores de Siqueira e o Presídio Central para o Major Edson Freitas Furtado. A Brigada Militar assumiu a direção dos estabelecimentos prisionais e realizou alterações na estrutura administrativa, aumentou o rigor das revistas e no tratamento da massa carcerária, além de levar uma equipe de policiais militares para auxiliar a direção. Foi a primeira intervenção da Brigada Militar na administração de casas prisionais do estado. Além disso, o governador, Pedro Simon, anunciou a construção de novas penitenciárias no estado, uma delas seria a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC).

No início de 1989, o preso Cacau foi assassinado com 85 “*estocadas*” (ver glossário no Apêndice A) em uma cela na PEJ. Um outro preso – Nego Chico – assumiu a autoria do crime, mas Cacau havia realizado denúncias contra o sistema penitenciário do estado: denunciou espancamentos e maus tratos realizados pelos agentes penitenciários, alegou que presos com dinheiro – principalmente da Falange Gaúcha – recebiam privilégios, e acusou agentes da Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, em Charqueadas, de desvio de verbas e um diretor por ter fornecido saídas irregulares a presos da Falange Gaúcha, falsificando licenças. (DORNELLES, 2008).

O final da década de 1980 foi marcado por uma onda de enforcamentos entre grupos rivais, procurando dar aparência de suicídio, em diversas prisões do estado – entre as vítimas estava Carioca, o líder do tráfico no Morro da Cruz. No início da década de 1990, intensificou-se a guerra entre os dois grupos da Falange Gaúcha antes mencionados, sob a liderança de Melara (assaltantes) e Jorginho da Cruz (novo líder do tráfico de drogas ilícitas no Morro da Cruz), pela hegemonia nos presídios e na rede de tráfico no Morro da Cruz²⁸ e na Vila Maria da Conceição²⁹, resultando na morte de diversos nomes importantes para o crime organizado do estado e na intensificação de assaltos a bancos e comércios, que financiariam as ações dos grupos. Em 1991, durante uma rebelião no Presídio Central, seis presos morreram carbonizados dentro do Pavilhão C. Alguns eram provisórios e outros com condenações por crimes diferentes, o que sinalizou problemas na alocação dos presos naquela casa prisional. (DORNELLES, 2008)

²⁸ Núcleo populacional localizado no bairro São José em Porto Alegre.

²⁹ Núcleo populacional localizado no bairro Partenon em Porto Alegre, também conhecido como Vila Maria Degolada, devido a um assassinato ocorrido no local no final do século XIX.

Em 1992, o Presídio Central tinha capacidade para 500, mas abrigava 1.536 presos e já apresentava problemas hidráulicos e elétricos. Nesse mesmo ano, cinquenta e cinco presos de alta periculosidade foram transferidos do Presídio Central, da PEJ e da PEC para a PASC, ativada emergencialmente, mas ainda não finalizada. Um mês depois, em 4 de fevereiro de 1992, Melara inicia greve de fome na PASC, que é seguida por aliados na PEC, PEJ, Presídio Central e na própria PASC, devido à situação precária da alimentação nas prisões. (DORNELLES, 2008)

Ainda em 1992, em 17 de março³⁰, o músico Diógenes Gomes Lima (Dida) é preso por um grupo de taxistas e, mesmo sem provas e sem condenações anteriores, foi autuado em flagrante e levado para o Presídio Central – sem direito a avisar a família e solicitar um advogado – sob a acusação de ter abusado sexualmente de uma menina de seis anos, seria, portanto, um *duque* dentro dos presídios. Ao chegar, o agente penitenciário avisou a todos os presentes na sala de triagem que ali havia um *duque*. Durante os cinco dias seguintes, Dida foi submetido a estupros, torturas, abusos e espancamentos pelos presos, agentes penitenciários e policiais militares que faziam a ronda. Após, ele foi encontrado enforcado em uma cela, o laudo médico concluiu por suicídio. Vinte pessoas foram indiciadas – onze agentes penitenciários, quatro policiais militares, três médicos e dois presos – acusadas de tortura, agressão e incitação ao suicídio, entre outros³¹. Em 6 de abril, em uma reportagem do Jornal Zero Hora havia a informação de que a cada seis dias ocorria uma morte violenta entre presidiários e que, em alguns casos, haveria agentes penitenciários envolvidos³².

Em 8 de julho de 1994 oito presos amotinaram-se no Hospital Penitenciário, fazendo vinte e sete funcionários do hospital de reféns, no maior motim com reféns seguido de fuga do estado, implicando num tiroteio dentro de um dos hotéis mais caros de Porto Alegre. Exigiram a transferência de Melara³³ e Linn, que estavam na PASC, e fugiram em três carros. Um policial e três presos foram mortos na perseguição e troca de tiros. Dois reféns ficaram gravemente feridos, com sequelas permanentes. Melara, Fernandinho e Linn³⁴ foram capturados após troca

³⁰ INQUÉRITO INDICIA vinte pessoas. **Zero Hora**, Porto Alegre, Editoria Geral, 9 de julho de 1992. Disponível em: Centro de Documentação e Informação da Zero Hora.

³¹ Onze pessoas foram condenadas, a última em 2008. AGENTE É CONDENADO a 23 anos e seis meses de prisão na Capital, **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 de outubro de 2008. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/10/agente-e-condenado-a-23-anos-e-seis-meses-de-prisao-na-capital-2248121.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2016.

³² ASSASSINATOS AGITAM presídios. **Zero Hora**, Porto Alegre, Editoria Geral, 6 de abril de 1992. Disponível em: Centro de Documentação e Informação da Zero Hora.

³³ Melara, na verdade, havia ordenado o motim no Presídio Central de dentro da PASC.

³⁴ Dois dias depois foi encontrado morto no Hospital Penitenciário com quatro tiros.

de tiro dentro do Hotel Plaza São Rafael e Chardozinho por um segurança do Shopping Iguatemi. Bicudo conseguiu fugir, mas foi morto dez dias depois em um assalto a banco. Os dois últimos, Bugigão e Cavalheiro, foram presos duas semanas depois³⁵.

O ano de 1995 não foi menos conturbado. Já no início do ano, no feriado de Carnaval, em 27 de fevereiro, quarenta e cinco presos do Presídio Central fugiram – dando início a uma caçada em Porto Alegre – e presos do pavilhão D rebelaram-se contra as medidas de reforço implementadas pela segurança e contra o desmantelamento de quadrilhas de assaltantes de banco. Em reportagem no Jornal Zero Hora de 28 de fevereiro de 1995³⁶ há a informação de que a fuga teria ocorrido devido a uma disputa de poder entre o governo do Estado e grupos de presos aliados aos agentes penitenciários, esses últimos teriam auxiliado a fuga. Segundo essa reportagem, após o motim de 1994 teria ocorrido o afrouxamento na entrada de drogas e armas no Presídio Central em troca dos presos não realizarem mais fugas e motins, mas com a troca de governo, em janeiro de 1995, esse acordo teria sido rompido. Na noite após a fuga vinte e três furtivos já haviam sido capturados, os outros foram presos nas semanas seguintes. Após a fuga o então governador, Antônio Britto, anunciou que o Presídio Central seria desativado até 1998, no final do seu mandato, e seria substituído por dez prisões menores. (DORNELLES, 2008)

Em 11 de maio de 1995 presos que seriam removidos de uma galeria no Presídio Central rebelaram-se. Atearam fogo nas galerias, destruindo as três do pavilhão e dispararam contra os policiais, utilizando-se de *trabucos*, diversos presos ficaram feridos. O Batalhão de Choque da Brigada Militar realizou uma revista no local, encontrando *trabucos*, *estoques* e drogas. Os presos foram alojados no pátio e as visitas foram suspensas, resultando em um protesto de familiares. Os presos denunciaram por bilhetes entregues a familiares que havia muitos feridos sem atendimento médico, que eles eram mantidos no pátio, sem água e sem acesso a banheiro e que haviam sido baleados por agentes penitenciários. Poucas semanas depois, alguns presos conseguiram falar com os juízes da Vara de Execuções Criminais (VEC) e denunciaram agressões praticadas pelo Batalhão de Choque na última rebelião: “alegaram terem sido espancados, feridos com baionetas e mordidos por cães.” (DORNELLES, 2008, p. 110). Nos meses seguintes foram descobertos diversos túneis por baixo do terreno do Presídio Central, o que alarmou para a possibilidade de a estrutura do prédio ter sido comprometida.

³⁵ A CHAVE do Casarão. **RISCA FACA**. Disponível em: <http://riscafaca.com.br/comportamento/a-chave-do-casarao/>. Último acesso: 21 de dezembro de 2016.

³⁶ PRESÍDIO TEM maior fuga da história. **Zero Hora**, Porto Alegre, Ed. 10.785, Editoria Especial, 28 de fevereiro de 1995, p. 4. Disponível em: Centro de Documentação e Informação da Zero Hora.

Após o agravamento da situação nos presídios a partir de 1987, incluindo denúncias de corrupção e maus tratos por parte dos agentes penitenciários e do fortalecimento de grupos criminosos, o então secretário estadual de Justiça e Segurança, José Fernando Cirne Lima Eichenberg, através da Portaria nº 11, de 26 de julho de 1995, criou a Força Tarefa dos presídios e penitenciárias no estado, denominada de Operação Canarinho, transferindo a administração das quatro maiores casas prisionais e do Hospital Penitenciário para oficiais da Brigada Militar³⁷, subordinados diretamente à Susepe. Seriam enviados para os cinco estabelecimentos 500 policiais militares³⁸ (ver Anexo A), responsáveis pela guarda interna, externa e pela administração. A portaria teria prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 180 dias, tempo em que seriam formados mais agentes penitenciários. A Susepe deveria, nesse período: reordenar a sua estrutura organizacional, estabelecer novo plano de carreira, reavaliar a escala e condições de trabalho, redefinir as práticas institucionais para o regime fechado, semiaberto e aberto, reformular o conteúdo dos cursos de formação e promover cursos de revisão da prática institucional. A Portaria considerava,

Que pelo incremento do índice de criminalidade verificado no Estado nos últimos anos, ao aumento excessivo da população carcerária não correspondeu o ingresso de Agentes Penitenciários, com a conseqüente fragilização da segurança dos estabelecimentos penais; que se têm avolumado as fugas, tentativas de fuga e desordens generalizadas nos estabelecimentos penais, colocando em risco a ordem pública e a própria incolumidade física dos apenados e dos servidores penitenciários; que tais fatos são indicadores de uma situação de colapso dos serviços penitenciários, sentida com mais agudeza nos grandes estabelecimentos (RIO GRANDE DO SUL, Portaria nº 11, 26 de julho de 1995).³⁹

Como era de caráter emergencial, a troca da administração não aconteceu por meio de uma transição gradual – apenas ocorreu uma troca de efetivo – e a Brigada Militar não possuía nenhuma experiência na administração de presídios e no tratamento dos presos. Nos primeiros anos da gestão da Brigada Militar ainda aconteceram algumas tensões e conflitos dentro dessas casas prisionais. Segundo um dos nossos entrevistados, a Brigada Militar teria, na época, característica de tropa de choque e demorou para começar a implementar a ideia de mediação de conflitos. Ao longo desses vinte e um anos na administração de estabelecimentos penais, a

³⁷ O major Paulo Astor Eifler Cordeiro foi designado para o Presídio Central de Porto Alegre; o major Edvard Flores de Siqueira para a PEJ; o major Ernesto Bortoluzzi Filho para a PEC; o major Ralf Porath para a PASC; e o capitão Luiz Antônio Fouchi de Leon para o Hospital Penitenciário.

³⁸ A Susepe possuía 280 agentes. TREZZI, Humberto. Falta de disciplina determinou intervenção. **Zero Hora**, Porto Alegre, Ed. 10935, Editoria Geral, 27 de julho de 1995, p. 76. Disponível em: Centro de Documentação e Informação da Zero Hora.

³⁹ Essa portaria vem sendo renovada a cada 180 dias desde então, através de publicação no Diário Oficial do Estado.

instituição ganhou experiência e modificou a sua ação ao longo do tempo, passando também a prezar cada vez mais pela negociação com os presos, sendo que em 1997, com a criação do grupo “Os Brasas”, que explicaremos a seguir, já está presente um caráter mediador com a massa carcerária, ainda que venha sendo modificado.

Porém, uma das primeiras mudanças que foram efetuadas pela Brigada Militar nos estabelecimentos prisionais por ela administrados foi a separação dos grupos criminosos por galerias, atendendo a recomendações de organizações de Direitos Humanos, tais como a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Posteriormente, separou por momento processual – provisórios e condenados – e por certos tipos de crime, como os criminosos sexuais. Mais recentemente, foi criada a galeria para os presos homossexuais e travestis, em 2009, que apesar de mantê-los separados lhes garante segurança.

A Brigada Militar também teve participação direta na constituição da facção “Os Brasas”, atualmente denominados “Unidos Pela Paz”, em meados de 1997. Foi uma forma encontrada pela administração de seguir as orientações de espacialização, mas mantendo um certo controle. Em acordo firmado com um preso de confiança da administração, Valmir Pires (conhecido como Brasa), a gestão lhe cedeu um pavilhão, onde poderia levar presos de sua confiança e não ser rigorosamente monitorado. Em troca, o pavilhão seria mantido limpo e organizado e não ocorreriam tentativas de fuga, rebeliões e motins (CIPRIANI, 2016). Era também uma tentativa de enfraquecer o grupo de Melara, desde então conhecido como “Os Manos”, já que desde a morte de Jorginho da Cruz, em 1996, esse grupo tornara -se amplamente dominante.

De fato, policiais entrevistados que trabalharam em períodos anteriores em estabelecimentos administrados pela Brigada Militar percebem a mudança nas gestões ao longo dos anos e também no comportamento dos próprios presos em relação à administração. Um dos entrevistados trabalhou na PASC na primeira gestão da Brigada Militar, em 1995. Segundo ele, na época os presos demonstraram resistência na implementação do modelo militar nas instituições, mas que com o tempo foi sendo aceito. Relatou que já ouviu muitos presos dizerem que “o dia que a Brigada sair do presídio, a cadeia vai pegar fogo” – o que, para ele, ocorre porque a instituição se diferencia em relação ao tratamento do preso e que em tudo que precisa realizar o faz o mais rápido possível, não causando descontentamento entre os presos e evitando, assim, conflitos maiores.

Um outro policial havia trabalhado na PEJ em 2000, cinco anos após a intervenção da Brigada Militar. Relatou que se surpreendeu quando chegou para trabalhar no Presídio Central,

em 2015, pois havia chegado preparado para o confronto, mas que agora os presos estariam muito menos violentos. Segundo ele, o motivo seria porque houvera uma *humanização* ao longo dos anos da Brigada Militar no tratamento dos presos, mas também porque anteriormente os presos detinham o poder nas prisões e a Brigada Militar o havia retomado, fato que eles demoraram a aceitar. Essa possibilidade de diálogo com os presos também passou a ser viável após a morte do líder dos “Os Manos”, Dilonei Melara, que sempre pregara para seus aliados e apoiadores que, por não serem aceitos pela sociedade não deveriam aceitá-la e, portanto, não deveria haver diálogo com a polícia ou com a administração prisional (CIPRIANI, 2016).

Atualmente, a Força Tarefa dos presídios permanece no Presídio Central de Porto Alegre e na Penitenciária Estadual de Jacuí. Em 2009, a CPI do sistema carcerário, após visita ao Presídio Central⁴⁰, no relatório final classificou o local como o pior presídio do país, especialmente após a visita às galerias superiores do pavilhão C, devido a “superlotação, insalubridade, arquitetura prisional, ressocialização por meio do Estado e do trabalho, assistência médica e maus-tratos” (BRASIL, 2009, p. 482). Nesse mesmo ano, o pavilhão foi interditado e foi iniciada uma reforma, que não chegou a ser concluída, pois em 2014 o então governador Tarso Genro, iniciou o processo, não finalizado, de demolição do Presídio Central, sendo demolido apenas o Pavilhão C. Os presos que haviam sido remanejados para outros estabelecimentos prisionais tiveram que retornar ao Presídio Central, porém, agora mais superlotado, já que com um pavilhão a menos⁴¹. O citado governador não foi reeleito ao cargo.

5.1 O Presídio Central de Porto Alegre

O Presídio Central possui capacidade para 1.824 presos, mas abrigava – em outubro de 2016 – 4.676 presos, 156% a mais do que a sua capacidade, além de receber, em média, 2.500 visitas em dias de visita (terça, quarta, sábado e domingo) e de ter por volta de 300 trabalhadores diariamente circulando em seu complexo, entre policiais militares, funcionários da Susepe, da área da saúde e psicossocial, da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Educação, operadores do sistema de justiça, agentes penitenciários transportando presos e policiais civis. Isso faz com que circulem entre 5 mil e 7 mil pessoas por dia em todo o seu complexo, uma área de seis

⁴⁰ A visita foi realizada em 2008, como consta no relatório final da CPI.

⁴¹ Metade do pavilhão C continua em pé, pois não caiu por completo após a demolição, sendo foco de pragas e doenças.

hectares. Para efeitos de comparação, o estado do Rio Grande do Sul possui 497 municípios, 312 desses municípios tem menos de 8 mil habitantes⁴².

Muitos dos policiais entrevistados referiram-se ao Presídio Central como uma *engrenagem* em que cada processo depende de outros – se algum desses processos fossem interrompidos todos os outros seriam prejudicados. Para administrar um complexo dessas proporções é necessário que as funções dos diversos setores estejam muito bem definidas, muito bem analisadas, para que o curso não seja interrompido e os processos não travem e, conseqüentemente, não atrasem os seguintes. Tudo isso agravado pelo fato de ser uma instituição prisional, em que tudo deve funcionar o mais corretamente possível, de maneira que seja garantida a segurança dos presos e das mais diversas pessoas que ali circulam – entre funcionários, prestadores de serviço, familiares e visitantes.

O Presídio Central é dividido em 3 zonas: (1) Zona verde: área externa ao terreno do Presídio Central; (2) Zona amarela: área entre o muro externo do presídio e o muro dos pavilhões e pátios e prédio administrativo principal, área em que ocorre muitos arremessos provenientes da zona verde e em que muitos presos trabalhadores circulam no local; (3) Zona Vermelha área dos pavilhões e áreas de trânsito dos presos. A Zona Vermelha é considerada o fundo da cadeia, onde os presos ficam e circulam.

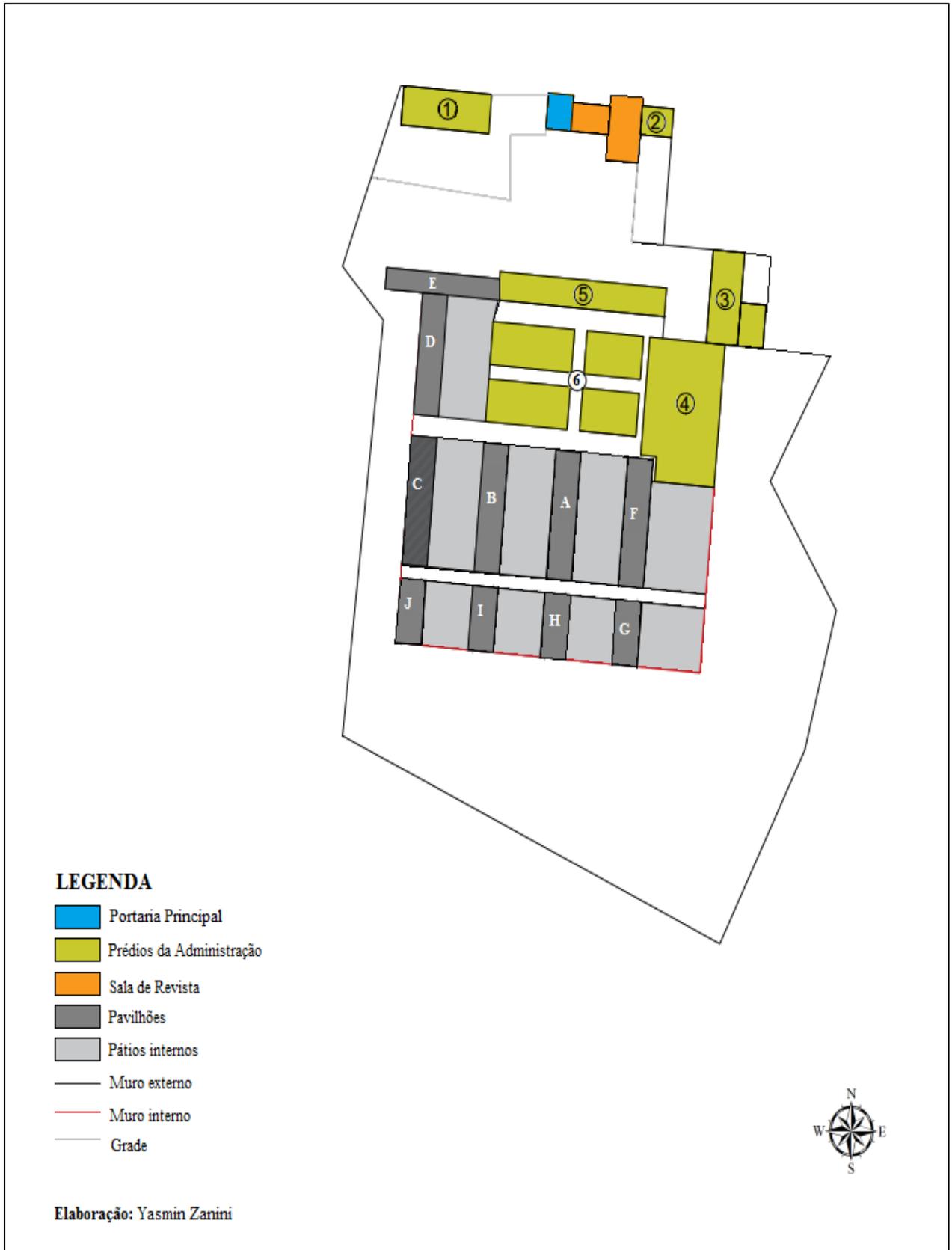
Na figura 1 encontram-se ilustrados os prédios do Presídio Central. A portaria principal, por onde entram todos os visitantes – exceto as visitas dos detentos – e automóveis autorizados está representada na cor azul. A Sala de Revista, por onde entram as visitas dos presos, está representada na cor laranja. Em cinza escuro os pavilhões, inclusive o C, demolido em 2014. Os pavilhões A, B, C, D e E são pavilhões da planta original, construídos na época da construção do Presídio Central, em 1959. O pavilhão F era originalmente o Hospital Penitenciário, local em que teve início a grande maioria das fugas e rebeliões, em 1999 ele foi desativado e transformado em pavilhão. Os pavilhões G, H, I, J, conhecidos como “anexos”, foram construídos em 2009 e são menores do que os principais. Os pavilhões A e E são os únicos com dois andares, todos os outros, incluindo os anexos, possuem três andares. Em cinza claro estão representados os pátios de cada pavilhão, cada galeria tem um horário para utilização do pátio, exceto no G, o pavilhão dos trabalhadores, em que todas as galerias utilizam o pátio ao mesmo tempo. Cada galeria tem dois acessos. O acesso pelo corredor principal, onde os policiais e visitantes ingressam, pela escadaria principal (conhecida como “escada da guarda”), com uma

⁴² RIO GRANDE DO SUL. IBGE. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=rs

grade que fica logo na frente da galeria. O outro acesso, dentro da galeria, logo depois dessa grade principal, na lateral, é um “*brete*”, com grades, que dá acesso a uma escada lateral por onde os presos acessam o resto da cadeia (conhecida como “escada dos presos”).

No prédio 1 está localizado o alojamento masculino, a área em volta é o estacionamento dos funcionários. No prédio 2 encontra-se o canil, onde são treinados os cães que fazem as revistas nas galerias e que ficam de guarda em todo o perímetro do terreno. No prédio 3 estão localizados dois alojamentos femininos e a usina do Presídio Central. No prédio 4 está localizado outro alojamento masculino (entrada pelo pátio externo, ao lado da usina) – dos oficiais e da equipe do Grupo de Apoio a Movimentação (GAM) – e a Oficina, Cozinha Geral, Conservação e Obras, AVH, Alfaiataria (entrada pelos corredores internos). O prédio 5 é o prédio principal, por onde se acessa todo o fundo da cadeia. Nele, se encontra no 1º andar o parlatório, a ACLC, o PP, Identificação, sala de armas, anfiteatro e o corredor de acesso para o fundo da cadeia; no 2º andar, todo o setor administrativo, a sala da Chefia Operacional, a Diretoria, a Assessoria de Assuntos Estratégicos e o acesso ao Refeitório dos Funcionários; e no 3º andar o Serviço de Atendimento Técnico e a sala para videoconferência. O número 6 é um conjunto de prédios, onde se encontram todos os outros setores do Presídio Central: ASD, Supervisão, Inspetoria Central, Sala do GAM, NEEJA, Ambulatório (UBS), ALEI, cantina, além das celas de isolamento.

Figura 1 – Mapa Presídio Central de Porto Alegre



Fonte: dados coletados em campo pela autora.

As galerias do Presídio Central são divididas entre presos vinculados a facções e presos que não têm tal vínculo e devem ser mantidos separados das mesmas. Os motivos de separação são vários. Os presos que estão participando do Projeto Desintoxicação devem ser mantidos separados de todos os outros para conseguirem manter o tratamento; os ex-integrantes do Sistema de Segurança Pública – policiais e agentes penitenciários - devem ser mantidos separados por questões de segurança; os com ensino superior, são mantidos em celas especiais por definição na legislação; os primários são mantidos separados para não serem cooptados pelas facções, embora muitos já estão vinculados em alguma e optem por abrir mão da galeria separada; os criminosos sexuais (“*duques*”) não são aceitos pela grande maioria da massa carcerária e correm risco de vida; os travestis e homossexuais também correm risco de vida por não serem aceitos por grande parte da massa carcerária; presos da lei Maria da Penha e os penalizados por crimes de trânsito são considerados presos que não estão no “mundo do crime” e, portanto, são mantidos separados pelo mesmo motivo dos primários; os presos vinculados à igreja evangélica (“*irmãos*”) são mantidos separados por escolha e para manter o vínculo com o grupo e as regras por ele estabelecidas; e por fim, os presos que não se adaptaram a nenhuma das outras galerias, considerados problemáticos, ou que denunciaram algum outro preso ou passaram informações para a administração, são mantidos separados por questão de segurança, chamados de “incompatíveis”; os presos trabalhadores (chamados de “*jalecos*”) são mantidos separados por pelo menos um dos três motivos: a) não serem induzidos a contrabandear itens que têm acesso em sua função (produtos químicos, ferramentas, remédios, entre outros), b) por serem mal vistos pela massa carcerária, que os vê como trabalhadores da Brigada Militar, c) requererem uma logística e movimentação diferente da dos outros pavilhões, pois muitos precisam sair em horários diferentes ou fazer saída externa.

Há ainda a ala com as celas de isolamento, que ficam no térreo do prédio 4 (mapa), com capacidade para 150 presos, que aguardam audiência de custódia, cumprem prisão temporária ou medida disciplinar. Os presos desse local não têm acesso ao pátio e nem podem ter visitas. Recentemente, o local passou por uma reforma, pois, segundo o entrevistado BM6, estava com graves problemas de infiltração e umidade.

A separação faz com que muitas galerias tenham muitos presos, mais do que o dobro de sua capacidade, e outras não tenham nem a metade da sua capacidade ocupada. Essa escolha foi feita pela Brigada Militar ao assumir a administração do Presídio Central para acabar com os grandes números de mortes e agressões dentro das galerias, o que surtiu efeito logo no início da implantação. No quadro 2 pode ser observado os pavilhões e galerias e os respectivos grupos alocados em cada um deles, em dezembro de 2016.

Quadro 2 – Divisão dos pavilhões e galerias no Presídio Central

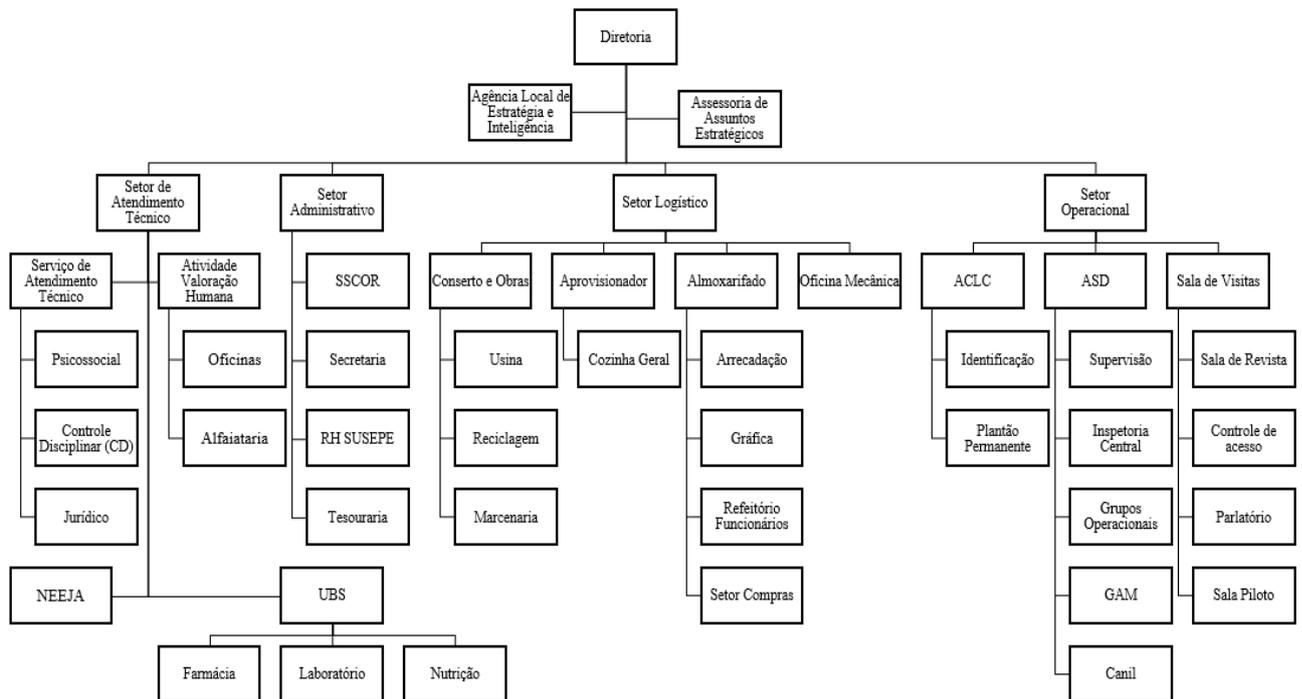
Pavilhão	Galeria	Grupo
A	1 ^a	Unidos pela Paz (facção)
	2 ^a	Conceição (facção)
B	1 ^a	Abertos (facção)
	2 ^a /3 ^a	Manos (facção)
D	2 ^a	Abertos (facção)
	1 ^a /3 ^a	Farrapos/Zona Norte (facção)
E	1 ^a	Projeto Desintoxicação
	2 ^a	Ex-funcionários públicos/Nível Superior
F	1 ^a	Primários
	2 ^o /3 ^a	Bala na Cara (facção)
G	1 ^a /2 ^a /3 ^a	Trabalhadores
H	1 ^a /2 ^a	Criminosos sexuais (<i>duques</i>)
	3 ^a	Travestis/homossexuais
I	3 ^a	Incompatíveis
	1 ^a /2 ^a	Criminosos sexuais de repercussão
J	2 ^a /3 ^a	<i>“Irmãos”</i>
	1 ^a	Maria da Penha/Crimes de trânsito

Fonte: informações coletadas em campo. Elaborado pela autora.

Uma outra informação é que não há distribuição de itens básicos para os presos, que deveriam ser garantidos pelo Estado. Eles ficam, então, dependentes da família para conseguirem acesso a esses itens. Aqueles que não recebem visitas dos familiares ou são provenientes de famílias muito pobres dependem de doações (de grupos religiosos, da administração da casa, de grupos de apoio) ou precisam realizar serviços para outros presos, muitas vezes ilegais.

Na figura 2 é possível verificar o organograma do Presídio Central de Porto Alegre quando do trabalho de campo, para que seja possível identificar os setores à medida que forem sendo citados:

Figura 2 - Organograma Presídio Central de Porto Alegre



Fonte: Informações cedidas pela Assessoria de Assuntos Estratégicos coletadas em campo e. Elaborado pela autora.

No topo do organograma, logo abaixo da Diretoria, está a Assessoria de Assuntos Estratégicos, criada na atual gestão, responsável por articular o público externo com a administração do Presídio Central, assessorar os projetos e pesquisas que são realizadas no local, identificar falhas no atendimento dos setores, melhorar o atendimento das visitas e organizar eventos internos e externos com os presos e familiares. A Agência Local de Estratégia e Inteligência (ALEI) coleta informações sobre os diversos grupos de presos que existem no Presídio Central e produz conhecimento para auxiliar no trabalho de outras instituições, como a Polícia Federal e a Polícia Civil.

Em campo, foram coletadas informações sobre muitos dos setores através de entrevistas com policiais que trabalhavam ou já haviam trabalhado nesses setores ou pelas observações e conversas informais nas visitas realizadas. Como dito anteriormente, muitas das informações seguem a visão dos policiais militares. Para entender as situações de conflitos e suas mediações é necessário entender a função desses setores. Apresentaremos informações sobre os setores coletadas em campo.

5.1.1 Chefia Operacional

Cerca de 75% do efetivo da Força Tarefa (FT) da Brigada Militar no Presídio Central compõe o Setor Operacional, ou Chefia Operacional, que é o setor que controla todo o acesso às dependências do presídio, seja de presos ou familiares, seja de policiais, operadores de justiça e funcionários no geral ou visitantes. A Chefia Operacional ramifica-se em três setores – Atividade de Controle Legal e Cadastro (ACLC), Atividade de Segurança e Disciplina (ASD) e Sala de Visitas – os quais compreendem todo o percurso do preso na instituição, respectivamente: entrada e saída, permanência, e contato com os familiares, grupos religiosos e assessoria jurídica. Portanto, o Setor Operacional é aquele que mais tem contato com os presos e, conseqüentemente, mais situações de conflito e necessidade de mediá-los, seguido do Setor de Atendimento Técnico que lida com as áreas do tratamento penal dos presos: psicossocial, jurídica, educação e saúde.

Para entender o funcionamento da Chefia Operacional é importante conhecer a sequência da entrada e alocação do preso ao chegar ao Presídio Central. Os presos que darão entrada no Presídio Central são transportados pela Polícia Civil. Ao chegar são direcionados para o PP, que faz parte da ACLC, onde é verificada toda a documentação do preso e confirmado se ele pertence à VEC do Presídio Central – caso não esteja correto, deve ser transportado para a casa prisional específica. A ACLC é o setor responsável pelo cadastro e registro dos presos que entram e saem do Presídio Central, é composta por uma equipe de três auxiliares e um chefe e funciona de segunda a sexta-feira.

Posteriormente, são verificadas as condições físicas dos presos, passam pelo setor de revista dentro do PP e os seus pertences são catalogados e guardados (BM8, BM4). Dali são encaminhados para a Identificação, que também faz parte da ACLC, onde é verificado se as digitais e as fotos correspondem às cadastradas no sistema e se já possuem cadastro na instituição, ou seja, se já estiveram cumprindo pena anteriormente no local. É feita a entrada no sistema pela situação registrada no ofício referente – se é flagrante, preventiva ou definitiva. Por fim, é encaminhado para os “*jumbos*” onde aguardam para serem levados ao fundo da cadeia (BM4). O PP e a Identificação formam quatro equipes de quatro policiais (três do PP e um da Identificação) que fazem a escala 4x4⁴³.

43 A escala 4x4 é realizada pelos setores que tem que funcionar em período integral no Presídio Central, e funciona da seguinte maneira: 1º dia, das 6h15 às 20h; 2º dia, das 7h30 às 20h; 3º dia, das 20h às 8h; 4º dia, das 19h30 às 6h30. Após o término do último turno, há uma folga de quatro dias, retornando novamente no 5º dia às 6h15.

No PP tem quatro “*jumbos*”: dois grandes onde são colocados os que estão em trânsito para as audiências, podem ser tanto presos do Presídio Central quanto de casas prisionais do interior do estado com audiência em Porto Alegre (são separados para evitar confronto entre facções rivais). No outro “*jumbo*” ficam os presos que precisam de “*seguro*”⁴⁴ e, portanto, devem ficar separados. No espaço menor ficam os que estão esperando ser identificados ou levados para o fundo da cadeia. Nos três primeiros “*jumbos*” também ficam os que estão aguardando liberação para sair em liberdade (BM9).

Ao ser registrado no sistema a equipe da Inspeção já recebe as informações dos presos e já verifica o seu histórico (se já passaram por alguma cadeia ou pelo Presídio Central, as ocorrências que já tiveram, em quais galerias ficaram). Toda essa verificação é necessária para evitar que sejam direcionados presos de uma facção para galeria de facção rival ou presos que necessitam de seguro para galerias de facções. Os presos que estão chegando, então, são encaminhados do PP para a Inspeção Central – o primeiro contato que eles têm com o fundo da cadeia – que pertence à ASD. Geralmente, quando o preso pertence a uma facção ou tem conhecidos, parentes ou até mesmo mora na mesma região e/ou tem afinidade com alguma delas, ele mesmo já comunica, quando chega na Inspeção Central, que quer ir para um determinado pavilhão.

Os primários, a princípio vão para a galeria respectiva, mas acontece de muitos solicitarem não serem alocados nessa galeria, pois já estão envolvidos com alguma facção, o que é realizado mediante assinatura de um termo (BM8). Depois que é escolhida uma galeria para o preso é verificado com o representante de galeria, o plantão⁴⁵, se esse novo preso será aceito. Se sim, é registrado no sistema o pavilhão e a galeria para qual foi encaminhado, se não, precisam encontrar uma galeria que o aceite. Antes de ser alocado na galeria escolhida, o preso passa por uma primeira avaliação no ambulatório, onde é feita uma “*chapa do tórax*” para verificar se há suspeita de tuberculose, bem como exames de sangue e uma primeira consulta com o clínico geral.

Após essa primeira alocação, em qualquer movimentação que o preso vir a fazer ele terá que passar pelas Subinspetorias, que são pequenas salas localizadas no acesso aos pavilhões. Para poder passar pelas Subinspetorias e pelas grades ao longo dos corredores (em cada uma

⁴⁴ Os apenados que precisam de seguro circulam pelos corredores de acesso com escolta, e não pelos *bretes* como os outros apenados, e acessam os locais pela porta de entrada dos policiais e dos visitantes.

⁴⁵ Também conhecido como *prefeitos*, os representantes de galeria são apenados escolhidos dentro da própria galeria para falar em nome dos apenados que ali vivem. Não necessariamente é o líder da galeria. Atualmente o modelo de organização é ter um representante e dois auxiliares, que o substituem em caso de saída em liberdade automaticamente. Cada galeria tem uma forma específica de escolher os representantes.

há um policial) ele necessita de um passe que indica de onde ele está vindo (a sua galeria) e para onde está indo: atendimento psicossocial, jurídico, ambulatório, escola, Inspetoria, Supervisão ou trânsito para audiência. Caso necessite ser transferido para outra galeria ele precisa ir até a Inspetoria solicitar a transferência. Se a solicitação é para uma galeria de facção ele precisa ir até a galeria e se apresentar, ficando a cargo dos integrantes o aceitarem, caso seja para outro tipo de galeria – homossexuais, irmãos, duques – só é possível com autorização da Supervisão e dos membros da galeria (BM8).

As liberações são feitas no mesmo sentido: chega por e-mail para o PP a Guia de Soltura (GS) que é confrontada com o alvará de soltura, a fim de verificar se é o mesmo preso (através do nome da mãe, data de nascimento) – e é verificado o tipo de liberdade (provisória, habeas corpus ou substituição por medidas cautelares), depois é registrada a liberdade no sistema. Em seguida o preso passa pela Identificação onde são confrontadas as digitais e fotos e aguarda no PP a liberação da saída. Finalmente no portão de principal ainda é realizada mais uma verificação da documentação (BM4).

Funcionando das 9h às 20h, a ASD é responsável pela segurança e disciplina de todos os presos que se encontram nas dependências do Presídio Central, sendo composta por um chefe e um subchefe, ambos tenentes, e por mais uma equipe de cinco sargentos que compõe a Supervisão (onde são atendidas todas as demandas dos presos. A Inspetoria Central é formada por quatro equipes de três policiais – um chefe e dois auxiliares – que fazem escala 4x4, assim como no PP. As Subinspetorias compõem, junto com o Controle do portão principal e a vigilância dos muros, os Grupos Operacionais – quatro equipes de vinte e oito policiais. Além da Supervisão, da Inspetoria Central e dos Grupos Operacionais, a ASD também é formada pelo GAM, responsável pela escolta de funcionários e visitantes ao fundo da cadeia e pela revista das galerias – e o Canil – responsável pelo cuidado e treinamento dos mais de setenta cães que ficam em todo o perímetro do Presídio Central.

Toda quinta-feira ocorre revista em uma das galerias⁴⁶. Nesse dia a movimentação é “congelada”, há uma lâmpada amarela que fica acesa no corredor do prédio principal e todo o presídio fica em estado de alerta⁴⁷. Só há movimentação nas saídas externas, no caso de audiências, por exemplo. Além destas, desde 2015 os presos que frequentam o NEEJA passaram a ter autorização para descer para as aulas durante a revista. Os policiais que

⁴⁶ Também podem ocorrer revistas surpresas em outro dia da semana, caso haja suspeita ou denúncia.

⁴⁷ Há também um sistema de alarme em cada setor do Presídio Central. Se acionado, soa na Direção, na Supervisão, no GAM e nos alojamentos.

trabalham nos setores que estão congelados auxiliam na revista. A rotina funciona da seguinte maneira: às 6h a Diretoria e a Chefia Operacional informam qual galeria será revista. Os presos da galeria só saberão que passarão pela revista depois das 7h, quando os policiais escalados para realizar a revista, junto com o GAM, chegam na base do pavilhão. É ordenado que desçam em torno de cinquenta presos por vez para os corredores de acesso, onde são revistados pelos policiais – um preso por policial – e então seguem para o pátio. Como o corredor de acesso é utilizado para realizar essa revista, todos os outros pavilhões ficam *congelados* também. Essa primeira parte dura até as 11h. Após o almoço o GAM entra na galeria e revista cela por cela. Esse processo dura aproximadamente até às 18h.

A ACLC e a ASD são responsáveis diretas pela entrada e saída e movimentação interna dos presos. O último braço da Chefia Operacional é a Sala de Visitas que, como o próprio nome diz, é encarregada da entrada e saída das visitas. O visitante do Presídio Central é toda e qualquer pessoa que tem permissão para acessar as dependências por um determinado período de tempo, ou seja, tem a permissão de acessar e pode sair quando quiser. As visitas podem ser separadas em cinco subgrupos⁴⁸, o quadro 3 detalha as diferenças entre esses grupos, daquele com maiores restrições e regras mais rígidas para o menos restrito.

O grupo que tem mais restrições são os familiares dos presos. Para visitar um familiar as visitas devem primeiro fazer um cadastro para confecção de carteirinha, que é confeccionada na própria Sala de Revista, nas segundas das 9h30 às 14h30 ou, com agendamento, nas quintas das 13h às 14h30. Para tanto precisam entregar a seguinte documentação: atestado de bons antecedentes, carteira de identidade atualizada e comprovante de residência original. Cada preso tem direito a cadastrar cinco visitas de 1º grau, podendo ser pais, irmãos maiores de idade, cônjuge e filhos menores de idade. Os filhos menores de 12 anos precisam de certidão de nascimento e têm que estar registrados no nome do preso, enteados só com autorização judicial. Para os filhos maiores de 12 anos, o registro ocorre como os dos adultos. Outros tipos de parentes (tios, primos, avós, etc.) ou amigos só com autorização judicial.

Caso não sejam casados oficialmente a companheira tem que fazer uma declaração de união estável – que não tem efeitos legais para fora do presídio - reconhecida em cartório, com duas testemunhas e envia para o setor da Sala de Revista até na véspera do dia de confeccionar a carteirinha. As policiais⁴⁹ que trabalham na Sala de Revista vão até a Inspetoria com todas

⁴⁸ Classificação realizada pela própria autora, com base em observação em campo.

⁴⁹ Na Sala de Revista só é permitido trabalhar policiais femininas, podendo às vezes ter algum policial masculino na chefia do setor, que quase não tem contato com as visitas. Isso é um dos acordos que a administração tem com

essas declarações e pedem para descer da galeria os respectivos presos, para cada um deles elas perguntam primeiro se conhecem a pessoa que está pedindo o registro como sua companheira⁵⁰, para confirmarem isso fazem diversas perguntas – como nome da sogra, endereço, nome completo, idade – e se querem que ela o visite⁵¹. Mulheres grávidas precisam comunicar a gravidez, a partir daí tem trinta dias para fazerem a primeira ecografia e entregar para a administração. A gravidez é acompanhada pois elas podem entrar nas galerias até a 28ª semana, entre a 28ª e a 32ª podem fazer uma visita semanal de trinta minutos sem visita íntima, e ao fim da 32ª semana não podem mais realizar as visitas.

os apenados, que não permitem que policiais homens revistem as mulheres ou mesmo tenham muito contato com elas. Os policiais do GAM auxiliam nas visitas masculinas.

⁵⁰ Para evitar que haja serviços de prostituição ali dentro ou de apenados pagarem para outros registrarem mulheres como companheiras para poderem ter visitas de mais de uma mulher.

⁵¹ Acontecem muitos casos de o apenado não querer que a mulher que está solicitando a visita o visite, como ex-esposa, ex-namorada, entre outros.

Quadro 3 – Tipos de visita do Presídio Central

Tipo de visita	Descrição	Motivo da visita	Periodicidade	Acesso	Entrada
Familiares	Pais, irmãos(ãs) maiores de idade, cônjuge/companheira e filhos menores. Outras visitas só com autorização judicial; cada preso pode ter registrado apenas cinco visitas	Única e exclusivamente para visitar os presos ou levar mantimentos/dinheiro	Restrita a dias específicos na semana, horário restrito, mediante carteirinha	Apenas ao pavilhão do familiar; Sala de Revistas e Ambulatório	Sala de Revista
Visitantes em geral	Público externo que visita o Presídio Central	Visitas técnicas à instituição, pesquisadores e grupos de apoio aos presos – instituições de caridade, grupos religiosos, ONG's, entre outros	Acesso mediante autorização prévia, com hora marcada e cadastro na portaria	Acesso apenas ao local autorizado	Portaria Principal
Advogados	Bacharéis em direito com registro na OAB	Atendimento judicial a clientes e entrada de pedidos para a administração em nome dos clientes	Livre acesso, mediante identificação por código de acesso na portaria	Apenas Parlatório	Portaria Principal
Funcionários públicos e terceirizados	Policiais militares e civis; agentes penitenciários; operadores de justiça; funcionários da Susepe, Secretaria da Educação e Hospital Villa Nova	Cumprem o horário de trabalho na instituição ou circulam por ela em determinadas situações	Livre acesso, mediante identificação por código de acesso na portaria	Acesso livre à Zona Amarela	Portaria Principal
Policiais Militares	Trabalham na instituição	Cumprem horário de trabalho e muitos moram nos alojamentos	Livre acesso, mediante identificação por código de acesso na portaria	Acesso irrestrito. O acesso à Zona Vermelha é feito mediante apoio do GAM. Galerias com muitos presos só são acessadas quando vazias.	Portaria Principal

Os dias de visita são separados da seguinte maneira: terça e sábado para uma metade da cadeia, quarta e domingo para a outra metade. Nas terças e quartas entra apenas uma visita, a que está registrada, como a que entra com as sacolas, mantimentos e utensílios, geralmente a mãe ou a companheira. Nas visitas de final de semana podem entrar até três adultos registrados. Nas segundas, quintas e sextas são realizadas as visitas piloto, que são as de assistência ao preso recém-chegado, quando um familiar registrado leva uma primeira entrega de roupas e utensílios para o preso, essas visitas têm duração de 15 minutos. Cada galeria tem direito à visita de crianças uma vez por mês, no sábado ou domingo, dependendo da galeria, exceto nos meses de dezembro (Natal), outubro (Dia das Crianças) e o mês em que cai a Páscoa, quando todas as crianças entram no mesmo final de semana (sábado ou domingo), quando a administração do Presídio Central realiza uma festa com brinquedos, distribuição de doces, pipocas, refrigerantes, brincadeiras, além de doações de brinquedos e livros. O portão da Sala de Revistas abre às 6h30 da manhã e as visitas têm até as 15h para entrar e até as 17h para sair novamente pela Sala de Revista. Caso atrasem a saída são penalizadas e não poderão fazer a visita na próxima semana. Todas essas medidas de restrições de entrada de familiares e rodízio de visitas são realizadas devido à grande quantidade de presos no Presídio Central.

Há uma lista de itens com os quais as visitas não podem entrar, desde objetos pontiagudos ou que podem ser utilizados como armas até alimentos que podem mascarar drogas ou ser utilizados para outras situações, como, por exemplo, a erva mate ao passar no raio x não permite identificar se contém pacotes de maconha junto, o molho de tomate pode ser usado para simular sangue (algumas rebeliões ocorreram com a simulação de alguma doença ou ferimento por parte dos presos), o suco concentrado em caixinha estava sendo misturado com bebida alcoólica com seringas, o açúcar refinado pode ser trocado por cocaína (então só entra açúcar cristal), a ambrosia estava sendo utilizada para esconder pedras de crack. Os familiares podem fazer depósitos para os presos na Sala de Revista, até R\$ 75,00 por semana. Nestes casos é feito um recibo e um policial da Tesouraria recolhe esse dinheiro semanalmente e faz a entrega em mãos, podendo também solicitar entrada de itens grandes: colchões, panelas e eletrodomésticos. Esses itens devem ser novos, ainda na embalagem, entregues com a nota fiscal, também na Sala de Revista. Os itens que precisam de energia elétrica precisam ter autorização prévia⁵².

⁵² O complexo é muito antigo e conseqüentemente também a sua rede elétrica. Devido à grande quantidade de itens ligados, há muita queda de energia, além da situação precária dentro das galerias, com muitos “gatos” e “gambiarras”. A administração, então, restringiu a quantidade de itens ligado à eletricidade para cada galeria, a fim de não sobrecarregar a rede elétrica. Cada solicitação é analisada conforme a quantidade de itens já autorizado para aquela galeria. Para entrar um novo item só se algum item queimou ou saiu da galeria. As solicitações são feitas diretamente na Supervisão.

5.1.2 Setor de Atendimento Técnico

O Setor de Atendimento Técnico (SAT) é responsável pelo tratamento penal dos presos. Nele se encontra o Serviço de Atendimento Técnico, responsável pelos atendimentos psicossociais, jurídico e de controle disciplinar; a Atividade de Valoração Humana (AVH), que disponibiliza espaço e trabalho para os presos que têm algum conhecimento artístico ou artesanal, além das oficinas de artes e a alfaiataria; o Núcleo Estadual de Educação para Jovens e Adultos (NEEJA) que, junto com a Secretaria de Educação, disponibiliza aulas para todos os níveis de escolarização; e o Ambulatório, que além de ser uma UBS prisional, possui um laboratório para análise de tuberculose e um setor de nutrição.

O Serviço de Atendimento Técnico tem três setores. O Psicossocial tem assistentes sociais e psicólogos que garantem atendimento aos presos. O Jurídico é onde são feitas as audiências de conciliação e é possível ter acesso à Defensoria Pública. O Controle Disciplinar é onde são aplicadas as punições aos presos – o policial que presenciou o fato faz o Boletim de Ocorrência, que vai para a ficha do preso e pode atrasar a saída em liberdade dele.

A AVH existia no Presídio Central desde 1992, mas ficava no mesmo espaço do NEEJA, o que impossibilitava o uso de muitas ferramentas, para não atrapalhar as aulas, além da falta de espaço. Em 2015, na atual administração, o setor foi realocado para um novo local, mais amplo e com uma parte separada para a escola de artes, alfaiataria e sapataria. A cada três dias trabalhados, um é descontado da pena do preso, como prevê a Lei de execuções penais (LEP). Muitas das obras são vendidas para os próprios policiais que presenteiam seus familiares – itens de decoração, brinquedos – ou comercializadas em eventos externos. Metade do dinheiro arrecadado é destinado para o próprio setor, para a compra de materiais, e a outra metade fica para os presos, sendo que muitos enviam a quantia para a família. No dia que a entrevista foi realizada havia onze presos vinculados à AVH, contando com aqueles que trabalham na alfaiataria, e havia sido finalizado o primeiro módulo da escola de arte, onde cerca de 20 presos começaram a aprender técnicas de artesanato com os próprios trabalhadores da AVH. Esse setor possui dois sargentos e dois soldados e funciona de segunda a sexta.

O NEEJA é um núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Estadual de Educação que funciona dentro do presídio. Nele trabalham 16 professores, diretor, vice-diretor, secretário, servidores da Secretaria Estadual de Educação e dois policiais que são responsáveis pela segurança e administração, estes contabilizam a remissão de pena e as faltas disciplinares dos presos e trabalham da 7h às 17h, de segunda a sexta. As aulas ocorrem em dois turnos – manhã e tarde – de segunda a sexta, sendo oferecidas 240 vagas. O espaço físico tem 8 salas de

aula, onde são ofertados módulos de alfabetização, as séries iniciais (pós-alfabetização), ensino fundamental e ensino médio; uma biblioteca; um laboratório de informática e uma sala multiuso. No final de cada semestre são realizadas provas pela Secretaria Estadual de Educação e são entregues certificados, que não saem nem com o nome do Presídio Central nem com o nome do NEEJA, apenas com as informações da Secretaria de Educação, como qualquer outro certificado expedido por essa instituição. Os presos que ali estudam têm remissão de um dia da pena para cada 12 horas frequentadas na escola. Quando perguntado como é feita a seleção dos presos que poderão estudar na escola o policial que ali trabalhava explicou:

Os apenados eles mesmo trazem os nomes, digamos que isso já, quando eu cheguei aqui isso já tava acontecendo, então o que chega pra nós assim ó, um aluno da escola, um apenado, vem traz um nome de outro apenado, lá da galeria dele que quer estudar. A gente verifica em primeiro lugar se ele tem algum problema no sistema, se tem algum problema de incompatibilidade com alguma outra galeria, porque isso já fica no histórico dele, se ele teve desavença, verifica também as ocorrências dele pra ver se ele tem muita coisa ou alguma coisa contra policial, porque ali é o único setor da cadeia que eles não andam algemados. Todos os setores da cadeia, a movimentação, quando entram no setor é algemado, ali não, ali eles andam livres dentro, né, daquele espaço, livres inclusive com os professores, ficam dezenas deles soltos. Então a gente tem que ter um critério bem rigoroso na seleção, então a gente faz essa pesquisa dele ali e não tendo nenhum problema a gente chama ele pra uma entrevista. É feita a entrevista pela direção com foco na parte educacional, ver até que série ele estudou, como que ele era, pra ver onde que vai encaixar ele ali. E também nesse momento a gente analisa, né, comportamento dele, as vestes, as tatuagens, todo o contexto que tu tenta identificar se ele pode te trazer um problema ou não, a partir daí se matricula ele na escola.

Em uma das visitas realizadas um dos presos da 3ª do H relatou que os presos daquela galeria não podiam ter aula no NEEJA. Questionei o policial sobre os motivos e ele explicou:

Assim ó, essa não é uma regra da escola, é um problema de movimentação. Se a gente for analisar assim ó, os setores outros, por exemplo, a enfermaria e o 3º piso, que é a parte social, psicólogos, assistentes, quando eles vão movimentar os apenados da 3ª do H, os homossexuais, eles têm restrição, eles trancam o corredor, ou movimentam só em um dia, ou uma tarde, só pra movimentar eles. Então se tenta ao máximo, pela questão do preconceito que eles sofrem aqui dentro, represálias das outras galerias, se tenta ao máximo evitar se misturarem eles, né. Então ali nós não temos como evitar, porque são todas as galerias, então não tem como tu evitar essa movimentação, e nós já fizemos a pesquisa lá, quando se levantou isso fomos ver, “vamos ver quem realmente quer”. Então sei agora, mas na época eles estavam em trinta e três lá, cinco queriam, então é bem baixo o número assim, né, mas também é um número que pode causar um grande risco pra nós ali, e eles descer todos os dias são 4 movimentações, vai e vem, depois a tarde vai e vem, é um risco grande, não tem como parar toda a movimentação da cadeia por causa de quatro, cinco apenados, então em detrimento da segurança por enquanto a gente não tem como oferecer isso pra eles. Não se conseguiu achar uma maneira de logística, digamos, assim, de fazer isso funcionar. Até se pensou como é manhã e tarde, criar uma parte noturna, mas aí também tem que ver, como a gente diz, a movimentação da cadeia, a partir das 17h começam as conferências, tem a questão da entrega da alimentação deles, então tu não consegue se encaixar no meio de tudo isso, né. A cadeia não funciona em função dos setores, os setores se adequam, né, então a gente não conseguiu encaixar eles, é,

mas não foi por falta de tentativa. Em primeiro lugar como vem a segurança, acaba eliminando algumas coisas, né, então não tem como fazer, né.

O último setor do SAT é a UBS. Ela funciona como uma UBS externa, mas com alguns serviços a mais, como o laboratório de análise e o setor de nutrição. A equipe médica é composta por sete médicos do Hospital Villa Nova – três psiquiatras, dois infectologistas, um clínico e um neurologista – e um da Susepe – traumatologista; duas enfermeiras do Villa Nova e uma especializada em doenças infecciosas da Susepe; um farmacêutico da Susepe; duas técnicas em radiologia, uma técnica de saúde bucal, dois dentistas, uma nutricionista, doze técnicas em enfermagem e uma bioquímica. Os funcionários da UBS são responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que, no caso, terceiriza para o Hospital Villa Nova, os outros funcionários – dos setores que não fazem parte de uma UBS – são funcionários da própria Susepe. O atendimento é realizado das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, fora desse horário são realizadas escalas de plantão com as técnicas de enfermagem para atendimentos emergenciais. São realizados em média 350 atendimentos por dia. Todos os presos que precisam de tratamento e medicação constante recebem um cartão para acessar a UBS diariamente. As consultas com os especialistas são agendadas ou pelo próprio preso ou pelos familiares. Os familiares também podem agendar consultas externas em consultórios médicos particulares. O Presídio Central tem leitos no Hospital Villa Nova e no Hospital Nossa Senhora da Conceição para situações que não podem ser resolvidas na própria UBS. Há duas entradas para a UBS, a principal, por onde os presos das facções têm acesso, e a pelo corredor de acesso – é a mesma entrada pela qual os policiais entram ou os visitantes, para os presos que precisam de seguro. Na UBS há cerca de seis “jalecos” que exercem função de faxina e organização dos arquivos.

Há diversos programas e campanhas realizadas pela equipe de saúde do Presídio Central, que é vinculada à Susepe, ao Hospital Villa Nova e à Secretaria de Saúde. As campanhas giram em torno do tratamento e redução de doenças transmissíveis – como tuberculose, HIV, sífilis – ou de doenças crônicas, tais como diabetes. Dois dos projetos existentes são o “Porta de Entrada” e o “Desintoxicação”. O primeiro busca justamente realizar o acompanhamento inicial para todos os presos que chegam no Presídio Central, isso fez com que os casos de tuberculose reduzissem consideravelmente. O programa Desintoxicação é realizado em parceria com o Hospital Villa Nova. Há uma galeria separada para realização desse projeto, a E1 (1ª do E), com vagas para setenta presos que querem se livrar do vício das drogas. O preso que quiser fazer parte passa inicialmente por uma entrevista e análise com um psiquiatra, depois entra em uma etapa de desintoxicação no Hospital Villa Nova, por vinte e

um dias. Após essa fase inicial ele vai para a galeria do E1, lá deve seguir as regras de convivência junto com os outros presos. Também são realizados testes surpresa para verificar se realmente não estão usando drogas. Há outros projetos sendo realizados com os presos da E1, como oficinas de arte, curso de informática, entre outras atividades.

5.1.3 Setor Administrativo

O Setor Administrativo fica inteiro no 2º piso do prédio principal, juntamente com a direção. Nele se encontra os setores: SSCOR, Secretaria, RH da Susepe e a Tesouraria. O SSCOR é a corregedoria dos policiais que ali trabalham, quando ocorre reclamação de um policial contra outro⁵³. A Secretaria é responsável por todo o efetivo da Força Tarefa: quem está saindo da FT, quem está chegando na FT, os que estão em férias. O RH da Susepe é o equivalente à Secretaria, mas com o efetivo da Superintendência, composto por servidores e terceirizados. Todos os setores do administrativo funcionam de segunda a sexta, das 9h às 17h.

A Tesouraria é responsável por todo o dinheiro que entra no Presídio Central e pelo lançamento das diárias dos policiais militares. O dinheiro depositado pelas famílias na Sala de Revista é recolhido por um dos policiais que trabalha na Tesouraria e contabilizado na ficha do preso. A quantia é entregue nas sextas-feiras, às vezes nas quintas-feiras, direto na galeria, nas mãos do preso referente, sendo conferido através de fotografias e perguntas sobre dados pessoais se é ele próprio, além da assinatura. O salário dos *jalecos* também é administrado pela Tesouraria que retira diretamente o dinheiro no banco, registra na ficha de cada um, entrega, recolhe assinatura e presta contas para a Susepe. A Tesouraria possui três policiais, dois soldados e um sargento.

5.1.4 Setor Logístico

O Setor Logístico, localizado integralmente no fundo da cadeia, é responsável por toda estrutura e recursos materiais do Presídio Central, é também o que mais emprega *jalecos*, os quais trabalham na Usina, na Reciclagem, na Marcenaria, na Cozinha Geral, no Almojarifado, na Gráfica, no Refeitório dos Funcionários, na Oficina Mecânica, e na Conservação e Obras. A Usina é a área onde se encontra a hidráulica e o fornecimento de energia para o Presídio Central,

⁵³ Quando ocorre uma denúncia de algum apenado é feito pelo advogado ou pela família do mesmo diretamente na Ouvidoria da Assembleia Legislativa.

juntamente com o Refeitório dos Funcionários, a Cozinha Geral e a Conservação e Obras, funciona sete dias por semana.

A alimentação dos presos é feita na Cozinha Geral, pelos *jalecos*, sendo supervisionada por uma equipe de policiais, e entregue nos pavilhões por outra equipe de *jalecos*. Os presos que trabalham na Cozinha Geral moram num alojamento próximo, separado dos outros pavilhões⁵⁴. Cada galeria tem presos responsáveis por descer e pegar a panela com os *jalecos* e distribuir a comida na galeria. Outros *jalecos* das galerias são responsáveis pela faxina dos pátios e das galerias.

⁵⁴ O acesso a comidas de melhor qualidade e um alojamento mais limpo e organizado é um diferencial para quem ali trabalha. (RUDNICKI, 2011).

6. AS REPRESENTAÇÕES DOS POLICIAIS MILITARES DA FORÇA TAREFA SOBRE A GESTÃO DO PRESÍDIO CENTRAL

O conceito de representações sociais refere-se à maneira pela qual um grupo ou indivíduo interpreta a realidade cotidiana. Trata-se de um conhecimento prático, que tece as evidências da realidade e auxilia em sua construção, dando sentido aos eventos que nos são normais. (SEGA, 2000). Assim, as interpretações funcionam como uma construção do sujeito em um sujeito social e como uma mediação entre o indivíduo, o meio e os membros do grupo, possibilitando a comunicação entre eles (SPINK, 1993). Segundo a definição de Jodelet, as representações “se presentan bajo formas variadas, más o menos complejas. Imágenes que condensan un conjunto de significados; sistema de referència que nos permiten interpretar lo que nos sucede, e incluso dar un sentido a lo inesperado” (JODELET, 1985, p. 472).

Nesse capítulo, apresentaremos as representações dos policiais militares da Força Tarefa do Presídio Central, coletadas nas entrevistas, em relação a dois eixos de análise: o trabalho do policial militar na função de agente penitenciário⁵⁵ e em relação à mediação de conflitos no estabelecimento prisional.

6.1 O ofício de policial versus o de “*carcereiro*”

As indicações de policiais militares para irem trabalhar no Presídio Central partem de cada Comando Regional do estado, cada policial militar que apresenta interesse fica registrado num banco de dados e só é liberado para ir para a FT (do Presídio Central ou da PEJ) se a sua unidade autorizar, se seguir uma série de critérios – bom comportamento, não estar sendo investigado, perfil para trabalhar em presídio – e se houver vaga disponível para o seu comando⁵⁶. Posteriormente, ainda é realizada uma triagem pela Corregedoria e pela Direção do próprio presídio. Os policiais recebem diárias e devem ser vinculados a um batalhão localizado a pelo menos cinquenta quilômetros de Porto Alegre. Originam-se do interior do Estado, de cidades bem distintas, maiores ou menores em termos populacionais.

⁵⁵ Oficialmente, a denominação da profissão é de agente penitenciário, no Rio Grande do Sul realizada pelos servidores da Susepe. Aqui, diferenciamos a profissão de agente penitenciário do papel da Brigada Militar na FT dos presídios no RS, denominada pelos próprios policiais como “*carcereiro*”.

⁵⁶ Cada Comando Regional tem uma quantidade definida de vagas para serem preenchidas, para evitar que se retire muitos policiais de uma mesma região. O Comando Geral da Brigada Militar tem autonomia para exceder em até 10% as vagas de uma certa região, caso seja necessário.

O regime de trabalho varia conforme o setor do policial. Os setores que funcionam em período integral – Inspeção, Plantão Permanente, grupos operacionais, entre outros – trabalham em quatro equipes que fazem o horário 4x4, nessas equipes sempre há duas de folga, uma trabalhando e outra de reforço operacional (RO) no alojamento, preparada para dar apoio caso seja necessário. A maioria dos setores restantes funcionam apenas pela semana no horário das 9h às 17h⁵⁷. Há ainda alguns setores que funcionam todos os dias, mas não integralmente – como a Conservação e Obras, das 6h às 20h - e durante a semana, mas em horários diferentes – como o NEEJA, onde as aulas funcionam das 7h às 17h.

Há quatro alojamentos para os policiais dentro do próprio complexo, já que são de outras cidades e precisam estar prontos para qualquer emergência. Há, porém, alguns que preferem alugar um imóvel ou dividir com colegas do que ficar no alojamento cedido pela instituição. Dos treze policiais entrevistados cinco não moravam nos alojamentos. Neles as instalações são bem precárias, assim como todo o complexo, devido à idade da construção e à falta de manutenção. Um dos alojamentos femininos foi visitado. É um cômodo só com oito beliches e armários fazendo as divisórias, o ar condicionado não funcionava e em uma das paredes laterais – a que faz divisória com o Instituto Penal Pio Buck, o semiaberto – havia tanta umidade que era necessário colocar cobertores para escondê-la.

Desde a formação da FT nos presídios a Brigada Militar já alterou diversas vezes o tempo máximo de serviço de cada policial na mesma: ele já foi de seis meses, de um ano, por tempo indefinido e atualmente é de 2 anos. Há alguns policiais que a direção atual pode manter por mais tempo: um dos entrevistados estava há três anos e meio e outro há quatro anos; quatro já haviam trabalhado em pelo menos dois períodos com intervalo entre eles.

Um dos temas recorrentes nas entrevistas foi a diferenciação do trabalho do policial militar com o de carcereiro. Vários pontos foram mencionados pelos policiais militares entrevistados, sendo o fato de se sentirem ou não seguros no trabalho no presídio em comparação com o trabalho da rua uma das questões mais apontadas. Segundo eles, enquanto o trabalho do policial militar é apontado como imprevisível, pois não sabem quando irão abordar alguém ou quando haverá alguma ocorrência, o trabalho prisional é apontado como mais seguro – apesar de tenso e terem que estar sempre atentos para não serem surpreendidos – devido à estrutura interna de segurança que a Brigada Militar garante, a confiança na equipe e nos colegas que estarão atentos a qualquer situação em que possam perder o controle, estando

⁵⁷ O horário de fim de expediente é às 17h, mas só acaba oficialmente quando o Diretor (ou o Subdiretor) liberam. Em situações graves o expediente pode chegar a vários dias, havendo o revezamento entre as equipes de serviço.

treinados para agir em situações críticas, e, ainda, pelos presos estarem, em princípio, desarmados. Como relatou o BM8:

A diferença que tem da rua pra cá, pelo local é o seguinte: aqui eu sei que a princípio eles vai tá desarmado, não vai ter uma arma de fogo por exemplo, né, porque o que pode te matar, uma faca, uma arma de fogo, tá bom, eu sei que aqui ele tá desarmado. Em tese, né, é pra tá, a princípio vai tá, e tá sempre. Sai do corredor, ele é revistado, então já é uma coisa a menos, só que às vezes vai em várias pessoas, né. Mas é isso aí, é o controle que tu tem que ter no corredor, não deixar que tenha muitos presos no corredor, evitar, evitar de dar uma chance pra acontecer uma coisa errada, né. E na rua tu não sabe quando tu vai abordar alguém. Você tá andando na rua ali, eu vou te abordar, a princípio tu tá tranquila, mas quando vê tu puxa uma arma e dá um tiro. Ninguém tá escrito se é bandido ou não, hoje em dia, né. É mais seguro, nesse sentido é mais seguro, não deixa de ser um lugar tenso, mas nesse sentido é mais seguro. (BM8)

Nesse mesmo sentido, o BM9 informou que:

Já aconteceu períodos tensos, né, em que a gente, sempre tem, assim, quando tu estás lá fora. Mas assim, não sei, eu sinto mais segurança em trabalhar aqui hoje do que se eu tivesse que trabalhar no policiamento na rua, é uma situação diferente, entendeu, mas eu me sinto segura aqui dentro trabalhando. E te confesso que eu não me sentiria segura se eu estivesse no policiamento, porque hoje a realidade da rua tá complicada, né, e a gente não sabe da reação das pessoas em cada momento. Então assim, ó, eu vejo que o serviço aqui dentro ele é mais, pra mim, é mais seguro. A sensação de segurança vem do comportamento que tu tem dos teus colegas, né, saber que todos aqui estão imbuídos na mesma missão que é manter a segurança, manter a ordem do presídio. E que não é fácil, o presídio é muito grande, a população carcerária muito grande, e lá fora tu, a adrenalina, a situação que tu depara com a ocorrência, com o indivíduo que tá lá, que for agir num assalto, ele vai estar quase sempre com outras pessoas junto, é questão... A tensão na rua é bem maior do que tu tem aqui dentro, por que aqui tu já sabe mais ou menos como que funciona a rotina da casa. (BM9)

Dos treze policiais entrevistados, oito referiram que se sentiam mais seguros trabalhando no Presídio Central do que quando faziam policiamento de rua, pois o trabalho na rua estaria cada vez mais perigoso e inseguro. Dois dos entrevistados afirmaram não se sentirem seguros ali. Segue a fala do BM11:

Não. Acho que ninguém tá seguro aqui dentro, né. A gente, como é que vou te dizer, tu faz o possível pra te prevenir, mas lugar seguro aqui dentro não tem. Tanto assim que, tu já viu como é que os presos andam aqui? Tem um bretezinho, bracinhos cruzados. Cadê algema? Sem nada, né? Eles respeitam aqui é a autoridade policial que são as brigadas. Eles vão sozinhos. Cada inspetoria tem tantas brigadas pra ficarem cuidando de uma [sub]inspetoria pra outra quando eles [os presos] vêm. Mas aí tu imagina, né? Isso é segurança? Claro que a brigada, né, tem aquela segurança, ele anda com a 12 [espingarda calibre doze] ali. Eles tão sempre armados, eles tão sempre com arma pesada, mas tu já imaginou uma rebelião? Não é fácil pra gente. (BM11).

O outro policial que também relatou não se sentir seguro ali, um oficial, apresentou uma fala bem diferente dos outros em relação à sensação de segurança⁵⁸. Essa diferença pode ter ocorrido por a) os outros entrevistados, na grande maioria praças, terem desejado mostrar que o Presídio Central é um local seguro devido à efetividade do trabalho da Brigada Militar; e/ou b) o oficial, da mesma forma, ter desejado mostrar uma superioridade em relação aos outros policiais e também uma efetividade no trabalho por estar sempre alerta. Segue a sua fala:

A gente acostuma, entendeu, a gente acostuma. É aí que vem o problema, quando o policial diz que ele se acha seguro aqui dentro, ele tá começando a se descuidar de alguma coisa. Aqui dentro não é um lugar seguro, é totalmente inseguro, só que a gente tem que ter a consciência. Eles confundem se achar seguro com o acostumar, que o acostumar é uma coisa, eu tô acostumado a falar com os presos, de ver homicida ali, com dez, quinze, vinte homicídios e falar com ele frente a frente, mas eu não me sinto seguro, né. Mas é esse não me sentir seguro que me mantém alerta sempre, por exemplo, tu nunca vai ver eu apertando a mão de um preso e eu vejo colegas meus fazendo isso, nesse momento ele tá perdendo um pouquinho a noção da real relação que nós temos aqui. Nós não temos relação polícia com bandido, nós temos relação de carcereiro com preso, mas nós não mantemos relação de amizade. E eu vejo, tu vai ver, apertando a mão de preso. Não, ele é um preso, ele tem seus direitos, tem que ser tratado de forma, mas tu não precisa dar a mão pra ele. Na verdade, ele devia andar algemado, ele não anda algemado porque o tamanho e o volume de serviço não permitem. O certo seria andar algemado. Então quando tu ouvir um policial, se ele disser pra mim, nunca ninguém me disse, “Ah! Eu me sinto mais seguro aqui!”. Tu tá errado, tua visão tá distorcida, tu perdeu o foco, tá na hora de tu ir embora. Não é as grades que separam nós deles, é a vontade deles em não fazer nada, entendeu? Aqui é tão imprevisível quanto na rua, só que na rua numa quadra tu vai ter dois, três, cinco, vinte marginais,. Aqui numa quadra tu tem mil, dois mil, entendeu? Então o pessoal, é aquele negócio assim de perder o foco, Tu tem que saber onde é que tu tá, tu tem que saber o que tu faz, tu tem que entender onde que tu tá. Quando um policial se sujeita, que nem eu conheço alguns, entrar numa galeria junto com os presos sozinho, achando que ele confia neles ou anda confiando, ele não pode, sob minha chefia não trabalha, na hora eu vou dizer “Ó! Pega as tuas coisas e vai embora! ”. Pode ser um excelente policial, ele perdeu o medo e um ser humano sem medo, sem receio, ele é um perigo, ele vai botar os outros em perigo. (BM14)

Esse mesmo oficial destoou do restante quando perguntado se ocorreram situações em que ele não sabia o que fazer. Enquanto todos os outros entrevistados disseram que não passaram por situações desse tipo, esse oficial relatou que constantemente experiencia situações como essa e salientou que isso ocorre por esse não ser o trabalho padrão do policial militar e por uma prisão ser algo muito distante da realidade de muitas pessoas. Segundo ele, apenas a experiência com o trabalho prisional faria com que situações como essa ficassem menos frequentes.

Outra questão apontada foi que trabalhar no presídio seria uma oportunidade para o policial ver como funciona a outra ponta do sistema de justiça e o que acontece com as pessoas

⁵⁸ Oito apontaram a segurança como diferencial, dois disseram que não se sentiram seguros e três não citaram o assunto da segurança quando perguntados sobre a diferenciação do trabalho.

que eles prendem nas ruas, enquanto no trabalho padrão do policial apenas efetua-se a prisão e se leva a pessoa detida a uma delegacia, ocorrendo apenas o contato com uma das pontas.

É bem diferente, mas é muito interessante também, acredito que todos deveriam ter essa oportunidade, de passar por aqui e aí tu começa a enxergar o contexto maior da criminalidade, né, tu consegue enxergar um pouco mais de cima. Lá a gente só enxerga o confronto em si, né, aqui tu enxerga o outro lado também, ouve muita história, muita coisa, faz umas coisas ter mais sentido lá na rua. É uma experiência muito boa, é difícil no começo, mas é uma experiência muito valiosa pra carreira. (BM2)

Enquanto o policial esperaria a ocorrência acontecer para ser chamado e tentar resolver o problema, no presídio a principal função de todos os que ali estão seria a de evitar que os problemas acontecessem e, caso ocorram, gerenciá-los para evitar, de todas as formas, fugas e rebeliões. Vários entrevistados mencionaram tal função.

Foi apontado também uma diferença no tratamento que o policial tem com as pessoas que aborda na rua (o “bandido”) e com os presos no presídio. Há nos relatos a presença de um antagonismo muito forte entre policial e bandido e, por outro lado, uma relação mais próxima entre o carcereiro da FT e o preso, sendo que alguns policiais mencionaram que havia uma relação de respeito mútuo entre os policiais e a massa carcerária; outros, ainda, que tinham contato direto com os *jalecos*, relataram um trabalho em conjunto, quase como uma equipe.

Em uma das observações, um dos policiais, que estava no presídio fazia apenas algumas semanas, relatou que na rua o policial aprende a “ferrar” o bandido e que ali tinha que aprender a “cuidar” deles. Outros comentaram que o trabalho era muito mais de assistência aos presos e aos familiares do que semelhante ao realizado pelo policial militar. Assim relata um dos policiais que trabalhava no Ambulatório:

Percebo aqui que a gente faz um trabalho mais social, que é de, essa parte mesmo de ajudar, aqui a gente trabalha com jaleco também. Eu tenho em torno de seis, então eu acompanho eles, faço entrevista com eles, eles trabalham, se algum dá problema eu converso sempre com eles, porque eles têm que me informar se algum tá tentando levar alguma coisa, porque a gente tem medicação, tem um monte de material aqui, né, se algum tá levando, pra eles me contarem, né. Que é pra gente trabalhar em grupo, né, trato eles como trabalhadores e não presos. Então teve muitos aqui que saíram muito bem, né, e não voltaram, assim como teve outros que voltaram, né, e a gente tenta ajudar.

Dessa forma, conforme este e vários dos demais entrevistados manifestaram, deveriam agir com mais respeito e mais paciência com os presos e familiares para evitar conflitos. Um sargento relatou a preocupação em sempre tratar bem os familiares e os presos pois:

[...] a maioria das vezes eles são pegos em flagrante por alguém usando a mesma farda que eu. E daí ele já chega aqui revoltado e se depara com quem? Com a BM

recebendo ele no presídio. É a BM que colocou o filho na cadeia, é a BM que vai receber a mãe, que vai levar a alimentação pro filho lá dentro. (BM9).

Todos os policiais proferiam um discurso de tratar o preso com dignidade pois eles já estavam cumprindo a pena deles, que era estar privado de liberdade, não deveriam e nem poderiam penalizá-los de alguma forma pois não eram “*nem juízes e nem carrascos*” (BM1).

Ainda que menos inseguro, todos apontaram que o trabalho no presídio é mais estressante, mais cansativo e com uma carga horária maior e mais intensa do que a do policial militar (seja no trabalho de rua seja no trabalho administrativo, dentro dos batalhões), tanto nos setores operacionais quanto nos administrativos. Um dos policiais relatou que caminhava:

[...] muito mais aqui do que se eu tivesse na rua. Nesses dez, quase onze meses que eu tô aqui eu trabalhei por cinco anos lá da minha unidade. Fora a tensão, porque aqui é muita coisa, o giro é muito grande, é muito papel, é muito problema, a gente não pára, ninguém pára, é muita atividade. Por quê? Por que é muita gente. (BM14)

As respostas para a pergunta sobre o que aprenderam e ganharam de experiência com o trabalho no Presídio Central – tanto para a vida profissional quanto para a vida pessoal – podem ser classificadas em cinco grupos. O primeiro grupo, o mais citado, foram as respostas que citavam alguma forma de **ensinamento** que o policial adquiria para a sua vida pessoal. As respostas incluíam conhecer outras realidades, aprender a ver as situações de outras maneiras, colocar-se no lugar das pessoas, valorizar a vida e a liberdade que tem, ser mais humilde, ter mais paciência com as pessoas e ensinar os colegas, familiares e amigos. Como, por exemplo, a fala do BM9: “*quem passa pelo trabalho aqui dentro tem que se modificar e se sensibilizar em algum momento, porque não é possível tu passar por tudo isso aqui e não tirar nenhuma lição dessa situação, dessa realidade*”. Pelo menos dois desses policiais disseram que consideravam que todos os policiais deveriam passar uma temporada trabalhando no Presídio Central, para aprender essa outra realidade.

O segundo grupo mais citado foi o das respostas relativas à **experiência profissional** que ganhariam para o trabalho enquanto policial. Essas respostas foram no sentido de 1) aprender a fazer uma revista mais minuciosa; 2) gravar rostos de presos para, caso necessário, identificá-los na rua; 3) saber identificar o criminoso, ter certeza de quem é criminoso, devido à experiência de ver os criminosos no Presídio Central; 4) adquirir conhecimento de facções e grupos criminosos: como se organizam, agem e se estruturam; 5) tomar mais cuidado na abordagem e apreensão de criminosos e registrar tudo o que acontece, para não ocorrer denúncias contra eles. Como, por exemplo, a fala da BM10:

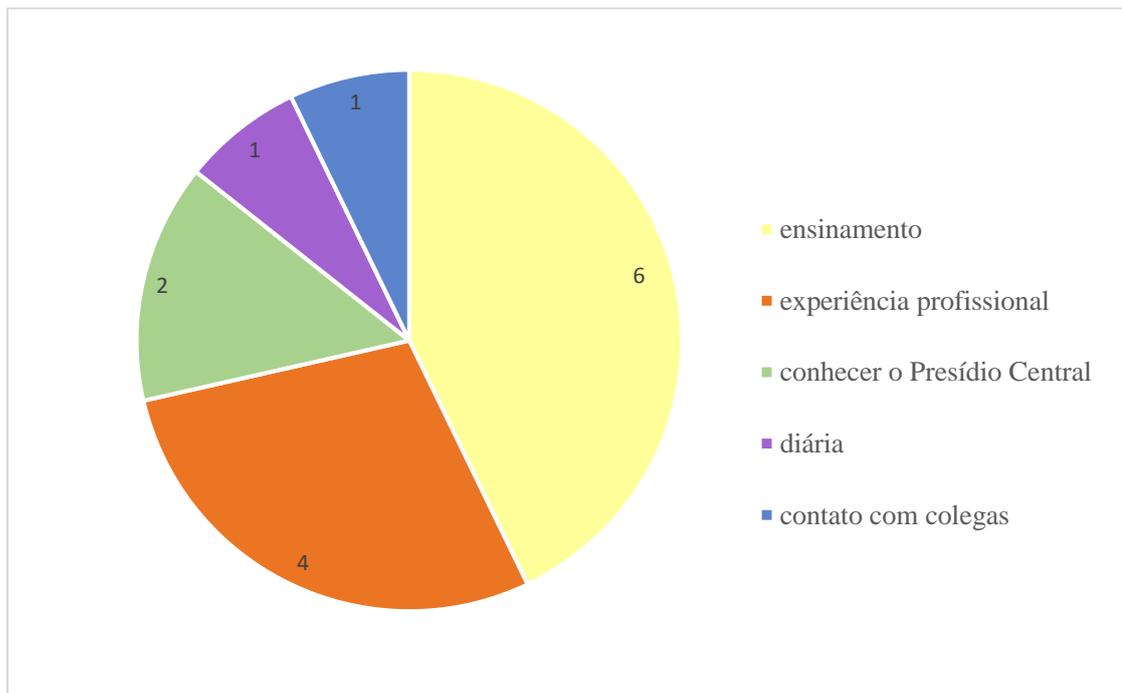
Isso vai me ajudar muito mais, a ser uma policial muito melhor, lá na rua agora, do que eu era antes, com certeza. Na forma de identificação. Hoje em dia eu reconheço

muito mais a pessoa que tem a tendência a ser delituosa só no andar na rua que antes passava por despercebido, hoje já não passa mais, hoje eu já consigo olhar aí. E não adianta, é esse tino, que a gente diz, tem o tino policial, que me aflorou muito mais depois dessa experiência aqui dentro. Desse de tu olhar assim pra pessoa e dizer “não, tu eu tenho certeza” e antes você dizia “não, acho que é”. Então acho que nessa parte, nesse sentido vai me ajudar bastante [...] (BM10)

Os outros três grupos de respostas são referentes às **diárias recebidas** pelo trabalho; **conhecer o Presídio Central**, percebendo que ele não é tão ruim quanto dizem e **ter um maior contato com os colegas**, já que no policiamento de rua o maior contato é apenas com o policial com quem fazem dupla.

O gráfico 8 a seguir mostra a recorrência das respostas e as respectivas porcentagens⁵⁹:

Gráfico 8 – Respostas em relação a experiência adquirida com o trabalho no Presídio Central agrupada por temas



Fonte: Entrevistas realizadas com onze policiais militares que trabalhavam no Presídio Central. Gráfico elaborado pela autora.

Em relação à pergunta “Na sua opinião, que mudanças poderiam ser feitas para facilitar a gestão do presídio e o seu trabalho?” as respostas foram em relação à maior quantidade de recursos, diminuição da massa carcerária e aumento do efetivo⁶⁰, conforme apresenta o quadro

⁵⁹ A soma das diversas respostas ultrapassa o total de entrevistados pois houve policiais cujas respostas se encaixavam em mais de um grupo.

⁶⁰ Nessa questão foram adicionadas as duas entrevistas realizadas no campo exploratório em 2015, por conterem uma questão semelhante, assim totalizando treze policiais.

4, a seguir. Como pode ser observado, sete policiais acreditavam que era necessário diminuir a população carcerária para facilitar o trabalho e melhorar a gestão no Presídio Central, pois consideravam que este possuiria estrutura para atender o limite da capacidade da casa prisional (1.824 presos). Acima disso os processos, a “engrenagem”, seriam prejudicados. Quatro entrevistados consideravam que deveria haver mais recursos materiais e financeiros para viabilizar: compra de equipamentos, projetos, vagas na escola e de trabalho, entre outros. Três outros consideravam que seria necessário aumentar o efetivo dos policiais militares trabalhando na Força Tarefa.

Quadro 4 – Respostas dos policiais entrevistados sobre o que poderia mudar para melhorar o trabalho e a gestão no Presídio Central

BM	Recursos	Diminuir população carcerária	Aumentar efetivo
A	X	-	-
B	X	X	-
C	-	X	-
D	-	X	-
E	X	X	-
F	-	-	-
G	X	-	-
H	-	X	-
I	-	-	X
J	-	-	X
K	-	X	-
L	-	X	-
M	X	-	X

Fonte: Entrevistas realizadas com treze policiais militares que trabalhavam no Presídio Central. Quadro elaborado pela autora.

No trabalho de campo foi observado na fala de alguns policiais que consideravam que estavam mais preparados do que os agentes penitenciários, pois recebiam um treinamento mais completo, sendo o treinamento do agente penitenciário parte do realizado pelos policiais militares. Além do que mencionaram que a própria Brigada Militar já havia treinado agentes

penitenciários⁶¹. Assim, o policial militar seria até mais capaz do que os agentes penitenciários para realizar o trabalho em uma casa prisional. (BM6)

De fato, nove dos treze policiais entrevistados relataram não considerarem necessário um treinamento específico para trabalhar no Presídio Central, pois 1) o policial militar é capaz de se adaptar à qualquer situação e trabalhar no que lhe for solicitado, estando acostumado a situações de estresse e de muita intensidade; 2) quando chegam no Presídio Central os policiais que ali estão há mais tempo vão ensinando o serviço; 3) o treinamento e experiência que possuem do trabalho anterior na Brigada Militar já seriam suficientes para o trabalho ali; 4) trabalhar no presídio não é a função da Brigada Militar. Como é possível ver na fala do BM2:

Essa não é a nossa atividade fim, né, nós estamos aqui no local que não é a nossa atividade. Então não sei, eu não posso dizer que falta esse treinamento pra isso porque não é a nossa atividade, mas quando se vem pra cá é interessante assim a recepção dos colegas e a forma como que vai sendo passado as coisas ajuda bastante. A Brigada tem muito isso, né, não sei se é corporativismo, se é, acho que é mais a camaradagem em si, por que onde um se empenhar tu acaba empenhando todo mundo também. Então a gente é bem recebido aqui, todo mundo tendo que te colocar a par como funciona o mais rápido possível pra gente não tropeçar aí. Então isso compensa, compensa a falta de treinamento que também não era necessário. (BM2)

Os outros quatro policiais mostraram insatisfação ou por faltar mais atenção aos iniciantes, ou por terem sido treinados para uma realidade muito diferente (o policiamento ostensivo) e a relação do carcereiro com os presos ser diferente da relação do policial com o “bandido” e, assim, deveriam passar por um curso ou um estágio antes de iniciarem o trabalho no Presídio Central. Assim como relata BM14:

Totalmente... totalmente... O policial quando ele sai da tropa ele deveria primeiro passar por um estágio, curso, sei lá, algo que desse ideia pra ele de como é o funcionamento aqui dentro, né, com certeza, o sistema como está agora de, principalmente de como foi adotado agora, é... Lá nos anos 2000, 2000 e poucos, no começo, era assim ó... alguém queria sair daqui, ou queriam mandar ele embora, tinha que vir alguém de lá, primeiro aprender, pra depois o outro sair. Agora não... querem substituir vem um time, sai outro, e aí tu pega, tira gente com experiência e coloca gente sem experiência. E os apenados são os mesmos, os mesmos, a malandragem é a mesma. Quem perde é sempre o serviço... até aqueles que estão começando a entender bem esse lapso temporal complicado. (BM14)

Essa fala do BM14 ilustra também uma questão levantada por outros policiais: o problema da alta rotatividade dos que trabalham no Presídio Central. Ela é necessária, segundo

⁶¹ Em cursos de formação ou de capacitação para agentes penitenciários, alguns policiais militares costumam ministrar disciplinas nas quais são especializados, tais como: direito penal, condicionamento físico, tiro, uso da força e da arma de fogo, e, inclusive, disciplinas humanísticas. Conforme informação verbal fornecida em 20 de dezembro de 2016 pela professora Leticia Schabbach, que trabalhou na Academia de Polícia Civil, como socióloga.

eles, mas acaba atrapalhando, principalmente quando acontece uma troca de um grande número de policiais ao mesmo tempo, como argumenta o BM12:

Teve épocas que atrapalhou sim, trocou muito rápido o efetivo, não tiveram tempo de aprender muito, né, esses tempos pra cá aconteceu isso assim, tipo... saiu trinta e chegou trinta... só que saiu trinta e chegou trinta, não deu tempo assim de vir cinco, aprender com os outros e ir aprendendo. Nesse caso dá um pouco de transtorno, né, porque pessoal muito novo em cadeia é complicado, às vezes deixa um cadeado aberto, não tem aquela rotina ainda, aquela preocupação assim, não por desleixo, não conhece, né, não entende do.. Que nem tu pegar, tu trabalhar em um lugar e ir pra outro setor de uma empresa assim, e te botar lá e agora tu tá aqui, aí tu tem que descobrir como é que funciona o andamento, né, pra ti começar a trabalhar bem, né. Nesse caso assim causa transtorno, né, um pouco pelo menos, né... (BM12)

Ficou evidente nos relatos, nas observações e nas entrevistas realizadas, a referência de que é muito comum alguns policiais militares desistirem logo no começo, às vezes até no primeiro dia. Muitos não se adaptariam pela atividade ser diferente da do policial, pelo ambiente, tensão, pressão e pelo trabalho ser muito puxado. Também me foi relatado que alguns policiais teriam dificuldade em se acostumar a morar em Porto Alegre, já que todos são de cidades do interior do estado, com um ritmo às vezes muito distante do da capital.

É uma questão de adaptação, por isso que nem todo mundo se adapta aqui, uns até tentam se adaptar pela questão financeira, né, a diária, mas aí lá no final eles acabam se incomodando muito mais. É um serviço muito estressante, né, é andar no fio da navalha o dia todo, isso aqui, isso aqui é um barril, nós estamos sentados num barril de pólvora. Um barril de pólvora sozinho não faz nada, mas se alguém acender um pavio ele explode, só esperar alguém ascender o pavio. O barril de pólvora tá montado, mas é uma questão de se adaptar, questão de se adaptar. (BM14)

As respostas para a questão “Na sua opinião, como a estrutura da Brigada Militar influencia na administração do Presídio Central?”⁶² podem ser divididas em dois eixos, um relacionado com características internas da Brigada Militar e outro com situações externas. O eixo interno corresponde a características que os policiais militares consideravam importantes na Brigada Militar e que seriam responsáveis pela boa administração da Brigada Militar no Presídio Central ao longo desses vinte e um anos. Nesse quesito as características que mais apareceram na fala dos entrevistados foram a disciplina (por terem um regulamento disciplinar e obedecerem ordens e regras), e a hierarquia (por terem as posições e as funções muito bem definidas). Em segundo lugar apareceram o militarismo e a punição, aplicada quando não são seguidas regras e ordens. Por último, foi indicado o respeito que há entre todos os níveis hierárquicos, inclusive dos oficiais pelos subordinados, apontado como algo que vem melhorando na própria Brigada Militar.

⁶² Nas entrevistas realizadas com onze policiais.

O eixo externo apresenta a experiência da Brigada Militar e dos policiais militares com o trabalho de policiamento, que envolve situações que, segundo os entrevistados, trariam vantagem para a instituição por permitirem saber lidar com a “*malandragem*” e com os grupos criminosos, além de oportunizarem um diálogo e o respeito para com os presos, adquirido no tratamento com os cidadãos.

Olha... eu acho que, eu não conheço outras cadeias, a administração da Susepe, mas olhando digamos de dentro pra fora eu acho que nós temos uma vantagem que é o trato com o cidadão, o preso lá na rua. Então eu acho que isso nos traz uma experiência maior, talvez, né. Eles são, e a vantagem deles é que eles são treinados, são capacitados para fazer essa função, nós tivemos que nos adaptar. Mas eles não têm esse contato de polícia que a gente tem na rua. Acho que isso traz bastante vantagem principalmente na questão da mediação ali dentro com eles. É um risco a mais também, mas acho que dá pra aproveitar mais isso do que a Susepe, que trabalha eles só como apenado, isso pode ser arriscado também, não consegue enxergar a parte do bandido, do criminoso, né, a parte ruim da coisa. Acho que tem esses dois lados, tu começa a tratar eles só como cidadão, talvez tu afrouxe um pouco a tua questão de segurança, nos seus cuidados, né, acho que a Brigada leva uma vantagem nesse sentido. (BM2)

Apesar de não terem sido questionados sobre isso, nessa questão alguns citaram a Susepe e, mesmo não conhecendo a fundo a administração prisional da mesma, compararam as duas instituições. Segundo os entrevistados as instituições civis – Susepe e Polícia Civil – seriam mais tolerantes com atrasos e serviços não cumpridos, além de não estarem submetidas a um regulamento disciplinar e a uma hierarquia rígida. Isto faz com que um agente penitenciário possa ter um cargo de chefia e posteriormente ser rebaixado, ao passo que com o policial militar o mesmo não acontece, pois quando ele perde a função, permanece no cargo (por exemplo, de sargento, major, coronel).

Da mesma forma, os entrevistados citaram a preferência dos presos pela gestão da Brigada Militar, o que, na sua visão, seria por: 1) a farda e a figura do policial serem mais respeitadas pelos presos, e 2) os policiais têm mais respeito pelos familiares e presos e os tratam com mais dignidade. Salienta-se que essa informação não foi confirmada porque não foram entrevistados os presos ou seus familiares.

Um último ponto relevante que apareceu nas falas dos policiais militares entrevistados foi em relação ao companheirismo que existe entre os policias. Pelo menos oito – de treze – falaram, em diversos momentos, sobre essa questão, relatando como era possível sempre contar com a equipe de policiais que ali se encontrava e que todos estavam sempre prontos para ajudar a resolver algum problema, alguma dificuldade, a ensinar e envolvidos na segurança de si mesmo, dos presos e familiares e dos próprios colegas, sendo que “*se tu dá um grito aparece três policiais, no mínimo*” (BM10).

6.2 A necessidade de mediar os conflitos dentro do Presídio Central

As situações de conflito dentro do Presídio Central são constantes, porém a grande maioria delas, se ocorressem fora do ambiente prisional seriam muito corriqueiras, simples, até mesmo banais, mas por ali ser um ambiente tenso, um “*barril de pólvora*” (como referido por um dos policiais), todas elas precisam ser tratadas com muito cuidado. Este aspecto esteve presente na fala de todos os entrevistados e nas conversas informais com outros policiais.

O Presídio Central, como um todo, é extremamente complexo e heterogêneo. As galerias são distintas umas das outras, os diversos grupos de presos diferenciam-se entre si e, conseqüentemente, a relação que os policiais militares têm com esses grupos diferenciam-se, dependendo, também, da função e do setor de trabalho do policial.

Uma das policiais relatou que quando trabalhava na Sala de Revista era vista como a policial que impedia a entrada de drogas, de itens proibidos e que, muitas vezes, efetuava prisões em flagrante, chegando até a ser seguida na rua e sofrer ameaças. Mas quando foi transferida para a UBS passou a ser vista, pelos familiares e pelos presos, como um apoio, como aquela que possibilitava o acesso a medicamentos, consultas, exames, internações, entre outros. A noção de múltiplos territórios⁶³ dentro do Presídio Central é algo presente na fala dos policiais, que tratam como algo intrínseco ao bom funcionamento da prisão: há territórios dominados pela Brigada Militar e há outros, dentro das galerias, por exemplo, dominados pelos presos, mesmo que não o tempo todo⁶⁴. Porém, mesmo os espaços que são dominados (ou apropriados) pelos presos, nunca o são concomitantemente pelos dois grupos – a Brigada Militar e os presos – e cada grupo influencia no território de formas distintas – os presos, por exemplo, decidem regras internas em que a Brigada Militar não interfere; do mesmo modo que a Brigada Militar define ações e regras, como o dia que a galeria será revista, o dia de visita, o horário das refeições, que não passam pelo aval dos presos⁶⁵.

Ainda dentro desses espaços, grupos de presos têm domínios diferentes entre si: – presos de uma galeria não têm acesso e, portanto, não podem se apropriar de outras galerias, assim como dentro de cada galeria há um grupo, ou vários, que se destacam na liderança da galeria.

⁶³ Utilizado aqui no sentido apresentado por Raffestin (1993), enquanto resultado de uma ação conduzida por um ator que se apropria de um espaço, concreta ou abstratamente, e que por causa das relações que envolve, inscreve-se em um campo de poder.

⁶⁴ Se solicitado esvaziamento da galeria pela Brigada Militar para realizar revistas, os apenados dirigem-se ao pátio.

⁶⁵ Para mais informações sobre o território administrado pelos presos ver Cipriani (2016).

A definição dos representantes de galeria perpassa essas noções de apropriação e dominação. Cada galeria tem uma forma de decidir o seu representante, apenas no pavilhão dos trabalhadores a nomeação é feita diretamente pela administração, e a sucessão hoje é realizada automaticamente pelos auxiliares – se o atual plantão sair passa a representação para os auxiliares. Nem sempre o representante é o líder da galeria (ou da facção), ele só é o nomeado para falar em nome da galeria com a administração. Caso seja um problema maior a administração resolve diretamente com o líder da galeria. Nem todas as galerias possuem líderes, apenas aquelas com facções. Antigamente, era muito comum que a troca de grupos dominantes e a nomeação de representantes fosse feita através da violência (por exemplo, um novo grupo surgia e tomava a “*prefeitura*”, expulsando ou assassinando os integrantes). Hoje a troca acontece por sucessão, além do que a administração da Brigada Militar não reconhece trocas realizadas violentamente e retira os presos envolvidos. Se o plantão de alguma forma não conseguir controlar a galeria ou fizer alguma coisa a administração também pode trocá-lo ou fazê-lo “*viajar*”. (BM8, BM14)

No que diz respeito à relação com os presos, a estabelecida pelos policiais que trabalham diretamente ou próximo aos “*jalecos*” é muito diferente daquela dos policiais que trabalham na Supervisão ou na Inspetoria, que falam com os presos pelo balcão; ou, ainda, dos policiais que precisam tratar com os presos ou “*plantões*” diretamente na grade de acesso à galeria. Durante a pesquisa de campo, eu presenciei diversas situações – e algumas, inclusive, foram relatadas nas entrevistas – em que os policiais auxiliavam de alguma forma os “*jalecos*”, seja fornecendo um pouco de sabão para lavar roupas ou para higiene pessoal, seja conseguindo um sapato para um dos presos que andava praticamente descalço, ou conseguindo, por meio de doações, itens de higiene pessoal (sabonete, pasta de dente, escova de dentes, lâmina de barbear) para aqueles que não tinham apoio da família. Um dos policiais que trabalha diretamente com os “*jalecos*”, relatou que precisa estar sempre os observando, que é um acompanhamento diário, ver se naquele dia tem algum que está mais estressado ou mais cabisbaixo e conversar com ele, verificar se está precisando de algo. Muitas vezes ele é liberado para voltar para a galeria descansar, esfriar a cabeça, para evitar que haja algum desentendimento entre eles, algum confronto que ponha a vida de todos em risco.

Cada setor presencia diferentes tipos de situações de conflito. A Inspetoria, por exemplo, lida com questões, como presos que querem ir para a galeria dos primários, mesmo não sendo primários, e presos que querem ser transferidos para outro estabelecimento ou para outra galeria. Algumas dessas situações não competem à Inspetoria, sendo de responsabilidade de outras instituições; outras dependem dos presos que moram na galeria desejada. Para pressionar

a administração da casa ou alguma outra instância, muitos presos saem da galeria e, como não têm lugar para ir e não podem ficar nos corredores, só lhes restam o “brete” de acesso à galeria, onde muitas vezes ficam por vários dias, de pé ou sentados, sem condições mínimas de higiene, até serem atendidos ou desistirem⁶⁶. Nessas situações, o plantão avisa a subinspetoria, que comunica à Inspetoria e Supervisão a existência de um *embretado* e por qual motivo está ali. Na sequência, são realizadas tentativas de negociação com o preso para fazê-lo voltar para a galeria ou aceitar alguma outra opção viável, caso não seja possível atender a sua solicitação.

Outra forma de pressão por parte dos presos é entrar em greve de fome. Quando isso ocorre, o preso é encaminhado para a Supervisão, onde explica por que está entrando em greve de fome. De lá é encaminhado para a UBS, onde é examinado. A partir daí ele é pesado todos os dias, são realizados exames regularmente para acompanhar a situação dele, e ele fica realocado em uma das celas do isolamento.

Todos os setores precisam ter cuidado constante para que presos de facções rivais ou que precisam de seguro não se cruzem nos corredores e nos locais de livre circulação. Na ACLC, por exemplo, pode acontecer de presos rivais se cruzarem. Uma policial relatou que já houve casos que precisaram disparar para cima para cessar briga entre dois presos dentro dos “jumbos” da ACLC. O NEEJA⁶⁷ é um local considerado diferenciado pelos presos que ali frequentam. Em entrevista com o policial que ali trabalhava, me foi relatado que os presos se sentem numa escola como outra qualquer e, segundo ele, um preso lhe disse uma vez que ali era o único lugar onde se sentia em casa.

Na UBS ocorrem também algumas situações que precisam ser mediadas: presos que se recusam a manter o tratamento de tuberculose⁶⁸, ou a descer para comparecer a consultas ou atendimentos, há relatos de situações de agressividade com os funcionários da saúde, inclusive casos em que os presos jogaram os remédios nas enfermeiras⁶⁹. Sobre a relação dos policiais que trabalham na UBS com os presos pacientes, segue relato do policial que ali trabalha:

Tuberculose, por exemplo, tem que fazer tratamento, já é assistida porque eles têm que tomar. Tu já imagina se todos fica bacilando aí dentro, passa pra todos, né. Então a gente vai conversar com eles e a farda, a farda faz toda a diferença porque aí eles

⁶⁶ Os apenados das galerias costumam não gostar dos *embretados*, pois em dias de visita, os familiares precisam passar por ali e por eles para entrarem na galeria.

⁶⁷ Todos os apenados que estudam no NEEJA ficam sem algemas durante todo o período das aulas. Só há dois policiais no local para cerca de 240 apenados.

⁶⁸ No caso da tuberculose, pela possibilidade de transmissão ser muito alta devido às condições das galerias, o tratamento geralmente não pode ser recusado. No caso de soropositivos, a administração costuma aceitar quando os apenados se recusam a fazer o tratamento, mesmo após explicações médicas.

⁶⁹ Esses casos são reportados ao Controle Disciplinar e registrados na ficha do apenado.

aceitam. Tu conversa com eles, “ó, é assim, assim, que funciona” e eles tomam, então, mas muito tranquilo nessa relação. E quando também a gente tem questão... às vezes tem caxumba, um exemplo, “Ah, deu um surto!”. A gente pede a vacina, vem vacina pra nós, a gente vacina todos, pega assinatura de quem não quer fazer, ou alguma coisa assim. Eles não são obrigados, né, mas a gente pega porque, como é um ambiente fechado, então tu tem que ter vacina, tu tem que manter eles pra não passar pros outros.

Dois policiais relataram situações de extrema tensão. Uma delas aconteceu após o término de um dia de visita, quando os presos de um pavilhão apedrejaram os do pavilhão do lado que estavam no pátio, que por sua vez revidaram lançando pedras nas janelas do outro pavilhão⁷⁰. Essa situação foi resolvida através de conversa da Supervisão com os plantões de ambos os pavilhões. A outra situação foi de um preso sequestrado dentro de uma galeria, por dívida de drogas. O policial entrevistado relatou que teve que efetuar disparos de tiros de borracha para resgatá-lo.

Todos os policiais entrevistados salientaram a importância da mediação de conflitos dentro do Presídio Central. Segundo eles, é necessário realizar essa mediação devido à superlotação do estabelecimento, para se evitar que pequenos conflitos atinjam grandes proporções. Apontaram que ocorrer confrontos não é de interesse de nenhuma das partes e, assim, procuram evitá-los através do diálogo e da negociação, em situações como as acima referidas. Como argumentam o BM9 e o BM12, a seguir:

Eu acho assim que é extremamente necessário, porque se não houver essa questão da mediação do conflito nós vamos ter um, vamos chegar num caos. Porque é um presídio superlotado, se pra cada situação diferente que acontece não existir essa ideia, essa preocupação em resolver, em não deixar a questão se ampliar ao ponto de não ter mais o que fazer a não ser interferir com a força policial, muitas coisas teriam acontecido, muitos conflitos de proporção teriam acontecido. E a questão de chamar os plantões, de conversar com eles, de tentar resolver, muitas vezes a gente não entende, as pessoas não entendem, de como acontece, mas é uma missão bem árdua que a segurança tem, a chefia operacional, a atividade de segurança, de mediar esses conflitos, não deixar que eles tomem proporções que não se tem mais, que se perca o controle. Então acho extremamente importante e necessária. E eu vejo que a direção da casa tem essa, essa ideia pra que não se criem problemas maiores. (BM9)

É muito importante, no meu pensamento é, porque a gente evita muita coisa. Tudo que não for coisas absurdas, tipo assim, alguma reivindicação deles que tenha fundamento, acho que a administração pode contornar, né... pra não, pra evitar uma crise, evitar alguém ser machucado, até pra manter a ordem do estabelecimento. Se a gente não conseguir contornar aqui, a gente tem que pedir auxílio pro BOE, e aí é uma escada, tu vai esgotando as suas possibilidades: o efetivo não resolveu aqui, chama o BOE, aí se o BOE tiver que entrar aqui vai dar muito problema pros presos, porque vai haver tiro, vai haver cachorro mordendo preso, vai haver mortes, se

⁷⁰ Nesse caso foi entre o Pavilhão A (Unidos pela Paz, Conceição e alguns integrantes da V7, um dos grupos que não possui pavilhão separado, por ser aliado do grupo da Vila Conceição e outros grupos possui membros em várias galerias) e F (Bala na Cara). Essa forma de ação é recorrente na história do Presídio Central. Anteriormente, nos anos 80 e 90, era comum que fizessem com tiros de trabucos e não só com pedras, o que resultou em muitas mortes. (DORNELLES, 2008).

confrontar vai haver mortes, vai ser um Carandiru. Ai se puder mediar antes de acontecer isso é melhor pra todo mundo, porque às vezes o cara que tá preso tem, muitas vezes tem filho, tem mulheres que às vezes não tem nada a ver com isso, não tem culpa de nada, os filhos, principalmente, não têm culpa de nada, vão ficar sem o pai, É coisa que podia, pode evitar. Agora quando é uma coisa muito absurda, acho que aí fica difícil de atender. E a administração aqui faz. Bah! Tá loco! Faz das tripas coração pra tentar mediar tudo pra evitar uma coisa maior, muito diálogo entre eles ali também. (BM12)

Para tanto, segundo os entrevistados, é necessário tratar os presos com respeito e educação e realizar prevenção diariamente, algo a que muitos não estão acostumados, pois vieram da lógica do policiamento ostensivo, muitos do BOE, e por isso relatam uma dificuldade de adaptação no começo. Apenas um dos policiais quando perguntado sobre mediação de conflitos disse que é um trabalho não muito diferente do trabalho da rua pois, “*muito do nosso serviço na rua é mediação de conflitos*” (BM8). O relato do BM2 ilustra algumas dessas questões:

A função em geral dos policiais aqui é uma negociação o dia inteiro, seja ali como a gente trata eles, a gente tenta tratar com respeito, sem ser ríspido, sem grito, tratar eles com educação, que essa é uma grande dificuldade quando a gente chega aqui, né, a gente chega com outro ritmo, com outra visão. Então a gente tem que ir se adaptando porque aí eles te devolvem isso, né. Porque muitos isolaram o crime cometido lá fora e aqui se comportam de uma maneira diferente, eles não vivem aquele crime todos os dias, eles vivem a essência da pessoa que ele é. Então a gente consegue receber isso deles, então isso já é uma mediação que a gente faz, né, porque é como o, fazendo uma comparação, um animal acuado, né, quanto mais tu bate nele ou força, ele vai se defender, né. Então ali a gente tem que fazer isso, tentar aliviar um pouco a tensão deles, né, evitar os conflitos com facções pra que a gente receba isso também, um ambiente mais tranquilo de se lidar. Mas também não podendo deixar eles muito livres, porque por natureza eles não cumprem regras, né, são muito desregrados em comportamento, não gostam de aceitar muito as coisas, umas coisas que a gente tem que impor, regras de convivência, eles já têm dificuldade de aceitar. Então tem que fazer um meio termo disso, não apertar muito eles e não deixar eles muito soltos também, pra não chegar no ponto de ter que intervir. (BM2)

Outro ponto importante é manter a palavra, apontado por muitos como um diferencial da Brigada Militar. Importante também, segundo os depoimentos, pois situações de desentendimento ou não cumprimento de acordos por parte das instituições do sistema judiciário e penitenciário implicariam em intensificação da guerra do tráfico nas ruas⁷¹. Várias foram as falas sobre a importância de realizar algo prometido ou acordado com os presos. Como disse o BM14:

Quando a coisa fugir do campo do diálogo, aí eu tô no meu chão, aí eu fui formado pra isso, pra enfrentar bandido eu fui formado. Mas o antes, a negociação, entender

⁷¹ Em campo, presenciei alguns relatos de que havia sido prometido por alguma instituição do sistema de justiça um espaço maior no Presídio Central para alguma das facções, o que não foi cumprido. Segundo os comentários este teria sido o motivo do incêndio dentro do pavilhão F em 21 de julho de 2016 e da onda de assassinatos entre as facções que se iniciou em Porto Alegre na época.

o que o preso quer, como ele tá pensando, o que que é aquilo ali. [...] ou tu dá a palavra e não poder cumprir. Então comigo sempre digo que eu que dou a última palavra, se eu disser sim, aquilo vai acontecer não sei de que jeito, então na maioria das vezes eu digo assim ó: “eu vou tentar”, “vou ver o que eu posso fazer por ti”. Eu nunca digo “eu vou fazer pra ti”, a não ser que eu tenha certeza que eu vou cumprir. Porque a palavra pesa muito, né, e eu cobro muito isso deles. Quando eu chego eu digo assim “ó, esse preso vai ficar lá contigo, tu me garante que não vai acontecer nada com ele?”, “não, garanto”. Se acontecer eu tiro ele de lá de qualquer jeito, então a palavra, ela é muito importante aqui dentro, né, e nisso vem a questão da experiência, tu saber como lidar com os caras. (BM14)

Outro ponto destacado por alguns policiais é que a negociação também funcionava em termos de “ganhar e perder”. Assim, a Supervisão e a Direção permitiriam inicialmente algo que o preso – ou a galeria – quisessem, como refrigeradores, ventiladores, televisores, etc. Porém, quando cometessem alguma infração ou se comportassem mal, poderiam perder o que já possuíam ou, ainda, terem os próximos pedidos negados.

No meu primeiro dia de campo visitei alguns locais do Presídio Central. Um deles foi a sala da Supervisão, na qual fiquei por alguns minutos observando o que ocorria ali. Segue trecho de meu diário de campo do dia em questão:

O tenente saiu de dentro da sua sala e veio até mim, dizendo que tratam de mediação de conflitos o tempo todo. Naquele momento havia uma mulher na sua sala que acabara de apanhar do marido dentro da cela (era dia de visita), estava fazendo a reclamação, mas não ia denunciar pois sofreria retaliação depois e não poderia mais visitar o marido. As fotos na parede eram dos representantes das galerias - plantões ou prefeitos – e só eles podiam levar a demanda dos presos da sua galeria; outros também poderiam descer ou serem chamados ali. Quando cheguei havia três representantes para serem atendidos, mas enquanto o sargento me explicava como funcionava a Supervisão não pude prestar atenção no que conversavam com os policiais. Um homem, branco, de uns 28, 32 anos, apareceu no balcão, tinha um papel na mão, um dos sargentos perguntou o que ele estava fazendo naquela galeria, o apenado disse que tinha falado com o Tenente, um careca, tentou olhar para os lados para encontrá-lo, não achou, e que ele havia deixado trocar de galeria. O sargento disse que não sabia o que ele tinha falado para o tenente, mas ele não podia ficar naquela galeria. O apenado disse que precisava de espaço e que só queria ficar tranquilo, sem arrumar tumulto porque a pena dele estava acabando. O sargento bem ríspidamente disse que de tumulto ele entendia bem e que naquela galeria ele não podia ficar e que ia trocá-lo, o apenado não gostou, mas aceitou e se despediu. Quando ele saiu perguntei o que havia acontecido: ele tinha trocado para o pavilhão dos Duques, pois havia mais espaço, mas não era criminoso sexual. Explicou-me que tempos atrás vários detentos pediram para mudar para o pavilhão dos duques e começou a formar uma prefeitura paralela, então eles cortaram isso. Acrescentei que também teria o risco de ele ter pedido para ficar com os duques para matar algum deles, mas os policiais não pareceram se importar muito com isso. Comecei a prestar atenção em um apenado que relatava que haviam dado um soco nele dentro da galeria e que ele não tinha feito nada, tinha ficado na dele. Um dos policiais que estava em pé perguntou o que ele tinha feito, ele disse que nada, que os outros ficavam falando de boatos que havia rolado no I, mas que não tinha nada não. O sargento perguntou o que ele ia fazer com ele agora porque os “irmãos” não queriam mais ele. Um outro policial perguntou o que ele tinha feito, em tom de zombaria, perguntou se ele não tinha dado nem uma “deitadinha”, o que o preso negou dizendo que era homem. O sargento disse que ia colocá-lo no H, ele não queria; um outro policial disse que ia me levar no Ambulatório. Acompanhei o sargento. No corredor, o sargento me disse que aquele preso já tinha dado problema outras vezes, que ele seria homossexual,

mas não queria ir para o pavilhão apropriado – o H - e que agora os irmãos não queriam mais ele lá. (Diário de campo, 13/09/2016)

Na próxima seção, analisaremos os principais pontos relacionados com os dois eixos de análise.

6.3 Considerações sobre a atuação da Brigada Militar no Presídio Central

O relatório da CPI do Sistema Carcerário, publicado em 2009, é muito presente na fala dos policiais militares, ainda que apenas dois dos entrevistados estivessem no Presídio Central na época. Há, portanto, uma tentativa de mudar a definição de “pior presídio do país”, tanto que um dos entrevistados relatou que teria sido bom ter saído aquele relatório, pois havia alertado a FT para a necessidade de melhorias no local (BM6). É notória a preocupação da administração com o que aparece na mídia sobre o Presídio Central (nas conversas que presenciei, nas salas em que aguardava realizar as entrevistas, por diversas vezes ouvi reclamações concernentes a matérias na mídia que não mostrariam a realidade do Presídio Central, muitas com informações que desvalorizariam o trabalho dos policiais) e em como os presos avaliam a atual gestão (no Dia das Crianças percebi a preocupação de alguns policiais de que as crianças pegassem os doces antes de entrar para visitar os pais, pois assim esses veriam como a administração tratavam bem os familiares). Os policiais militares citavam o relatório da CPI quando se referiam a algum ponto positivo da atual situação do Presídio Central – ambulatório, NEEJA, melhoria na comida, entre outros – finalizando as suas narrativas com: “e dizem que aqui é o pior presídio do Brasil”.

A CPI, portanto, também teria auxiliado em uma maior propensão das administrações seguintes para a realização de pesquisas no local, caracterizando um diálogo com a universidade, pois as pesquisas externas auxiliariam a administração a ver o que ela não era capaz de observar, mostrando uma outra visão (BM6). De fato, eu presenciei outros pesquisadores realizando pesquisas no local e ouvi comentários sobre pesquisas passadas ou que estariam por ser realizadas. Esse diálogo também se reflete na relação com a comunidade que vive em torno do Presídio Central, foi referida a preocupação com o impacto que o Presídio Central tem no bairro – na rede de esgoto, rede elétrica e insegurança, por exemplo – sendo destacada a comunicação constante com os representantes do bairro (BM6, BM7).

Por outro lado, há no discurso dos entrevistados a referência de que os meios de comunicação não mostrariam as melhorias do Presídio Central e o esforço do trabalho dos policiais, mas só as “coisas ruins” (superlotação, situação precária dos presos, péssima estrutura), sendo visível a carência de reconhecimento dos policiais da FT. Nesse sentido,

apesar dos benefícios de se trabalhar no Presídio Central (escala 4x4 e diárias) há também um forte descontentamento com as condições de trabalho e moradia – estruturas precárias, alojamentos sem ar condicionado e com muita umidade – sendo que as policiais femininas relatam que o alojamento masculino seria um pouco melhor do que o feminino. Também foram constantes as referências de que o trabalho no presídio seria mais intenso, mais cansativo, mais tenso, sendo que “*nesses dez, quase onze meses que eu tô aqui eu trabalhei por cinco anos lá da minha unidade*” (BM14), além de terem que ficar distantes da família, filhos e esposas (os).

Um outro ponto observado foi a diferença na fala dos policiais oficiais em relação a dos praças. Mesmo que tenham sido menos policiais oficiais entrevistados (três), estes mostraram-se mais propensos a criticar a corporação ou a administração do Presídio Central, fato que não ocorria com frequência entre os praças entrevistados – soldados e sargentos – que talvez se sentissem inseguros e receosos em tecer comentários críticos. Porém, foi quase consensual a referência ao militarismo, hierarquia e disciplina como sendo o diferencial da Brigada Militar, ainda que alguns tenham apontado um ponto negativo do militarismo: o fato de muitas vezes não serem reconhecidos pelas qualidades e capacidades que detêm por serem soldados, ao passo que os oficiais, que muitas vezes não possuem o mesmo conhecimento em algum quesito, mas são reconhecidos ou valorizados apenas por serem oficiais. Isto pode ser interpretado, igualmente, como uma necessidade de reconhecimento por parte dos praças dentro da corporação - e não atualmente no Presídio Central, onde dizem que a atual Direção vem conseguindo equilibrar essa questão, pois valorizaria também a opinião do praça especializado. Os praças também apontaram como melhoria na corporação o fato de que, nas últimas décadas, os oficiais não mais se segregarem dos praças, como já apontado anteriormente, sendo uma das mudanças na Brigada Militar.

A primeira hipótese, quando do início desse trabalho, era de que os policiais se sentiriam mais inseguros no trabalho no Presídio Central, por ser um ambiente mais tenso e estressante do que os ambientes onde o policial está habituado (por exemplo, no policiamento ostensivo ou no trabalho dentro de batalhão), mas, como já apresentado, não foi isso que observamos em campo. Os policiais militares, à exceção de dois, sentem-se, na verdade, mais seguros dentro do Presídio Central, onde consideram ser menos imprevisível do que o trabalho realizado fora do presídio, pois durante o policiamento ostensivo haveria mais possibilidades de serem surpreendidos, o que mostra: 1) o risco ao qual o policial militar está submetido no seu trabalho habitual; 2) a insegurança e tensão que vivenciam em seu cotidiano; 3) a relativa “tranquilidade” atual do Presídio Central, que não têm grandes rebeliões desde 2008.

Ainda sobre o trabalho do policial militar no Presídio Central é relevante que, como observado por Rudnicki (2012), os policiais não se consideram carcereiros, apenas estão na função de carcereiro, mas que essa não é a função primária da Brigada Militar, e estão ali apenas por um período, não havendo uma demanda por parte deles de serem treinados para tanto, pois “qualquer missão que der pra brigada o brigadiano se adapta” (BM1). A missão dada para a Brigada Militar, quando em 1995 passou a administrar os quatros maiores presídios do estado (e o Hospital Penitenciário), era a de solucionar a situação caótica em que se encontravam as casas prisionais e, para tanto, precisariam estancar as fugas e acabar com as rebeliões. Seria este, então, o papel do policial militar.

No começo, em 1995, adentrou como “*tropa de choque*” (BM6), mas percebeu que a negociação com os presos seria mais vantajosa, para ambos os lados, já presente no acordo realizado com Brasa, que resultou na criação do grupo “Os Brasas”, hoje “Unidos pela Paz”, e então a corporação se adaptou. Por outro lado, como também observado por Cipriani (2016), a maior parte do diálogo entre a Brigada Militar e a massa carcerária passou a ser realizada com os representantes de galerias, neste contexto, a punição não é mais realizada pela Brigada Militar para com o indivíduo preso, mas através da comunicação da Brigada Militar com o representante que irá tomar providências dentro da gestão da galeria, como relatou o policial que trabalha na Tesouraria:

Às vezes a gente tem que falar com eles também [os plantões], porque deu algum problema, algum preso tentou receber pelo outro, sabe. Aí a gente fala direto com eles, quando precisa, né, ou algum preso desrespeitou alguém, ou algum preso tá te desrespeitando, ou tá querendo te passar a perna, né, querendo receber por outro, aí a gente avisa lá: “a primeira vez passa, a segunda vez a gente vai arrumar uma viagem, arrumar um castigo pra vocês aí, ficar sem receber”, aí às vezes tem que falar com eles, né, mas são poucas as vezes, né...

A negociação com os presos traria, então, benefícios tanto para os apenados quanto para os policiais. Para as facções, a separação dos grupos entre as galerias é vantajosa por conseguirem manter o controle do que ocorre lá dentro, possibilitando a obtenção de recursos para a organização, desde a venda de produtos obtidos na cantina, venda de drogas, de segurança para os apenados, até a entrada de eletrodomésticos na galeria, além de conseguirem manter a organização de atividades fora do presídio. A superlotação, nesse sentido, é lucrativa para as facções (CIPRIANI, 2016).

A separação das galerias também é vantajosa para os grupos que precisam de seguro, como relatado no capítulo anterior. Para a Brigada Militar, devido à superlotação e, portanto, à impossibilidade de entrar nas galerias constantemente, e à falta de recursos para a realização do trabalho, como relatado pelos entrevistados, a presença de grupos dominantes nas galerias e de

presos trabalhadores substituiria algumas funções do Estado: na distribuição da comida, na segurança interna das galerias, na manutenção da ordem, na abertura e fechamento das celas. Nesse caso, a própria Brigada Militar, na figura da administração da casa, também substitui o papel do Estado, ainda que o represente com o auxílio de alguns *jalecos*, os únicos que têm contato diretamente com os policiais, seja para distribuir itens de higiene ou conseguir algum material de limpeza, seja para auxiliar os egressos: “*ele veio e me pediu se eu não conseguia arrumar um emprego pra ele, aí como é que tu não vai ajudar?*” (BM3).

Cabe lembrar que o diálogo com grupos como “Os Manos” só se deu após a morte de Melara, em 2005, já que até então não era bem visto o diálogo com o Estado, dentro de grande parte dos grupos, ainda que ele se desse dentro de uma relação de interesses, para os presos e para os policiais. Assim, a pacificação do estabelecimento também interessa aos grupos que se organizam, pois parecem ter percebido, ao longo dos anos, que realizar rebeliões e tentativas de fuga os atrapalha – não recebem visitas, estanca o fluxo de drogas, perdem um freezer, um ventilador e o controle da galeria, por exemplo – pois, “*qualquer um dos lados vai perder, nós vamos perder nosso tempo de tá com a nossa família e eles vão perder os benefícios que eles têm, então por isso que essa parte de negociar ela é boa, porque ela evita chegar nesses pontos aí.*” (BM1).

A grande maioria das negociações cotidianas dos policiais militares no Presídio Central, como também mostra Rudnicki (2012), se dão com base em acordos pré-estabelecidos – a saída dos presos da galeria para realização da revista, presos devem encostar nos corredores quando estão passando “visitas da administração” (pesquisadores, estudantes, religiosos), ainda que, muitas vezes, isto seja alcançado por meio de gritos dos policiais. A negociação de situações mais polêmicas, como as gestantes não passarem pelo *scanner* corporal na sala de revista ou não haver contato direto entre os policiais homens e as mulheres de presos na sala de revista, se dá diretamente com as lideranças ou os representantes das galerias.

Mesmo assim, a administração do presídio constantemente realiza vistorias nas galerias e nos pátios, também aumentou a vigilância na sala de revista através do *scanner* corporal, o que dificultou ainda mais a entrada de drogas, e sempre está realizando rondas no perímetro para tentar apreender os *arremessos*, além da grande lista de restrições de itens que não podem entrar no local. Isto tende a demonstrar, como apareceu em muitas falas dos entrevistados, que a administração do estabelecimento não aceita qualquer acordo com os presos, não é conivente com qualquer comportamento deles e não permite a entrada de qualquer produto, drogas, por exemplo, “*tudo que não for coisa absurda.*” (BM12). Estabelecendo-se, assim, uma relação de

“*ganhar-perder*”: os presos ganham a permissão para terem coisas, mas caso não cumpram o acordo estabelecido perdem os benefícios.

Importante também a fala de alguns policiais em relação a terem ganho experiência no sentido de se sentirem mais aptos a reconhecer os “bandidos” na rua, pois observariam ali o biotipo padrão da massa carcerária. Isto é preocupante pois se sabe que apenas uma parcela dos crimes cometidos são descobertos e desses, apenas alguns resultam em pena de prisão para o acusado (LEMGRUBER, 2001), além do que pobres, negros e pardos estão mais propensos a receber a pena de prisão quando apreendidos (SINHORETTO, 2014). Assim, a amostra que os policiais consideram que percebem ao observarem a massa carcerária não é representativa do conjunto de práticas criminais, mas um produto da seletividade penal, só possibilitando uma maior estigmatização desses setores da sociedade.

Estabelece-se também uma relação entre o policial e o preso que destoa da relação entre o policial e o “criminoso” fora do presídio, quando os policiais militares afirmaram que na “rua” o seu trabalho é “ferrar o bandido”. Discurso esse não condizente com práticas de policiamento voltados para a segurança da comunidade, como o policiamento comunitário ou a polícia cidadã, que utilizam a mediação de conflitos (TAVARES DOS SANTOS, 2009).

Em relação à hipótese 2 dessa pesquisa (por não terem treinamento específico para o trabalho dentro de estabelecimentos prisionais os policiais militares não estariam preparados para esta atividade), foi referido que os policiais militares estariam preparados para a função que lhes foi ordenada: evitar rebeliões e fugas. Porém, não há, por exemplo, um treinamento específico, ou um curso para a realização da mediação de conflitos, ainda que esses itens estejam presentes na fala dos policiais, assim como a importância do respeito aos apenados diante da necessidade de não gerar descontentamento e uma possível rebelião. Além do mais, a maioria dos policiais havia trabalhado no policiamento ostensivo ou em grupos de operações especiais – como BOE – e nenhum relatou a realização de cursos anteriores dentro da própria Brigada Militar para a realização de práticas de mediação de conflitos ou de policiamento comunitário, por exemplo. Quando oferecidas na academia de polícia militar, tais capacitações eram opcionais.

Dessa forma, eles estão treinados para a manutenção da ordem no presídio, mas não necessariamente para a garantia de direitos dos presos, até por que há diversos tipos de presos dentro do Presídio Central. Assim, não foi possível verificar no campo realizado se o respeito aos presos se estende a todos os tipos de presos e não apenas aos dos grupos criminosos e aos *jalecos*, até porque foram presenciadas situações de deboche, como no trecho do diário de campo apresentado na seção 6.2.

Por fim, em relação à terceira hipótese (a permanência da Brigada Militar por mais de 20 anos na administração do Presídio Central e a ausência de rebeliões e de grandes conflitos nos últimos anos dar-se-ia pelo caráter militar da instituição e pela implementação da mediação de conflitos), podemos considerar que a permanência da Brigada Militar no local e a ausência de grandes conflitos não se dá apenas pela implementação da negociação com os apenados, mas também pela mudança na atitude dos presos, que passaram a considerar mais vantajosos os acordos com a administração, que garantem benefícios a ambos os grupos. Já o caráter militar parece impactar na execução do trabalho no local, como relatado pelos entrevistados.

7. CONCLUSÃO

A Brigada Militar no cenário do Presídio Central, representaria o ápice da união entre essas duas instituições, a engrenagem polícia-prisão referida por Foucault (2010). Dessa forma, se encontram e se complementam imbuídos no mesmo papel: controlar as ilegalidades e delinquências.

Este trabalho objetivou analisar a administração da Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre a partir de dois eixos de análise: o trabalho do policial militar no Presídio Central e a mediação de conflitos por parte da gestão do Presídio Central. Para tanto, foi realizado trabalho de campo a partir da realização de quatro técnicas de coleta de dados: observação de cunho etnográfico, pesquisa documental, pesquisa em notícias de jornal e entrevistas. A pesquisa também explorou e discutiu a história do sistema de justiça criminal, com foco nas instituições policiais e prisionais no Brasil e no Rio Grande do Sul, assim como levantou a fundamentação teórica pertinente a esses dois eixos, polícias e prisões.

Dentre os resultados, constatou-se que os policiais militares consideram que é mais seguro trabalhar no presídio do que o trabalho padrão do policiamento ostensivo, ainda que mais cansativo e estressante; que consideram a disciplina e a hierarquia da Brigada Militar como pontos importantes para a realização do trabalho no presídio, mesmo que apontassem pontos negativos, como a falta de valorização dos praças. Verificou-se, também, as falhas do Estado em prover o mínimo exigido para os presos, sendo supridos ora pelos grupos criminosos, ora pelos familiares, ora pela própria Brigada Militar

Quanto ao segundo eixo da pesquisa, a mediação de conflitos por parte da Brigada Militar dá-se majoritariamente em forma de acordos com as lideranças das galerias. Esses acordos, adotados pela Brigada Militar como forma de controlar a massa carcerária e evitar fugas e rebeliões, são baseados no princípio de que é mais vantajoso para ambas as partes – polícia e lideranças dos presos – que os preceitos sejam respeitados.

Cabe ressaltar que essa pesquisa só mostra o lado de um dos muitos atores do complexo sistema que é o Presídio Central – os policiais militares – o qual também não se esgota nesses dois eixos de pesquisa. Entendemos que o Presídio Central não é homogêneo, tendo muitas complexidades nas relações entre os diversos atores e mesmo dentro dos grupos de atores há distinções entre eles – por exemplo, entre os presos há distinções que interferem na relação com os demais atores. Sendo assim, essa pesquisa não pretende encerrar o debate, mas contribuir para futuras análises.

Seria necessário estender o campo da pesquisa e investigar também: 1) as representações dos outros grupos de atores que compõem o Presídio Central em relação à gestão da Brigada Militar; 2) as diferenciações da relação entre a Brigada Militar e os diversos grupos (presos, familiares, servidores da Susepe, etc) e subgrupos de atores (os presos de cada galeria, os diversos grupos que fazem trabalhos sociais no local, etc); 3) a diferenciação da gestão da Brigada Militar e da Susepe, em um outro presídio.

Assim, espera-se que esse trabalho contribua para os estudos sobre presídios no Brasil e no Rio Grande do Sul, em relação à aplicação de técnicas de mediação de conflitos em estabelecimentos penais e, principalmente, em relação àqueles que tratam do trabalho dos agentes penitenciários no país, pois, ainda que a Brigada Militar não tenha a função de administrar presídios, essa pesquisa pode auxiliar na análise de outras administrações prisionais.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (org). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 187 - 197.
- ADORNO, Sérgio. A Criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-24, 1º semestre 1993.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Capitalismo, Classes Sociais e Prisões no Brasil. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-RIO**, 2014.
- ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol.45, n ° 4, p. 677-704, 2002.
- BACCELAR, Roberto Portugal. A mediação no contexto dos modelos consensuais de resolução dos conflitos. **Revista do Processo**. São Paulo, n. 95, p. 122-134, jul./se.1999, v. 24.
- BATISTA, Analía Soria. Estado e controle nas prisões. **Caderno CRH**. Salvador, v. 22, n. 56, p. 339-410, maio/ago. 2009.
- BAUER, Martin W; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 39 – 63.
- BAUMAN, Zigmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BELL, Emma. Normalising the exceptional: british colonial policing cultures come home. **Cahiers du MIMMOC**, vol. 10, 2013.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et all. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 18, n. 1, p. 119-131, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100015 Último acesso em: 2 jan. 2017
- BOBBIO, Norberto (ed.). **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 1983.
- ZAFFARONI, Eugênio Raul. Manual de direito penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- BODÊ DE MORAES, Pedro R.. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- BODÊ DE MORAES, Pedro R. A identidade e o papel de agentes penitenciários. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-147, junho 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702013000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 3 de janeiro de 2017.

BOIN, Arjen; RATTRAY, William. Understanding prison riots: towards a threshold theory. **Punishment & Society**, vol. 6, n. 1, 47-65.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2001

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.660**, de 14 de janeiro de 1946.

BRASIL. **Lei Nº 3.216**, de 3 de janeiro de 1917.

BRASIL. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias Infopen – Junho 2014**. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Ministério da Justiça, Governo Federal, 2000.

BRETAS, Marcos L. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 32, 2º semestre de 1991, p. 49-61.

BRETAS, Marcos Luiz; SANT´ANNA, Marilene Antunes. Crime e punição na história. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (org). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 363 - 368.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CPI do Sistema Carcerário (relatório final)**. Brasília, 2009.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **SUR, Revista internacional de direitos humanos**, São Paulo, vol. 3, n .5, p. 136-155, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n5/v3n5a06.pdf>>

CESAR, Tiago da Silva. **A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)**. 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes et alii (org.). **História das prisões no Brasil**. Vol. II, Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 7-45.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade**, 2006, 294f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CIPRIANI, Marcelli. **Do global ao local: a emergência das “facções criminais” no Brasil e sua manifestação em Porto Alegre**, 2016, 148 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CRAWLEY, Elaine M. Emotion and performance: prison officers and the presentations of self in prisons. **Punishment & Society**, vol. 6, n. 4, 411-427, 2004.

DEFLEM, Mathieu. Law enforcement in british colonial Africa: a comparative analysis of imperial policing in Nyasaland, The Gold Coast, and Kenya. **Police Studies**, vol. 17, n. 1, 1994.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 3, vol. 5, ago/set. 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **PCC – hegemonia das prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

DORNELLES, Renato. **Falange gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália de Oliveira. **Sistema de justiça criminal no Brasil: quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação**. Texto para discussão do Ipea, nº 1330, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)**. Tradução de Eduardo Brandão. 1ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 2010.

GALEANO, Diego, FERRARI, Mercedes García. El bertillonage en el espacio atlántico sudamericano. **Criminocorpus, revue hypermédia**, maio 2011. Disponível em: <http://criminocorpus.revues.org/387>. Último acesso em: 13 jan. 2017.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008

GIULIANO, João. **Esboço histórico da organização da polícia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

GRIZA, Aida. **Polícia, técnica e ciência: o processo da incorporação dos saberes técnico-científicos na legitimação do ofício de policial**. 1999. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

IRWIN, John. **The Jail**. Berkeley, California: University of California Press, 1985.

JODELET, Denise. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, Sergei (org.). **Psicología Social**. Barcelona: Paidós, 1985. p. 469-474

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KARNIKOWSKI, Romeu M. **De exército estadual à Polícia-militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988)**. 2010. 648 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LENGRUBER, Julita. Controle de criminalidade: mitos e fatos. **Revista Think Tank**, p. 1-29, 2001.

LERMAN, Amy E., PAGE, Joshua. The state of the job: an embedded work role perspective on prison officer attitudes. **Punishment & Society**, vol. 14, n. 5, p. 503-529, 2012.

LINK, Bruce G. & PHELAN, Jo C. Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**, n. 27, p. 363–385, 2001.

LIPSKY, Michael. **Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services**. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOURENÇO, Luiz Cláudio. **Batendo a tranca: esboçando um perfil e repensando o papel do agente prisional em Minas Gerais**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.

MADEIRA, Lígia Mori. **Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil**. 1ª edição, Curitiba: Appris, 2012.

MAIA, Clarissa Nunes et alii (orgs.). **História das prisões no Brasil. Vol. II**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAUCH, Cláudia. Considerações sobre a história da polícia. **MÉTIS: história & cultura**. Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 107 – 119, jan./jun. 2007.

MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929**. 2011. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Renato da Luz. Casa de Correção: o cadeião da volta do gasômetro. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício (org.). **Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011, p. 359-387.

MELO, Zélia Maria de. Estigma: espaço para exclusão social. **Revista Symposium**, vol. 4, número especial, p. 18-22, 2000.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. Rio de Janeiro: Revan / ICC, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Paulo Roberto S. (orgs.). **Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre**. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995.

NEME, Cristina. **A instituição policial na ordem democrática: o caso da Polícia Militar no Estado de São Paulo**. 1999. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAGE, Joshua. Politically realistic unionism: the California prison officers association and the struggle over the “public good”. **Working USA: The Journal of Labor and Society**, vol. 15, 377–396, september, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Visões do cárcere**. Porto Alegre: Palmarinca, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 1992.

RUDÉ, George. **A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUDNICKI, Dani. Comida e direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre. **Revista Direito GV**. São Paulo, n. 7, vol. 2, p. 515-538, jul-dez 2011.

RUDNICKI, Dani. Três dias no Presídio Central de Porto Alegre: o cotidiano dos policiais militares, *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 193, jan-mar 2012, p. 49-63.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. **Tempo Social**, São Paulo, vol.18, n. 01, p. 329-350, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12505/14282>>. Último acesso em: 2 jan. 2017.

SALLA, Fernando; LOURENÇO, Luiz Cláudio. Aprisionamento e prisões. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (org). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 376 - 381.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1999.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, ano 8, nº 16, p. 274-307, jul/dez 2006.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

SEGA, Rafael Augustus. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Anos 90, n. 13, p. 128-133, julho de 2000.

SINHORETTO, Jacqueline. Seletividade penal e acesso à justiça. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (org). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 400-410

SINHORETTO, Jaqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins de. O encarceramento em massa em São Paulo. **Tempo Social**. v. 25, n. 1, p. 83-106, jun. 2013.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos, de Saúde Pública**, n. 9, vol. 3, p. 300-308, julho/setembro 1993.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo, 2009.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1994.

USEEM, Bert.; PIEH, Anne. M. Prison buildup and disorder. **Punishment & Society**, vol. 8, n. 1, p. 87-115, 2006.

VARGAS, Joana Domingues. Fluxo do sistema de justiça criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (org). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 411-426

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, volume 2**. 4. ed. Brasília: Editora da UNB, 2004.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La filosofía del sistema penitenciario en el mundo contemporâneo. In: BELOFF, Mary Anne et al. (orgs.). **Cuadernos de la cárcel**. 1991, p. 36-62.

ANEXO A – REPORTAGENS JORNAIS

ZERO HORA

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 1995

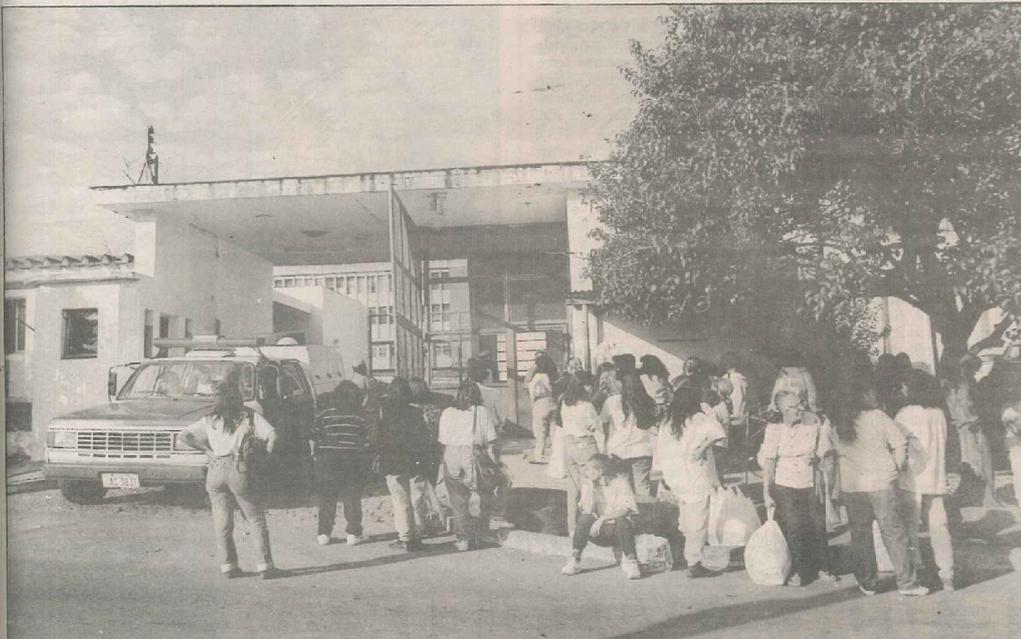
POLÍCIA

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Brigada Militar ocupa presídios

Oficiais da corporação serão os responsáveis pela segurança e administração de cinco unidades

JOSÉ DCVAL/721

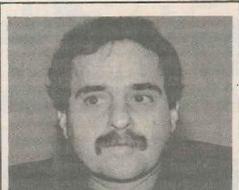


Nova confusão: a visita dos familiares no Presídio Central atrasou uma hora e meia pois um grupo de presos saiu das celas

Um grupo de oficiais da Brigada Militar assumiu na madrugada de hoje a direção das quatro maiores casas de detenção do Rio Grande do Sul — o Presídio Central, de Porto Alegre, a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc), a Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC) e a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), também em Charqueadas — e do Hospital Penitenciário, em Porto Alegre. A partir da ocupação, a BM passou a ser responsável pela administração e pela segurança externa e interna das unidades.

A mudança foi determinada por uma portaria do secretário estadual da Justiça e Segurança, José Fernando Eichenberg, publicada na edição de hoje do Diário Oficial. A informação só foi divulgada pelo secretário depois de uma reunião com o governador em exercício, Vicente Bogo, no Palácio Piratini. Durante o encontro, Eichenberg e Bogo conversaram por telefone com o governador Antônio Brito, que está nos Estados Unidos. Brito autorizou as mudanças.

A BM vai utilizar 500 ho-



“A nossa intenção é acabar com a carência de pessoal”

JOSÉ FERNANDO EICHENBERG,
secretário estadual
da Justiça e Segurança

mens nas operações nos presídios e no hospital. Os cinco oficiais, que serão responsáveis pela coordenação administrativa das casas, ficarão subordinados diretamente à Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). A portaria determinou, ainda, que a ocupação nos presídios será feita durante 180 dias, prazo dado à Susepe para se reestruturar e remanejar agentes penitenciários. “A

nossa intenção é acabar com a carência de pessoal”, afirmou ontem à noite Eichenberg. Foram nomeados na portaria de Eichenberg o major Paulo Astor Eifler Cordeiro (para o Presídio Central), o major Edvard Flores de Siqueira (PEJ), o major Ernesto Bortoluzzi Filho (PEC), o major Ralf Porath (Pasc) e o capitão Luiz Antônio Fouchi de Leon (Hospital Penitenciário).

A mudança já vinha sendo estudada pelo governo para terminar com os constantes tumultos nos presídios gaúchos — principalmente no Central, em Porto Alegre, onde foram encontrados diversos túneis nos últimos dias e houve tentativas de rebelião. Os presídios estão com a segurança interna deficiente, devido ao corte no pagamento das horas extras dos agentes penitenciários. Isso ocasionou falta de pessoal.

O pagamento das horas extras aos agentes, afirmou Eichenberg, está suspenso enquanto o governo faz um estudo para definir as deficiências no quadro de funcionários. O secretário calculou que faltem 350 funcionários nos presídios gaúchos. A suspeita é de que

alguns presídios têm efetivo demais, outros, de menos. Eichenberg informou que os critérios mudaram: o número de agentes será baseado agora no tipo de casa prisional existente — e não no número de presos, como vigorava até hoje. “Mesmo com número de prisioneiros semelhantes, as prisões diferem muito quanto à segurança”, definiu. “O Presídio Central exige guarda reforçada por falhas estruturais (galerias próximas aos muros), outros presídios — como o de Passo Fundo — pedem mais agentes porque têm de vigiar presos que trabalham fora”, ilustrou o secretário. Estes acertos serão feitos no prazo de validade da portaria.

Ontem pela manhã, os detentos do Pavilhão C do Presídio Central derrubaram as grades de suas celas e saíram para um dos pátios internos. A segurança foi reforçada na frente do prédio, onde dezenas de familiares se aglomeravam esperando a autorização para visitas. O tráfego de veículos foi interrompido nas ruas ao redor do presídio. O Batalhão de Choque da Brigada Militar foi colocado de prontidão. As visitas foram liberadas com uma hora e meia de atraso.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Falta de disciplina determinou intervenção

Agentes penitenciários foram transferidos, e a Brigada Militar assumiu o controle das quatro maiores prisões gaúchas

ANTÔNIO PACHECO/ZH



Passos firmes: soldados da Brigada Militar chegaram ao Presídio Central, em Porto Alegre, com mochilas e cobertores, mostrando que a estada será longa

HUMBERTO TREZZI

Saíram as jaquetas de couro dos civis, entraram as fardas. A Brigada Militar assumiu na madrugada de ontem o controle das quatro maiores prisões do Estado: o Presídio Central de Porto Alegre (incluindo o Hospital Penitenciário, palco do último motim na Capital), a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), a Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC) e a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc). O secretário estadual da Justiça e Segurança, José Fernando Eichenberg, que assinou uma portaria determinando a intervenção, disse que a medida foi necessária para suprir a carência de pessoal e também para restaurar a disciplina no sistema penitenciário, sacudido durante o último semestre por diversas tentativas de fugas e rebeliões. "A intervenção começou a ser cogitada logo depois que 47 presos fugiram do Presídio Central, em

fevereiro, mas a decisão só foi tomada quando esgotamos outras alternativas", explicou.

As alternativas eram a contratação emergencial de mais agentes penitenciários — existe uma carência de 300 pessoas — ou o pagamento de horas extras para os que já exercem a função. As duas hipóteses foram consideradas dispendiosas, afirmou Eichenberg. O governo optou por designar temporariamente a BM para a segurança dos presídios. Durante esse espaço de tempo, será efetuado um concurso para preencher 245 vagas no cargo de monitor e agente penitenciário, que serão chamados assim que terminar a intervenção da PM.

A intervenção vai durar seis meses e pode ser prorrogada por mais seis meses. É a maior operação do gênero já realizada no sistema penitenciário gaúcho. No final da década de 80, durante o último governo do PMDB, estas quatro casas prisionais também receberam reforços da BM, mas apenas na direção. Agora a encampação dos serviços é

quase geral (apenas os serviços administrativos não serão tocados pela BM) e toda a segurança será realizada por policiais militares. Os agentes penitenciários já estão sendo transferidos para presídios menores no interior do Estado. Permanecerão apenas alguns civis para efetuar o serviço burocrático.

O próprio Comandante-Geral da BM, coronel Clemor Balen, se opunha inicialmente à ideia da Brigada Militar intervir nos presídios. Três recentes mortes de policiais militares, assassinados por presidiários foragidos, ajudaram a mudar suas convicções. "O nosso pessoal já está se perguntando se conseguimos diminuir o número de fugas e, com isso, evitaremos que outros soldados morram", comentou ontem com um colega, nos corredores da Secretaria de Justiça e Segurança. Os PMs foram convocados em unidades de todo o Estado, com base na maturidade e experiência. Os que não são de Porto Alegre vão receber diárias (auxílio financeiro). Todos receberam um treinamento de dois dias, num quartel de Montenegro.

O QUE MUDOU

É a maior intervenção na história das penitenciárias gaúchas

□ O Central, o Hospital Penitenciário, a PEC, a PEJ e a Pasc abrigam aproximadamente 3,3 mil presos, um terço da massa carcerária gaúcha.

□ Cinco oficiais da BM assumiram a direção das unidades por um período de 180 dias. Serão os responsáveis pela administração das casas.

□ Aproximadamente 500 homens da BM passarão a fazer a segurança interna das unidades, que estava entregue a 280 agentes penitenciários. Os agentes serão transferidos para outros presídios.

O PRESÍDIO SELVAGEM

Governo e presos lutam pelo Central

As histórias que ocupam as celas da maior cadeia gaúcha

ALEXANDRE BACH

Alguns dias depois de determinar a intervenção da Brigada Militar na direção do Presídio Central e das três penitenciárias de Charqueadas, o secretário de Justiça e Segurança, José Fernando Eichenberg, relatou a um grupo de amigos as feições de um dilema que o perturbou antes de tomar a decisão. "Foi uma situação difícil", afirmou. "Se a falta de autoridade continuasse no Central, eu seria acusado de omissão, quando a Brigada entrou para restabelecer a ordem, falaram de militarismo." A preocupação de Eichenberg, confessou o secretário aos amigos, era de que fosse acusado de fornecer os ingredientes para a promoção de um Carandiru gaúcho — uma alusão à trágica intervenção da PM paulista na Penitenciária de Carandiru, que deixou mais de uma centena de presos mortos.

O problema enfrentado pelo secretário Eichenberg no Central não surgiu nos últimos meses. É uma herança das últimas administrações, que travaram constantes quedas-de-braço para manter o controle do maior presídio gaúcho, mas nunca obtiveram uma vitória por completo. Fisicamente, o Central melhorou nas mãos de Eichenberg. Prédios foram recuperados, instalações quebradas pelos próprios presos reconstruídas. Há alguns dias, um grupo de promotores visitou o local e aprovou as reformas.

A preocupação com a relação promíscua entre presos e agentes de segurança — e que em alguns casos resultou em perigosos privilégios para os detentos — também mudou. Na semana passada, por exemplo, um soldado da Brigada

Militar, destacado para trabalho no Central, foi afastado de suas funções: havia comprado uma carteira de cigarro a pedido de um presidiário.

A tinta e o cimento novo, no entanto, não conseguem mascarar o principal problema de um estabelecimento criado para recuperar em regime fechado pessoas que em algum momento de suas vidas cometeram um delito: a degradação moral dos presos. Um mutirão realizado pelo Ministério Público e pela Justiça constatou que dos atuais 1,8 mil presos do Central, pelo menos 300 têm direito de cumprir a pena em regime semi-aberto.

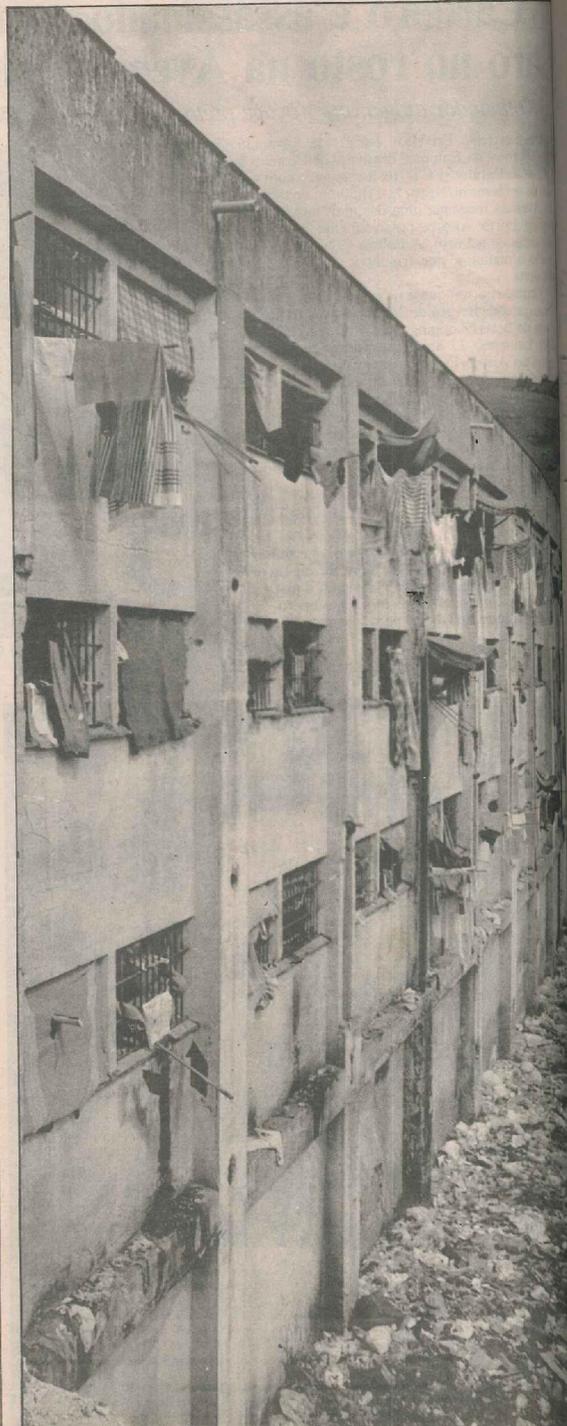
Dentro dos três principais pavilhões que abrigam os detentos, a lei ditada pela força também continua valendo: as celas não têm portas, e os presos permanecem transitando livremente pelas galerias. Os fortes mandam, os fracos obedecem, contam presos, agentes penitenciários e policiais ouvidos por Zero Hora. A ordem só é restituída por alguns instantes pela mesma linguagem que comanda os pavilhões. Pela força.

A segurança ocupa as galerias para revistas periódicas acompanhada de policiais do Batalhão de Choque fortemente armados e protegidos. Por alguns momentos, a ordem reina entre as celas. Terminada a visita armada, a lei forjada pelo dia-a-dia marginal volta a falar mais alto. Uma lei que, em março de 1992, determinou sentença de morte para o músico Diógenes Gomes de Lima. Acusado de ter estuprado uma menina, Diógenes foi preso e currado no Presídio Central com a conivência de alguns agentes penitenciários e policiais militares. Perturbado mentalmente, foi transferido para o Instituto Psiquiátrico Forense, onde se suicidou quatro dias depois.

O PERFIL DA MAIOR CASA DE DETENÇÃO

Um estudo feito pela Brigada Militar, a pedido do promotor Thales Trein, da 2ª Vara do Júri do Fórum de Porto Alegre, define a cara do Presídio Central

- A maioria dos presos (33%) está condenada por assalto a mão armada. Os assassinos estão em segundo lugar, com 11,6%, seguidos pelos acusados de furto, com 11,5%. Os traficantes de drogas representam 8%, os estupradores são 4,3%. Os estelionatários são apenas 0,5%.
- O Presídio Central não é para amadores. Cerca de 65% dos condenados são reincidentes no crime (já cumpriram pena anteriormente).
- Os condenados representam 40% do total de presos. Os presos provisórios (que aguardam julgamento) são 60%.
- A maioria dos apenados do Central (60%) é de cor branca. Os negros representam 25%, enquanto 15% exibem a tez com outras características.
- Os pobres são maioria (60%) entre os detentos do Central. Cerca de 30% estão classificados como miseráveis. O restante é apontado como classe média.



Herança maldita: sucessivas administrações não conseguem controlar a prisão

Fonte: BACH, Alexandre. Governo e presos lutam pelo Central, *Zero Hora*, Porto Alegre, Editoria Geral, 27 de agosto de 1995, p. 54. Disponível em: Centro de Documentação e Informação da Zero Hora.

APÊNDICE A – GLOSSÁRIO

2º piso: segundo andar do prédio principal, onde se localiza a Direção e o Setor Administrativo.

3º piso: terceiro andar do prédio principal, onde se localiza o SAT.

Arremesso: técnica utilizada para lançar drogas ou celulares para o pátio das galerias por cima dos muros externos do Presídio Central.

Bateção: ato de bater nas grades das janelas ou dos *bretes* para reivindicar algo.

Brete: local com grades para movimentação dos presos, encontram-se nos corredores do presídio, na entrada das galerias por onde os presos acessam e dos setores em que os presos ficam aguardando (SAT, Ambulatório, por exemplo).

Cadeião: Casa de Correção de Porto Alegre, conhecida como Cadeião da Volta do Gasômetro.

Descer a galeria: se mover da galeria para o pátio ou outro local.

Duque: também conhecido como Duque 13, referência ao artigo 213 do Código Penal, preso condenado por crimes sexuais.

Embretado: preso que ao reivindicar algo se recusa a sair dos *bretes* de acesso a galeria.

Estoques: faca artesanal confeccionada pelos presos.

Fundo da cadeia: local que os presos circulam, vai da Inspetoria até os anexos.

Irmãos: presos praticantes da religião evangélica, ficam na 2ª e 3ª galeria do pavilhão J.

Jalecos: presos trabalhadores, utilizando um uniforme laranja.

Jumbo: cela utilizada para movimentação de presos – podem estar entrando ou saindo do local, ou em trânsito, para audiência ou transferência.

Líder de galeria: preso que comanda a galeria, nem sempre é plantão da mesma.

Movimentação congelada: estado de suspensão da movimentação no presídio quando da realização da revista em uma das galerias.

Panelheiro: preso responsável por receber dos *jalecos* da cozinha as panelas com a alimentação no térreo da galeria, antes do portão de acesso e distribuir em sua galeria.

Prefeitura: liga laboral dos presos que trabalham dentro da galeria – podem trabalhar como faxineiro, cantineiro, panelheiro, plantão, auxiliar de plantão. Recebem remissão de um dia da pena por cada dia trabalhado.

Representante de galeria (plantão): preso indicado pelos presos da galeria, ou pelo líder, para representar a galeria e fazer a interlocução com os policiais militares.

Seguro: apenados que precisam ser mantidos separados de grande parte da massa carcerária e necessitam de maior segurança para transitar entre os espaços do presídio.

Trabuco: arma artesanal confeccionada pelos presos

Viagem: transferir preso para outro presídio.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Prisões, polícia e mediações de conflitos: a gestão da Brigada Militar no Presídio Central de Porto Alegre”, conduzida pela pesquisadora Iara Cunha Passos, acadêmica do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A pesquisa pretende avaliar a experiência de gestão da Brigada Militar no PCPA, a partir da perspectiva da mediação de conflitos. Sua participação consistirá em uma entrevista em que será abordada sua experiência profissional e seu trabalho no Presídio. A duração prevista para a entrevista é de 40 a 60 minutos, e ela será gravada. Sua identidade será preservada e na redação do trabalho serão utilizados códigos.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e você pode interrompê-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. A participação não oferece nenhum risco a você, embora exista possibilidade de constrangimento ao tratar de certos assuntos, e não prevê nenhuma compensação financeira.

Se você tiver qualquer dúvida adicional poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone [REDACTED].

Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

Nome do participante:

Assinatura do participante

Iara Cunha Passos
Pesquisadora

APÊNDICE C – ROTEIRO ENTREVISTAS

Eixo 1: Carreira/trajetória

1. Quando ingressou na Brigada Militar/Onde trabalhou antes de entrar na FT do PCPA/A qual sede está vinculado(a)?
2. Há quanto tempo está no Presídio Central/Quais funções já exerceu aqui dentro?
3. Em qual setor está atualmente/Qual é a sua função dentro do presídio/Em qual regime de trabalho?
4. Fica no alojamento?
5. Na sua opinião, como o seu treinamento e a sua experiência lhe auxiliam no trabalho no PCPA?
6. Considera que falta algum tipo de treinamento para exercer as suas funções aqui dentro?

Eixo 2: Trabalho no presídio

7. Poderia me explicar como funciona o seu setor?
8. Como ele está estruturado/hierarquizado?
9. Como é para você trabalhar no presídio?
10. Como o seu trabalho atual se diferencia das funções que exercia antes de entrar na FT?
11. No seu trabalho no PCPA, já se encontrou em situações em que não sabia como agir/que temeu por sua vida ou pela vida de outras pessoas?
12. O que acha que poderia ser feito para evitar situações como essas?

Eixo 3: Gestão

13. Na sua opinião, por que mediar conflitos?
14. Poderia me dar exemplos de situações de conflito que já teve contato e o que fez para mediá-los?
15. Já teve situações em que não sabia como proceder? O que fez?
16. Quais situações você resolve no seu próprio setor e quais precisa levar para outro setor ou uma instância superior?
17. O seu setor precisa contatar a Susepe? Das vezes que precisou contatar, como se dá essa relação?
18. Conhece a gestão da Susepe? Na sua opinião, de que forma ela se diferencia da forma que vocês trabalham aqui?
19. Na sua opinião, como a estrutura da BM influencia na administração do PCPA?
20. Na sua opinião, que mudanças poderiam ser feitas para facilitar a gestão do presídio?
21. O que aprendeu com o trabalho no Presídio Central?